

Abril de 2023

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola

# DW CEDOC

## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. **Redução da Pobreza e Economia**
2. **Microfinanças**
3. **Mercado Informal**
4. **OGE investimens públicos e transparência**
5. **Governança descentralização e cidadania**
6. **Urbanismo e habitação**
7. **Terra**
8. **Serviços básicos**
9. **Género e Violência**
10. **Ambiente**

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain,  
João Domingos  
Massomba Dominique  
Moisés Festo  
Amilcar Salumbo  
Cupi Baptista

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
Rooftops Canada - Abri Internacional  
Global Affairs Canada  
International Development Research Centre  
USAID  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>1</b>
1.1 Remessas de emigrantes angolanos atingem 3,9 milhões de dólares	1
1.2 Mais de 30 mil empresas em Luanda têm dívida junto da Segurança Social	1
<b>2. MICROFINANÇA</b>	<b>3</b>
2.1 Angola vai acolher fórum sobre “economia solidária”	3
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>4</b>
3.1 Venda desordenada preocupa administração	4
3.2 Governo provincial exige regularização e controlo dos serviços de moto-táxis	4
3.3 Chuva causa mortes e prejuízos avultados em Luanda	6
3.4 AGT regista 7,06 milhões de contribuintes	6
3.5 Embarcações de pesca artesanal violam zona de exploração petrolífera	6
3.6 INSS com 6 vezes menos formalizados do que o Ministério da Economia	7
3.7 Veículos para serviço de táxis estão a ser licenciados em Cacucaco	8
3.8 Administrações municipais engajadas na campanha	9
3.9 Licenciamento de táxis e embarcações de pesca regista adesão positiva em todos os municípios	9
<b>4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>12</b>
4.1 73 missões diplomáticas e 77 municípios falham na prestação de contas	12
4.2 Dívida Pública do país está agora a cinco pontos percentuais da meta	13
<b>5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA</b>	<b>14</b>
5.1 Governo inclui novos nomes na estratégia, mas acção é tida como «manobra de diversão»	14
5.2 73 missões diplomáticas e 77 municípios falham na prestação de contas	15
5.3 GPL vai lançar plataformas digitais para aproximar os cidadãos	16
<b>6. URBANISMO E HABITAÇÃO</b>	<b>17</b>
6.1 Chuvas destroem mais de 700 casas	17
6.2 Governo Provincial de Luanda trabalha na recuperação da estrutura urbana	17
6.3 Moradores devem ser os primeiros a garantir preservação dos edifícios	18
6.4 “A maioria dos edifícios em Luanda estão velhos”	19
6.5 Luanda dividida entre perplexidade e o susto	21
6.6 Moradores de edifícios degradados realojados em áreas mais seguras	21
6.7 Requalificação da Vila da Muxima custa mais de 300 milhões de euros	23
6.8 Feira “Casa Própria” mobiliza 100 expositores	24
6.9 Empresas do sector imobiliário expõem projectos de investimentos	25
6.10 Grupo H&S vai construir dual mil residências de alto padrão	26
6.11 Reflexão sobre ter ou sonhar e ter casa em Portugal	26
6.12 Preços dos materiais de construção motivam a retoma das obras	28
6.13 Construtores apostam em condomínios privados de segmento mais económico	29
6.14 Casas nas centralidades de Benguela atribuídas a mais de 300 jovens	29

6.15	African Sunrise Investe 350 milhões de dólares	31
6.16	Contraplacados e madeiras ficaram mais caros no mercado	32
6.17	Famílias retiradas em zonas de risco realojadas no projecto “500 casas”	32
6.18	Chefe de Estado autoriza construção de 1500 casas para realojar famílias vulneráveis do Zango 3 e 5	33
6.19	João Lourenço aprova construção para “desalojados” do Zango 3 e 5	34
6.20	Edifício do Lote 1 do Prenda evacuado por risco iminente de desabamento	34
6.21	Necessidades, renda de casa e a literacia financeira	35
6.22	Cidadãos vão ter acesso a 4 milhões de lotes para habitação em todo o território nacional	36
6.23	Recuperados seis condomínios em Talatona	37
6.24	Cinco cimenteiras fornecem oito milhões de toneladas/ano	38
6.25	Crédito Habitação absorve 54 mil milhões de kwanzas	39
6.26	Executivo já identificou 41 habitações para alojar moradores do Lote 1	40

## 7. TERRA 42

7.1	Governador lança alerta para venda ilegal de terrenos	42
7.2	ADRA incentiva camponeses a legalizarem as terras de cultivo	42
7.3	Projectados mais de sete mil lotes para a auto-construção em Ondjiva	43
7.4	Venda ilegal de terrenos	44
7.5	Famílias retiradas em zonas de risco realojadas no projecto “500 casas”	44
7.6	Cidadãos vão ter acesso a 4 milhões de lotes para habitação em todo o território nacional	45
7.7	Governo de Luanda pede celeridade na emissão de direito de superfície	46
7.8	Terrenos infra-estruturados são entregues no próximo ano	47

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 49

8.1	Governador de Luanda pede mais colaboração da população	49
8.2	Banco Mundial reforça carteira de projectos para o sector das Águas em Angola	50
8.3	FADA vai conceder crédito aos jovens agricultores	50
8.4	Projecto de abastecimento de água do Lussue vai ser concluído em Junho	51
8.5	Mais 39,9 mil milhões kz para os contadores de água e electricidade	51
8.6	Licenciamento de táxis e embarcações de pesca regista adesão positiva em todos os municípios	52

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 55

9.1	Moradores vivem sob terror no bairro dos seis cajueiros	55
9.2	Polícia deteve mais de mil suspeitos por crimes diversos	55
9.3	Polícia Nacional detém 1.100 suspeitos em micro-operações	55

## 10. AMBIENTE 57

10.1	Chuva causa mortes e prejuízos avultados em Luanda	57
10.2	Chuvas em Luanda causam cinco mortes e deixam famílias ao relento	57
10.3	Famílias retiradas em zonas de risco realojadas no projecto “500 casas”	58
10.4	Centralidade do Lobito vai ter mais água potável	59
10.5	Cartoon	60
10.6	Chuvas destapam o Zango	60
10.7	Falta de crédito bancário pode deixar negócio da madeira nas mãos de estrangeiros	60
10.8	Chefe de Estado aprova verba para combater as ravinas	61
10.9	Plano de emergência para apoiar famílias afectadas pelas chuvas começa a ser implementado em breve	62
10.10	Campanha de reflorestação permite a plantação de um milhão de mangais na orla marítima do país	65

10.11	Mais de 18 mil famílias afectadas pelas chuvas estão a receber apoio	66
10.12	As chuvas, as alterações climáticas e o trabalho de fundo para Luanda	68
10.13	GPL sem plano e sem resposta para acudir as populações após as chuvas	69
10.14	Milhares de plantas de frutas no combate à desertificação	70
10.15	Plantação de árvores diversas nas zonas rurais da Huíla	70

## **I I. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA**

**72**

11.1	Angola e China podem realizar este ano Reunião Mista Bilateral	72
11.2	O mundo precisa de apoiar china sobre Taiwan	72
11.3	Sector privado desafiado a investir para a auto-suficiência alimentar do país	73

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Remessas de emigrantes angolanos atingem 3,9 milhões de dólares

*Jornal de Angola*  
25 De Abril de 2023

As remessas e outras transferências pessoais de emigrantes angolanos recebidas do resto do mundo registaram um crescimento de 12,79 por cento, ao atingir no quarto trimestre de 2022 cerca de 3,90 milhões de dólares, contra 3,46 milhões registados no trimestre anterior, registando um aumento de 5,9 por cento em relação aos 3,68 milhões de dólares registados no período homólogo.

Segundo o relatório do Banco Nacional de Angola (BNA), sobre as remessas de valores que o JA teve acesso, este aumento de valores mantém a tendência que o caracteriza há alguns anos.

Os dados apontam que o saldo das remessas e de outras transferências pessoais registou um valor negativo, quase na mesma proporção das remessas enviadas, visto que as mesmas continuam a exceder as remessas recebidas do exterior, que continuam a registar um valor ainda residual.

De acordo com o Relatório de Migração e Desenvolvimento do Banco Mundial, estima-se que as remessas para os países em desenvolvimento do Oriente Médio e Norte da África tenham crescido 2,5 por cento em 2022, para 63 biliões de dólares, em comparação com um crescimento de 10,5 por cento registado no ano passado.

O documento acrescenta que, o crescimento mais lento das remessas está parcialmente ligado à erosão dos ganhos salariais reais na zona do euro, apesar da procura por remessas nos países de origem ter aumentado devido à deterioração das condições socioeconómicas, incluindo a seca no Magreb e os altos preços do trigo importado.

Quanto às remessas enviadas de Angola para o estrangeiro, cifraram-se em 232,5 milhões de dólares no período em referencia, representando uma diminuição de 17,9 por cento relativamente ao trimestre anterior em que as mesmas se situaram em 283,2 milhões de dólares.

Os dados apontam que houve um acréscimo de 16,7 por cento em relação ao período homólogo, em que as mesmas atingiram os 199,3 milhões de dólares.

Os três países que lideram a lista dos principais países de destino das remessas provenientes de Angola, segundo os dados, concentram cerca de 82,3 por cento das remessas totais enviados pelos residentes, dos quais 62,1 por cento do valor das remessas foram para Portugal, 13,7 para o Vietname e 7 para China.

## I.2 Mais de 30 mil empresas em Luanda têm dívida junto da Segurança Social

*Jornal Expansão*  
29 De Abril de 2023  
Texto: *Isaque Lourenço*

Um total de 30.345 contribuintes (empresas) sedeadas em Luanda e que estão inscritas no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) concentra uma dívida de 154,5 mil milhões de kwanzas por liquidar.

O número representa 55,1 por cento do total de 280,2 mil milhões de kwanzas nacional de 57 070 contribuintes, segundo dados do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

Considerando que os números referem-se ao período Janeiro de 2008 a Fevereiro de 2023, cerca de 15 anos, a média anual de dívida contraída pelas empresas junto da Segurança Social é de 18,6 mil milhões de kwanzas.

Apesar destes indicadores preocupantes, o presidente do Conselho de Administração do INSS, Anselmo Monteiro, afirma que a taxa de incidência da Segurança Social, que mede o rácio de contribuintes (empresas) e segurados (trabalhadores), que pagam e os pensionistas (que beneficiam) é estável, denotando cerca de 11 contribuintes para 1 beneficiário.

"Ainda temos muito que caminhar. Se tivermos em consideração que a função da Segurança Social é de proteger os trabalhadores e suas famílias nas várias eventualidades previstas por lei (maternidade, velhice, morte, doenças, invalidez, acidentes de trabalho e doenças profissionais, desemprego), já vislumbramos vários desafios, e o 1º desafio seria o de abranger (ou proteger) todos os trabalhadores. Hoje, estão inscritos na SS pouco mais de 2,5 milhões de trabalhadores num universo de mais de 10.000.000 existentes no país", disse.

De todas as formas, segundo Anselmo Monteiro, graças aos esforços do colectivo de trabalhadores do

Instituto Nacional de segurança Social (INSS) e alicerçados nas orientações estratégicas da superintendência, no caso a direcção do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), nos últimos anos, o INSS tem obtido resultados assinaláveis.

No entanto, disse, faz-se oportuno esclarecer a questão relativa ao atendimento aos pensionistas no dia do aniversário, que aliás é uma interpretação de muitos sobre o procedimento ou período adoptado para realização da prova vida dos pensionistas.

"Como se devem recordar, no passado, a prova de vida era feita no primeiro trimestre de cada ano, o que gerava grandes enchentes nos postos de atendimento do INSS, inclusive, o INSS utilizava também algumas agências do BPC para dar conta da demanda, a par do custo logístico elevado. Para alterar tal cenário, optou-se por se passar a fazer a prova de vida no mês (e não no dia) de aniversário do pensionista de reforma, ou no mês do nascimento do segurado ou pensionista falecido, no caso de pensão de sobrevivência", esclareceu.

## 2. MICROFINANÇA

### 2.1 Angola vai acolher fórum sobre “economia solidária”

*Jornal de Angola*

*15 De Abril de 2023*

*Texto: Estanislau Costa*

A Ato Internacional Consulting, em parceria com a Media Claque e a Kixicrédito, realizam a 19 e 20 de Maio, a primeira edição do fórum sobre “Economia solidária”.

Segundo um comunicado a que o JA teve acesso, trata-se do primeiro fórum sobre "Economia Solidária", que reunirá especialistas nacionais e internacionais e potenciais agentes da economia solidária, associações, cooperativas, empreendedores e empresários, servidores públicos e investigadores.

A ser realizado no Belas Business Park, o fórum pretende dar oportunidade aos especialistas para reflectirem em torno do "importante modelo alternativo" de criação de renda e desenvolvimento sustentável.

O evento tem como objectivos, o estabelecimento de bases, critérios, princípios e mecanismos de economia solidária, o incentivo à economia solidária através da troca de bens e serviços entre empresários e empreendedores locais.

Vai também estimular a empregabilidade local, parcerias estratégicas, consórcios, co-working, cooperativismo, bem como o fortalecimento da investigação e projectos de incubação da economia solidária.

"A temática Economia Solidária é transcendente e inclusiva, pois assume-se como uma imprescindível ferramenta de aumento da empregabilidade, de migração da informalidade para a formalidade, assim como de aumento da produção e consumo local, resultando numa notável abrangência produtiva e social", lê-se no documento.



## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Venda desordenada preocupa administração

*Jornal de Angola*

*1 De Abril de 2023*

*Texto: Kamuanga Júlia*

O governador provincial da Lunda-Sul orientou os administradores municipais a reajustarem as estratégias para desencorajar a venda ambulante em passeios e outros locais impróprios, visando a preservação da imagem das vilas.

Daniel Félix Neto, que falava durante a II sessão ordinária do Governo, orientou ao Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Igualdade do Género no sentido de coordenar uma equipa multisectorial, para fazer o registo de todas as pessoas com deficiência física.

As comissões engajadas no processo de requalificação de aldeias foram orientadas a serem mais céleres, para a efectivação das fases previstas e revitalização das comissões de moradores.

### 3.2 Governo provincial exige regularização e controlo dos serviços de moto-táxis

*Jornal de Angola*

*9 De Abril de 2023*

*Texto: João Upale*

Os mototaxistas da província do Namibe, a partir dos próximos dias, têm de passar a usar equipamentos com identificação por município, acompanhados da carteira profissional, coletes reflectores e capacetes.

A informação foi avançada quinta-feira pela vice-governadora para o Sector Técnico e Infra-Estruturas, Ema Samali da Silva, durante um encontro com a associação e cooperativa de mototaxistas, vulgo kupapatas, que contou com a envolvimento da Direcção dos Transportes, Tráfego e Mobilidades Urbana e representante da Polícia Nacional.

Ema Samali da Silva revelou que o objectivo é manter as associações mais organizadas e evitar irregularidades que originam mortes.

Esclareceu que a reunião foi marcada no sentido de o Governo local regular a actividade e serviço de moto-táxi, por considerar a maior franja de transporte existente na província, para que seja um exemplo em todo o país.

Para o efeito, disse, é preciso uma conjugação de esforços por parte de todos os intervenientes no processo.

A governante revelou que existem cinco mil mototaxistas registados na província do Namibe e apenas cerca de 20 por cento estão inscritos pela associação e cooperativas, perfazendo um total de 685.

A vice-governadora orientou aos associados para cumprirem com a lei, por esta razão, disse, foi criado um processo para regulamentar a actividade de moto-táxi, que também inclui a definição das paragens pelas administrações municipais, com condições de abrigo e protecção contra o sol e outras intempéries, dando melhor dignidade e conforto aos mototaxistas e passageiros.

Para facilitar o processo, o Governo do Namibe fez um convénio com algumas escolas de condução para dar aulas de Código de Estrada, de forma a habilitar os mototaxistas com Cartas de Condução a um custo de pelo menos 10 mil kwanzas, negociáveis.

#### Diminuição de acidentes

A governante considera que todas essas acções devem concorrer para a melhoria do exercício da actividade dos motoqueiros e contribuir para a diminuição de acidentes de viação e incumprimentos das regras, designadamente excessos de passageiros e não respeito aos sinais de trânsito.

"Portanto, há uma série de situações que gostaríamos de ver resolvidas e julgamos que com essa estratégia do Código de Estrada vamos conseguir reduzir".

Ema Samali da Silva assegurou que a reacção dos representantes das associações e cooperativas de mototaxistas foi positiva, apesar de reclamarem dos constrangimentos que têm tido durante o exercício da sua actividade, com a Polícia Nacional.

"Ouvimos explicações da Polícia Nacional de que não há nenhuma perseguição aos mototaxistas, apenas está a ser feito um trabalho de reforço de medidas que vão beneficiar a todos, com isso, a província sai a ganhar, tendo menos acidentes e mortes nas estradas", justificou.

## Manter a ordem e a tranquilidade

Na ocasião, o segundo comandante provincial da Polícia Nacional, sub-comissário Fernando António, considerou que o encontro foi proveitoso e prometeu mobilizar os efectivos no sentido de reforçarem a fiscalização e o cumprimento das normas e regulamentos constantes do Código de Estrada.

Fernando António realçou que a Polícia Nacional tem registado muitos acidentes, provocados por mototaxistas, que terminam em mortes, por isso a fiscalização tem sido cada vez mais eficaz. Pediu a colaboração de todos para que haja uma mudança deste quadro, nos próximos tempos.

O segundo comandante da Polícia Nacional revelou que a maioria dos mototaxistas é desencartada. "Não estão habilitados e outras irregularidades detectadas, no âmbito da fiscalização, consistem na falta de chapa de matrícula, o não uso do capacete, considerado como um dos acessórios de segurança, a fraca iluminação dos motociclos e o mau estado técnico dos mesmos", apontou.

Denunciou também os mototaxistas que transportam mais de duas pessoas num só motociclo, o que tem resultado na apreensão de um elevado número de meios e o pagamento de multas.

O subcomissário Fernando António apela aos cidadãos a não entenderem que a acção policial está voltada no sentido de impedir ou coibir o exercício dessa actividade, reconhecendo o seu valor e importância. Recomendou que a actividade de mototáxi deve ser exercida em obediência àquilo que são as normas.

O segundo comandante provincial da Polícia Nacional fez saber que, em 2022, foram registados 36 acidentes de viação provocados por mototaxistas, tendo resultado em 63 mortes, menos 10 em relação ao ano de 2021, que teve o registo de 403 feridos e danos materiais avaliados em 100 milhões e 890 mil kwanzas.

## Carteira profissional

A directora do Gabinete Provincial dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana, Cármen Machado, referiu que o encontro com os mototaxistas teve a ver também com a sensibilização e incentivo à aquisição da carteira profissional, levado a cabo através do Decreto 123/2022, em todo o país, para estarem todos alinhados.

"Temos a necessidade e a obrigatoriedade de ajudá-los nesse sentido, para a obtenção da carteira profissional. O mototaxista deve primeiro ter a carta

de condução para os que conduzem motos com a cilindragem acima dos 50 centímetros cúbicos, através de uma escola legalizada. Abaixo disso, é preciso possuir a licença de condução emitida pelas administrações municipais". orientou.

## Escolas de condução

A directora dos Transportes garantiu que todas as escolas de condução existentes na província do Namibe estão mobilizadas para o efeito e encontram-se abertas para darem aula a todos, incluindo os que não têm qualquer grau de escolaridade. Nos municípios onde não existem escolas, as implantadas na sede da província deverão deslocar-se com o mesmo objectivo.

"Tem sido um grito de socorro dos próprios mototaxistas a solicitação ao Executivo deste instrutivo que veio dar resposta a esta aquisição da carteira profissional, porque quase 80 por cento dos condutores da província do Namibe não têm noção do Código de Estrada e dos perigos que passam", disse.

## Associação enaltece iniciativa

O vice-presidente da Associação dos Mototaxistas do Namibe (AMONAB), Fernando Eusébio Sapalalo, considerou o encontro importante para a classe, porque vai resolver a maior parte dos problemas que têm enfrentado todos os dias.

O jovem promete que todas as recomendações dadas pelas autoridades da província serão transmitidas aos demais membros da associação e, conseqüentemente, serão cumpridas, fundamentalmente a questão da legalização dos mototaxistas e dos seus próprios meios de trabalho, para evitar constrangimentos.

As recomendações, disse, têm de ser cumpridas, de modo a diminuir o elevado número de acidentes que se tem registado na província, por ser uma situação preocupante para todos.

Na ocasião, o presidente da cooperativa "Otchimunga" de mototaxistas, José Luanda, anunciou que têm registados 300 motoqueiros habilitados com Cartas de Condução.

### 3.3 Chuva causa mortes e prejuízos avultados em Luanda

*Jornal de Angola*  
15 De Abril de 2023  
Texto: André Sibi

Os danos causados pela última chuva que caiu em Luanda foram apresentados, sexta-feira, num relatório que aponta a morte de quatro pessoas e o desalojamento de 1.201 pessoas, informou o comandante do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros de Luanda.

O subcomissário Bombeiro Flávio Chimbundi disse à imprensa, durante o balanço da última chuva, que as quatro pessoas mortas tinham 11, 15, 17 e 37 anos. Entre as prováveis causas das mortes, disse, constam duas por afogamento e as outras duas por electrocussão, causada pelo uso de um posto de energia enquanto chovia.

Além das mortes, continuou, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros registou, igualmente, o desaparecimento de dois cidadãos, um de 8 e outro de 41 anos. Diligências, avançou, já estão a ser feitas para a localização destes.

A chuva da última quarta-feira, acrescentou, afectou, também, 1.201 famílias e 1.199 habitações que ficaram inundadas. "Tivemos ainda o registo da queda de 308 árvores diversas, que causaram obstrução das vias de acesso no Distrito Urbano do Zango 8.000".

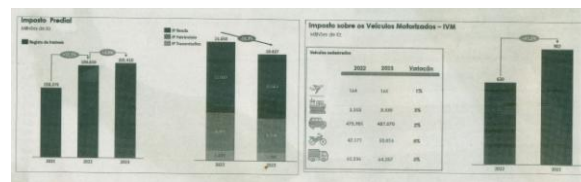
Durante a conferência de imprensa, as autoridades apelaram à população para evitar a circulação em valas de drenagem e linhas de água, principalmente enquanto chove.

A maioria dos afogados, explicou, foi arrastada pela corrente de água até às bacias de retenção, quando estes tentaram fazer a travessia em linhas de passagem de água. "Apesar das mortes registadas foi possível evitar danos piores, dado os trabalhos de limpeza das valas de drenagem realizados um pouco por toda cidade capital, nos últimos sete meses", avançou.

Os bombeiros, adiantou, recomendaram à população para recorrer aos rádios e lanternas a pilhas quando chove. "É importante que os quadros eléctricos estejam desligados, de modo a evitar qualquer perigo", disse.

### 3.4 AGT regista 7,06 milhões de contribuintes

*Jornal Economia & Finanças*  
21 De Abril de 2023



### 3.5 Embarcações de pesca artesanal violam zona de exploração petrolífera

*Jornal de Angola*  
24 De Abril de 2023  
Texto: Jaquelino Figueiredo

A empresa petrolífera francesa Total Energies EP Angola está preocupada com as embarcações de pesca artesanal, que navegam junto às plataformas de petróleo localizadas ao longo da costa marítima da província do Zaire, concretamente nos Blocos 17 e 32, nos municípios do Soyo, Nzeto e Tomboco.

Para prevenir eventuais incidentes, aquela empresa promoveu, há dias, na vila do Nzeto, um encontro com as comunidades pesqueiras da província, durante o qual, foi analisada a proposta do plano de engajamento das comunidades pesqueiras/piscatórias da região, nos aspectos de segurança.

O encontro que contou com a presença do director do Gabinete provincial da Agricultura, Pecuária e Pescas, Gouveia da Silva Pedro, visou também, recolher informações e contribuições, no sentido de melhorar o plano de engajamento para a província do Zaire, em questões relacionadas aos perigos que as acções dos pescadores representam para a actividade petrolífera em Offshore.

Segundo a nota da Total Energies EP Angola, a que o Jornal de Angola teve acesso, o espaço de utilização para a actividade de exploração petrolífera ao longo da costa marítima angolana está devidamente delimitado por legislação, no entanto, são regularmente registados conflitos entre os diversos usuários.

"Mais recentemente, tem-se notado uma maior interacção entre embarcações de pesca artesanal e as actividades petrolíferas, principalmente a realização de actividades de pesca na zona de segurança das actividades petrolíferas nos Blocos 17 e 32", refere a nota da operadora..

Com vista a envolver as comunidades nas questões de segurança, aquela empresa, tem vindo a realizar acções de educação e sensibilização ao longo da sua área de acção para mitigar os conflitos associados à pesca dentro dos limites de segurança das suas operações.

Além de engajar as comunidades costeiras, principalmente os pescadores para criar confiança e estabelecer uma relação respeitosa entre as partes, visou também efectuar levantamentos de dados sócio-económicos das zonas, para entender como as actividades da empresa podem impactar o meio de subsistência das comunidades piscatórias, refere a nota.

#### Petrolífera preocupada

A representante da Total Energies EP Angola, Jéssica Ferreira, não quis falar à imprensa, mas segundo dados daquela petrolífera, mais de 2000 embarcações realizaram nos últimos tempos, actividade pesqueira junto das plataformas, situação caracterizada de muito perigosa, uma vez que, pode provocar incidentes.

Já o director do Gabinete provincial da Agricultura, Pecuária e Pescas, Gouveia da Silva Pedro, disse constitui uma grande preocupação as acções relatadas pela petrolífera, daí a realização do encontro com as comunidades e associações de pescadores da província do Zaire.

Disse que esta preocupação é a razão da realização desta consulta pública que tem a ver com o engajamento das comunidades pesqueiras, sobretudo aquelas que exercem a pesca artesanal, para ver os nossos limites de intervenções.

Assegurou que estes limites estão baseados na legislação e regulamentos, estabelecidos pelo Decreto Presidencial nº3/2023 de 4 de Janeiro, que espelha as medidas de gestão e os limites que cada segmento da pesca deve observar", avançou.

#### Pescadores negam

Alguns pescadores presentes ao encontro, refutaram as acusações da petrolífera, apontando o dedo às embarcações provenientes da província de Cabinda e das Repúblicas do Congo Brazzaville e Congo Kinshasa, bem como do Gabão.

O pescador Sebastião António é um dos que defendem essa opinião.

"Desde a costa da comuna da Musserra aqui no município do Nzeto até ao município do Soyo, estamos a sofrer uma invasão de embarcações que vêm de Cabinda e dos países vizinhos, nomeadamente das Repúblicas do Congo Kinshasa e Brazzaville, bem como do Gabão, porque aqui há pescado que eles precisam, tais como a garopa e outros de qualidade, abundam junto das plataformas, razão pela qual, frequentam aquelas áreas", acusou.

O membro da Associação dos pescadores do Nzeto, Augusto Paulo Salú, também corroborou com as alegações do seu colega. "É verdade que não são embarcações daqui do Nzeto, mas sim vêm dos dois Congos e do Gabão, porque não temos barcos com tanta potência para ali realizarmos actividade de pesca", disse

O encontro realizado no município do Nzeto, que inicialmente, previa, também a presença de representantes de associações de pescadores de Cabinda, Luanda e Bengo, contou, apenas com os da província do Zaire.

### 3.6 INSS com 6 vezes menos formalizados do que o Ministério da Economia

*Jornal Expansão*

*25 De Abril 2023*

*Texto: Miguel Gomes*

A monitoria pública sobre a implementação do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) continua a ser prejudicada pelas discrepâncias sobre o número de operadores formalizados.

Enquanto o Ministério da Economia mantém, desde 8 Agosto de 2022, através do site oficial do PREI, que 246.189 operadores passaram à actividade formal, os dados mais recentes do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) referem que "apenas" 39.796 foram efectivamente convertidos. O Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) defende que os dados estão correctos e que as diferenças resultam da complexidade do programa.

João Nkosi, presidente do Conselho de Administração do INAPEM, explicou ao Expansão que as duas instituições "estão certas nas informações" que têm partilhado.

"Muitos destes operadores não concluíram todo o processo, provavelmente deram alguns passos, trataram de alguns documentos, mas não se inscreveram na Segurança Social, por exemplo", reconhece o gestor público, que também admite que esta questão "é uma preocupação" e que por não estarem inscritos no INSS "não significa que não estejam formalizados", apesar dos regulamentos apontarem no caminho inverso.

"O que nós reparamos é que muitos dos operadores iniciam os procedimentos de formalização apenas com o objectivo de aceder ao micro-crédito. Mas o processo é complexo e implica tratar do cartão de vendedor, no caso dos mercados, da inscrição na Administração Geral Tributária (AGT), INSS, Guichet Único da Empresa (GUE) para o caso dos micro-empresários e, por fim, aceder ao INAPEM para a formação profissional", sublinha o PCA do INAPEM.

A questão do micro-crédito ou dos incentivos previstos no âmbito do PREI e noutros programas oficiais são centrais para o sucesso deste tipo de iniciativas. Nem sempre a motivação para a formalização é óbvia para os pequenos operadores, que necessitam de informação adequada e de um entendimento claro sobre as vantagens da regularização da sua actividade económica.

Argumentos puramente legalistas ou de cumprimento das regras também podem não ser chamativos para a maioria destas pessoas, que desenvolveram formas de subsistência e de trabalho em contextos institucionalmente fracos, com escassos postos de trabalho formais disponíveis devido ao modelo económico, em contextos onde reina o sentimento de abandono e de fragilidade dos poderes públicos em lidar com esta realidade.

Também se atira o foco da informalidade para o sector do comércio (mercados, venda ambulante e nas ruas) mas o problema é muito mais largo. Sectores como a construção civil (onde actuam pedreiros, carpinteiros, canalizadores e outras profissões) ou mecânica automóvel, realização de eventos, transportes públicos, só para citar os exemplos mais evidentes, são maioritariamente geridos por operadores informais.

Programa vai ser "afinado"

Outra das críticas levantadas por vários sectores estão relacionadas com a instrumentalização política do PREI, sobretudo em ano de eleições, como foi o caso de 2022. Para tentar resolver as incongruências e dificuldades que têm marcado a implementação do PREI, algumas medidas estão a ser estudadas para

dar um novo fôlego ao programa ainda em 2023. As mudanças devem ser introduzidas nos próximos meses no que diz respeito ao micro-crédito, programas de formação e com o próprio circuito de formalização, que está a ser repensado com o objectivo de introduzir maior fluidez.

"Por exemplo, eu julgo que faria mais sentido colocar uma espécie de "loja do PREI" (onde o cidadão pode concluir todo o processo) em locais estratégicos, como em mercados e outros locais. Não faz sentido ficar nestes sítios por 15 dias, arrumar as coisas e ir para outro local. Dá a ideia que o PREI já acabou quando não é verdade. Temos de reconhecer que a formalização da economia é uma longa caminhada", defende João Nkosi.

### 3.7 Veículos para serviço de táxis estão a ser licenciados em Cacucaco

*Jornal O País*  
28 De Abril de 2023

Os veículos destinados à actividade de táxis, moto-táxis e embarcações de pesca artesanal começaram a ser licenciados essa Quinta - feira, no município de Cacucaco, em Luanda.

Este processo enquadra -se na campanha massiva de licenciamento de táxis. moto-táxis e embarcações, que iniciou, hoje, com término previsto para o dia 15 de Maio.

Cacucaco conta com dois postos fixos na administração municipal, bem como na administração do distrito urbano do Sequele para o referido efeito.

Em declarações à imprensa, o director municipal de Tráfico e Mobilidade, Júlio Azevedo, disse que o licenciamento visa a legalização dos meios, para que os operadores tenham a documentação necessária para trabalhar.

Para tal, referiu, aos referidos automobilistas serão atribuídos coletes de identificação, com uma determinada logomarca para Cacucaco.

Estes coletes, apontou, terão cores específicas de identificação para os táxis do município de Cacucaco.

"Na verdade, trata-se de licenciamento massivo dos operadores económicos, virados aos transportes. Estamos a falar aqui de licenciamento de motas, de duas e três rodas (vulgo kaleluias), os mini-autocarros, os táxis azuis e brancos e também aqueles vulgarmente chamamos de gira bairro", esclareceu.

Por seu turno, o director da Agricultura desta circunscrição, José Castro, apelou à presença massiva dos armadores e marinheiros, porque tal actividade facilitará a aquisição de documentos, melhorando o dia-a-dia de trabalho destes.

### 3.8 Administrações municipais engajadas na campanha

*Jornal de Angola*

*29 De Abril de 2023*

As administrações municipais na província de Luanda estão a mostrar todo o engajamento na campanha de licenciamento para o exercício da actividade de táxi. A administração municipal do Talatona, que está a realizar a campanha no estádio 11 de Novembro, pretende licenciar um número elevado de operadores a exercerem as actividades de táxis e moto-táxis.

O administrador Rui Duarte adiantou que foram mobilizados 30 técnicos, para as equipas de cadastramento e emissão dos documentos, de forma a atender todos os taxistas e moto-taxistas que se deslocarem ao posto.

A Polícia Nacional, garantiu, vai ter o papel de assegurar a campanha, pois, as condições estão criadas, desde os postos de triagem, recepção, cadastramento e emissão imediata. "Após chegar ao posto de licenciamento, o cidadão deve apresentar os documentos do veículo e esperar até a emissão do título para poder exercer a actividade de táxi.

A campanha, informou, conta com quatro seguradoras preparadas para prestarem os serviços de subscrição do seguro dos veículos. "Cada um tem a oportunidade de escolher a empresa onde pretende subscrever", explicou.

Nos primeiros dias, adiantou, pretendem trabalhar, também, com a Polícia de Trânsito para, a partir das operações "Stop", sensibilizar os automobilistas e condutores de motorizadas, a se dirigirem aos postos mais próximos.

"As condições estão criadas, cumprimos com os requisitos e acreditamos que com este trabalho e espírito de equipa, aguardamos apenas pelos munícipes que vão usufruir deste serviço para então ser uma campanha bastante promissora e satisfatória", rematou.

Novos registos

De acordo com o director municipal de transportes, tráfego e mobilidade do Talatona, Paciência Curinge, disse que foram registados um total de 93 taxistas e

moto-taxistas, no primeiro dia. O movimento é razoável, disse, acrescentando que para exercer a actividade de moto-táxi, o cidadão deve possuir três documentos, dentre eles, uma licença de condução, o livrete da motorizada e a licença da actividade de táxi.

Município do Cazenga

O director municipal de transportes, tráfego e mobilidade do Cazenga, Agostinho Luís afirmou que o licenciamento está a decorrer a bom ritmo. O objectivo, disse, é ter um número suficiente de taxistas e moto-taxistas com licença para exercerem a actividade.

### 3.9 Licenciamento de táxis e embarcações de pesca regista adesão positiva em todos os municípios

*Jornal de Angola*

*30 De Abril de 2023*

*Texto: Pedro Bica*

Mais de dois mil registos e licenças foram emitidos, em todo o país, desde a abertura, quinta-feira, da campanha de licenciamento e cadastramento de táxis, mototáxis e embarcações de pesca artesanal.

Os dados foram tornados públicos, ontem, em Luanda, pelo presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional dos Transportes Terrestres, promotora da campanha de licenciamento.

Énio Costa disse, ao Jornal de Angola, que, segundo dados provisórios, na província do Cuando Cubango foram emitidas 465 licenças, Luanda (334), Huambo (266), Cuanza-Sul (246), Zaire (194), Lunda-Sul (160), Malanje (115), Lunda-Norte (97), Cabinda (71), Namibe (58), Uíge (43) e Cunene (13).

"Estes dados são satisfatórios, tendo em conta que em muitos municípios, por razões de vária ordem, o processo de licenciamento ainda não começou", afirmou, acrescentando que o licenciamento está a ser feito em lugares indicados pelas administrações municipais, de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas.

O presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional dos Transportes Terrestres apela a todos os taxistas, mototaxistas e proprietários de embarcações de pesca artesanal a aderirem à campanha, que visa a legalização das referidas actividades.

Énio Costa alertou aos cidadãos e usuários de transportes colectivos a optarem por viaturas licenciadas, para se evitar assaltos. "Com o licenciamento, temos o controlo dos operadores e facilmente identificamos os falsos que cometem actos criminosos".

#### Luanda

O município de Luanda emitiu 570 licenças, desde o início da campanha de licenciamento de motociclos, mototáxis, táxis e embarcações de pesca artesanal, segundo o director dos Transportes, Tráfego e Mobilidade, Domingos Araújo, que fez uma avaliação positiva do processo.

"No primeiro dia tivemos um número reduzido, mas no segundo houve maior adesão e acreditamos que o número de interessados vai aumentar", disse Domingos Araújo, acrescentando que a Administração continua a trabalhar na sensibilização da população no sentido de aderir à campanha.

Domingos Araújo reiterou que o licenciamento é praticamente grátis e feito de forma célere.

#### Cazenga

No município do Cazenga, durante os primeiros três dias de campanha, foram emitidas 326 licenças, disse o director dos Transportes, Tráfego e Mobilidade, Agostinho Luís, que considerou positiva a adesão da população, tendo aconselhado os mototaxistas, taxistas e associações, especificamente a ANATA, ATA, AMOTRANG no sentido de licenciarem os meios o mais rápido possível e não deixar para os últimos dias.

#### Cacuaco

Em Cacuaco foram emitidas 43 licenças para mototaxistas, taxistas e embarcações de pesca artesanal.

O director dos Transportes, Tráfego e Mobilidade, Júlio Azevedo, afirmou que vão continuar a trabalhar na mobilização das pessoas para que possam aderir ao processo.

#### Viana

O município de Viana já emitiu 38 licenças para mototaxistas, disse o director dos Transportes, Tráfego e Mobilidade.

João Morais avançou que, além das licenças já entregues, trabalha-se em outros processos, como o de cadastramento de embarcações de pesca artesanal e emissão de Carta de Condução para mototaxistas.

O responsável fez, igualmente, um balanço positivo da campanha. "Apelamos aos taxistas ou proprietários das viaturas que se façam presentes nos locais onde estão a ser emitidas as licenças, de forma a manterem-se informados sobre o processo que é grátis para mototaxistas, ao passo que para os táxis colectivos deve-se pagar entre a 26.400 e 30.800 kwanzas.

#### Licenciamento de embarcações

O director municipal de Luanda da Agricultura e Pescas, Cândido Cadifete, disse, ontem, ao Jornal de Angola, que já foram emitidas nove licenças de embarcações de pesca artesanal e oito prorrogações.

"Esperamos que, na terça-feira, haja uma moldura aceitável, aqui na Chicala, no Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL). Estamos devidamente equipadas, prontos para atender os munícipes", frisou.

Cândido Cadifete apelou às associações pesqueiras e cooperativas de pesca no sentido de aproveitarem a oportunidade de legalizar a actividade e desempenhá-la sem constrangimentos.

No município de Talatona foram entregues dez licenças, de acordo com o balanço apresentado, ontem, pela directora municipal da Agricultura, Pecuária e Pescas, Similosa Mateus.

"Este não é o resultado que esperamos, mas estamos apenas no início. Continuaremos à disposição dos munícipes até à data prevista".

O município de Cacuaco registou a emissão de duas licenças e oito cédulas marítimas, de acordo o director dos Transportes, Tráfego e Mobilidade, Julho Azevedo, que apelou à comunidade pesqueira no sentido de aderir à campanha para exercer a actividade de maneira mais organizada e sem interrupções.

#### Grande movimentação

Os postos do Cazenga, Luanda, Viana, Cacuaco, Talatona e Kilamba Kiayi registaram, ontem, grande movimentação.

Manuel Domingos, 32 anos, mototaxista há dez anos, exibindo a sua carteira profissional, recordou os momentos que temia a abordagem de fiscais da Administração Municipal e agentes da Polícia Nacional, por falta de documentos.

"É para mim uma grande alegria estar legalizado", disse o mototaxista, que aplaudiu as facilidades

existentes no processo de licenciamento, cadastro e aquisição do título da carteira profissional.

Manuel Domingos, delegado da AMOTRAG, disse que os associados estão a ser sensibilizados no sentido de aderirem à campanha, o mais rápido possível.

Para o processo de licenciamento os interessados deverão possuir cópia do Livrete e Título de Propriedade do veículo ou embarcação, cópia do Bilhete de Identidade, certidão do registo comercial (pessoas colectivas), seguro obrigatório válido, ficha de inspecção técnica e o modelo 21.

Importa referir que a inspecção técnica poderá ser feita nos locais de licenciamento, indicados pelas administrações municipais, por meio das direcções municipais dos Transportes, Tráfego e Mobilidade

A campanha está a ser realizada em todas as administrações municipais, com base no Decreto Presidencial nº20/18, de 29 de Janeiro, sobre o regime geral de delimitação e desconcentração de competências, e tem a duração de 15 dias.



## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 73 missões diplomáticas e 77 municípios falham na prestação de contas

*Jornal Expansão*  
24 De Abril 2023

*Texto: Joaquim José Reis*

No primeiro trimestre de 2022, apenas 12 de um total de 85 missões diplomáticas prestaram contas ao Estado sobre os meses de Janeiro, Fevereiro e Março, enquanto de um total de 166 administrações municipais apenas 89 cumpriram com essa obrigação, segundo o relatório da execução do OGE 2022 referente ao I trimestre publicado a semana passada em Diário da República.

Entre as 12 representações diplomáticas que cumpriram a lei, enviando para o Ministério das Finanças os três relatórios de prestação de contas mensais, quatro estão na Europa (o consulado em Paris e as embaixadas em Espanha, na Áustria e na Santa Sé, no Vaticano) e quatro encontram-se na Ásia (embaixadas dos Emirados Árabes Unidos, Coreia do Sul, Japão e Vietname). Já no continente africano apenas três representações diplomáticas cumpriram a lei, nomeadamente a embaixada da Tanzânia, a de Moçambique e a do Ruanda. Por fim, no continente americano, apenas a representação diplomática nas Nações Unidas enviou os três relatórios relativos aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2022. Há ainda 11 missões diplomáticas que enviaram pelo menos um dos três relatórios mensais.

Contas feitas, apenas 14% das missões diplomáticas angolanas fora do País cumpriram com a obrigação de prestação de contas no período.

É por isso que, de acordo com a Resolução da Assembleia da República n.º 5/23, de 13 de Abril, que aprova o relatório de execução orçamental do I trimestre de 2022, os deputados deixam várias recomendações, entre elas uma direccionada para as missões diplomáticas. "Que, no âmbito do princípio da boa governação, sejam adoptadas medidas rigorosas para que as unidades orçamentais cumpram com os prazos de prestação de contas, sobretudo as

Missões Diplomáticas e as Administrações Municipais".

Mas o incumprimento do dever de prestação de contas por partes das missões diplomáticas não é novo (e também não é exclusivo a estas unidades orçamentais) e tem sido alvo de referências nas Contas Gerais do Estado (CGE) ano após ano, que têm alertado também para outras questões e omissões por parte das embaixadas e consulados. Na versão preliminar da CGE 2021, publicada no site do MinFin, o relatório alertava para incumprimentos por parte das missões diplomáticas relacionadas com a obrigação de registo de receitas e de despesas no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), um mecanismo que confere maior transparência já que garante maior controlo sobre a despesa e a receita pública. Naquele ano, cerca de metade das representações diplomáticas não cumpriu esta obrigação. Mas se as missões diplomáticas têm sido avessas ao cumprimento da obrigatoriedade de prestação de contas mensais para a realização dos relatórios de execução trimestral dos OGE, o mesmo acontece com uma boa parte das administrações municipais.

De acordo com a Resolução da Assembleia da República n.º 5/23, relativo ao relatório de execução orçamental do I trimestre de 2022, entre as 166 administrações municipais do País, 89 cumpriram a sua obrigação enquanto 77 não o fizeram. Ou seja, apenas 54% das administrações municipais prestaram contas ao Estado sobre as suas contas. Ainda assim, há uma significativa melhoria face ao que consta no relatório de execução relativo ao IV trimestre de 2021, em que apenas 36 administrações municipais enviaram os três relatórios exigidos por lei, configurando uma "taxa de cumprimento" de apenas 22% sobre o total de 166 administrações municipais.

Bengo, Cunene, Huambo, Malange e Namibe foram, no I trimestre de 2022, as províncias cujas administrações municipais cumpriram a 100% a prestação de contas. Bengo e Huambo têm sido cronicamente os "bons alunos" na prestação de contas, com a totalidade das suas administrações municipais a cumprirem o dever de enviar relatórios mensais ao MinFin.

## 4.2 Dívida Pública do país está agora a cinco pontos percentuais da meta

*Jornal Economia & Finanças*

*28 De Abril de 2023*

*Texto: Isaque Lourenço*

O ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, disse, esta terça-feira, em Luanda, que a dívida pública de Angola saiu de 134 por cento em 2020 para os actuais 65 por cento, colocando-se muito perto dos 60 por cento fixados internacionalmente como o valor ideal, o que é também meta do Executivo nesse mandato.

Na abertura da 1ª edição do "Angola Economic Outlook", evento de iniciativa do Governo de Angola, realizado pelo Ministério da Economia e Planeamento, Manuel Nunes Júnior fez saber que "esta tendência de diminuição da dívida pública é um factor essencial para a diminuição gradual das taxas de juro de mercado, «o que já está a acontecer», mesmo numa altura em que no mundo se assiste a uma tendência contrária, de aumento das taxas de juro".

A par disso tudo, disse que a taxa de inflação tem conhecido, igualmente, uma trajectória, nitidamente, decrescente.

Após ter atingido o pico de cerca de 42 por cento em 2016, explicou, a taxa de inflação foi reduzida para 13,8 por cento em 2022. Em Fevereiro de 2023, a taxa de inflação fixou-se em 11,54 por cento, a mais baixa desde 2015, segundo avançou Manuel Nunes Júnior.

Tudo isso, conforme aborda o ministro de Estado, é valorizado pela recuperação do sector não petrolífero, que teve um crescimento robusto e, em 2022, a tendência de recuperação da economia foi consolidada.

Estimativas preliminares indicam que o Produto Interno Bruto (PIB), indicador que mede a capacidade de geração de riquezas num país, terá crescido o ano passado em torno de 3,05 por cento, com o sector de petróleo e gás a crescer 0,5 por cento e o sector não petrolífero a crescer 3,9 por cento.

Para 2023, a previsão de crescimento é de 3,3 por cento, com o sector petrolífero a crescer 3,3 por cento e o não petrolífero a crescer 3,42 por cento.

"Temos de continuar nesta trajectória de crescimento económico para que os grandes problemas sociais do

país sejam resolvidos com especial realce para o desemprego", afirmou.

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Governo inclui novos nomes na estratégia, mas acção é tida como «manobra de diversão»

*Jornal Novo Jornal*

*21 De Abril de 2023*

*Texto: Sebastião António*

O Executivo incluiu mais seis nomes na equipa montada, em Outubro de 2022, para trabalhar na elaboração e na implementação do plano Integrado de Institucionalização das Autarquias Locais. Desta lista integram os secretários de Estado "para as Autarquias, Márcio Daniel, para o Asseguramento Técnico, Carlos Jorge, para a Justiça, Evandro Solano, para o Orçamento e Investimento público, Luciane de Sousa, para a Administração pública, Amélia Varela, e para as Obras públicas, Manuel Molares D' Abril.

A inclusão destas seis entidades resulta da aprovação, por Decreto Executivo, do regulamento sobre a organização e funcionamento do grupo técnico de apoio à Comissão Interministerial para a elaboração e implementação do plano integrado de institucionalização das autarquias locais (GT-PIIAL).

De acordo com o Decreto-Executivo nº 38/23, o GT-PIIAL tem, entre outros encargos, o de preparar as bases técnicas que facilitem a coordenação dos vários instrumentos de política e tomada de decisão sobre as matérias que englobam o PIIAL.

Por exemplo, assegurar a consistência das matérias e das informações preparadas e remetidas pelos titulares dos departamentos ministeriais e pelos órgãos auxiliares do Presidente da República, emitir pareceres sobre as matérias específicas remetidas para a discussão da Comissão Interministerial, analisar, periodicamente, os indicadores disponíveis sobre os eixos estratégicos do processo de institucionalização das autarquias locais, sempre que solicitado pela Comissão Interministerial, propor medidas que promovam a criação e o aperfeiçoamento das leis, bem como regulamentos relativos à institucionalização e funcionamento das autarquias locais.

Oposição e sociedade civil falam em «manobra de diversão».

A propósito da recente aprovação do regulamento sobre a organização e funcionamento do GT-PIIAL, partidos políticos na oposição e organizações da sociedade civil, ao Novo Jornal, questionam intenção do Executivo.

Para a UNITA, por exemplo, a acção em questão representa uma medida de diversão política e administrativa usada para retardar a implementação das autarquias.

"Depois de seis meses, o Executivo vai apresentar mais uma ideia periférica, e, quando assustarmos, estamos em 2027.

Aí, com a agenda eleitoral do país, o Governo virá com a cantiga de que primeiro vamos resolver o problema das eleições gerais e depois a questão das eleições", calcula Alcino Cuvalela, secretário nacional para as Autarquias do 'galo negro'.

Para o também deputado à Assembleia Nacional, o retorno da discussão sobre o pacote autárquico, no Parlamento, bem como a sua possível implementação dependem tão-somente do Presidente da República, que, em 2022, criou a Comissão Interministerial para o efeito.

"Tudo, neste momento, está a depender do Presidente da República. É uma cantiga quando diz que é um problema da Assembleia Nacional. Isso é como que se estivesse a brincar com a consciência nacional e a desafiar a nossa intelectualidade. Se temos uma comissão interministerial encarregada deste papel, então tudo depende dela. Tudo isso é uma manobra de diversão para ganhar tempo", finaliza Alcino Cuvalela.

À semelhança, João Malavindele, que preside à OMUNGA, também vê a aprovação do referido grupo técnico como um subterfúgio encontrado pelo Executivo para retardar a realização da alegada vontade popular.

"Neste momento, achamos que é mais um show para o inglês ver. Quer dizer, estamos aqui diante de mais um subterfúgio ou de manobras dilatórias para fazer entender que há esta vontade da parte do Executivo, relativamente à implementação das autarquias", acusa o também activista cívico, para quem, caso o Executivo tivesse vontade, teria afixado um horizonte temporal para o efeito.

Cesaltina Abreu, coordenadora do Laboratório de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Católica de Angola, também é outra figura da sociedade civil que questiona os modus operandi do Executivo em matéria sobre autarquias.

A investigadora alarga a sua crítica à criação das comissões para o efeito,

questionando, portanto, a sua eficiência. "No ano passado, foi-nos dito que só faltava uma lei. Então, porquê que esta lei não é aprovada? Essa é a pergunta a fazer. Quer dizer, não há lei, mas há comissões. Se aquela lei é impeditiva de avançar, porquê- que há comissões já criadas?, questiona Cesaltina Abreu.:

Já José Seque ira, presidente do Movimento Nacional de Jovens Universitários de Angola, abreviadamente MNJUA, vê nas acções do Executivo uma vontade de tentar fazer que as autarquias sejam um facto consumado .

"Mas, é importarte também que tenhamos consciência de que todo qualquer processo tenha os seus timings e acho que estes estejam a ser observados para que, de facto, todos os elementos que devem ser consignados no quadro das autarquias sejam consumados. Sem sombras para dúvidas, é um passo significativo", sublinha José Serqueira.

## 5.2 73 missões diplomáticas e 77 municípios falham na prestação de contas

*Jornal Expansão*  
24 De Abril 2023

*Texto: Joaquim José Reis*

No primeiro trimestre de 2022, apenas 12 de um total de 85 missões diplomáticas prestaram contas ao Estado sobre os meses de Janeiro, Fevereiro e Março, enquanto de um total de 166 administrações municipais apenas 89 cumpriram com essa obrigação, segundo o relatório da execução do OGE 2022 referente ao I trimestre publicado a semana passada em Diário da República.

Entre as 12 representações diplomáticas que cumpriram a lei, enviando para o Ministério das Finanças os três relatórios de prestação de contas mensais, quatro estão na Europa (o consulado em Paris e as embaixadas em Espanha, na Áustria e na Santa Sé, no Vaticano) e quatro encontram-se na Ásia (embaixadas dos Emirados Árabes Unidos, Coreia do Sul, Japão e Vietname). Já no continente africano apenas três representações diplomáticas cumpriram a lei, nomeadamente a embaixada da Tanzânia, a de Moçambique e a do Ruanda. Por fim, no continente americano, apenas a representação diplomática nas Nações Unidas enviou os três relatórios relativos aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2022. Há ainda 11 missões diplomáticas

que enviaram pelo menos um dos três relatórios mensais.

Contas feitas, apenas 14% das missões diplomáticas angolanas fora do País cumpriram com a obrigação de prestação de contas no período.

É por isso que, de acordo com a Resolução da Assembleia da República n.º 5/23, de 13 de Abril, que aprova o relatório de execução orçamental do I trimestre de 2022, os deputados deixam várias recomendações, entre elas uma direccionada para as missões diplomáticas. "Que, no âmbito do princípio da boa governação, sejam adoptadas medidas rigorosas para que as unidades orçamentais cumpram com os prazos de prestação de contas, sobretudo as Missões Diplomáticas e as Administrações Municipais".

Mas o incumprimento do dever de prestação de contas por partes das missões diplomáticas não é novo (e também não é exclusivo a estas unidades orçamentais) e tem sido alvo de referências nas Contas Gerais do Estado (CGE) ano após ano, que têm alertado também para outras questões e omissões por parte das embaixadas e consulados. Na versão preliminar da CGE 2021, publicada no site do MinFin, o relatório alertava para incumprimentos por parte das missões diplomáticas relacionadas com a obrigação de registo de receitas e de despesas no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), um mecanismo que confere maior transparência já que garante maior controlo sobre a despesa e a receita pública. Naquele ano, cerca de metade das representações diplomáticas não cumpriu esta obrigação. Mas se as missões diplomáticas têm sido avessas ao cumprimento da obrigatoriedade de prestação de contas mensais para a realização dos relatórios de execução trimestral dos OGE, o mesmo acontece com uma boa parte das administrações municipais.

De acordo com a Resolução da Assembleia da República n.º 5/23, relativo ao relatório de execução orçamental do I trimestre de 2022, entre as 166 administrações municipais do País, 89 cumpriram a sua obrigação enquanto 77 não o fizeram. Ou seja, apenas 54% das administrações municipais prestaram contas ao Estado sobre as suas contas. Ainda assim, há uma significativa melhoria face ao que consta no relatório de execução relativo ao IV trimestre de 2021, em que apenas 36 administrações municipais enviaram os três relatórios exigidos por lei, configurando uma "taxa de cumprimento" de apenas 22% sobre o total de 166 administrações municipais.

Bengo, Cunene, Huambo, Malange e Namibe foram,

no I trimestre de 2022, as províncias cujas administrações municipais cumpriram a 100% a prestação de contas. Bengo e Huambo têm sido cronicamente os "bons alunos" na prestação de contas, com a totalidade das suas administrações municipais a cumprirem o dever de enviar relatórios mensais ao MinFin.

### 5.3 GPL vai lançar plataformas digitais para aproximar os cidadãos

*Jornal de Angola*

*27 De Abril de 2023*

*Texto: Pedro Bica*

O Governo Provincial de Luanda vai lançar, nos próximos meses, várias plataformas digitais e físicas, com o objectivo de estar mais próximo dos munícipes da capital.

A informação foi avançada, ontem, pelo director provincial da Comunicação Social, Wilson dos Santos, que, na ocasião, considerou os munícipes o centro das atenções do governador Manuel Homem.

"Estes canais que vamos pôr à disposição dos cidadãos são para criar maior interacção e dar respostas rápidas aos munícipes de Luanda, sobre os problemas das ruas inundadas, a falta de energia eléctrica, delinquência, construções e as vendas irregulares", disse.

Wilson dos Santos defendeu, ainda, num fórum de partilha de plataformas de comunicação, que juntou docentes universitários, economistas e jornalistas, mais atenção para a problemática da humanização dos serviços locais.

Nova revista

O Governo Provincial de Luanda conta, desde ontem, com uma nova revista trimestral, generalista, de 71 páginas, feita para abordar as questões sociais dos municípios, comunas e distritos urbanos.

O director provincial da Comunicação Social anunciou ainda a disponibilização de um "Call Center", um programa de rádio, um aplicativo para "Smartphones", com os quais é possível fazer denúncias e marcar audiências. "Queremos através das redes sociais, do portal do governo provincial, ou dos canais de interacção virtual, levar os serviços cada vez mais perto dos cidadãos da capital", referiu.

Wilson dos Santos garantiu que o fórum é um marco para se ter mais atenção aos instrumentos de comunicação, como meios eficazes para estar perto dos governados

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Chuvas destroem mais de 700 casas

*Jornal de Angola*

*1 De Abril de 2023*

*Texto: Adão Diogo*

As fortes chuvas que se abateram, desde finais de Outubro do ano passado, causaram a destruição de mais de 700 casas, no município de Muconda, província da Lunda-Sul.

Os dados foram tornados públicos pela administradora da circunscrição, Maria Segunda, acrescentando que, nas últimas 72 horas, 35 casas foram destruídas, devido à intensidade da chuva.

Acrescentou que as famílias desalojadas estão a ser apoiadas pelas comunidades, enquanto se aguarda pela ajuda da Administração Municipal e do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

Maria Segunda descartou a ocorrência de danos humanos. Precisou que, no ano transacto, foram distribuídas chapas de zinco às vítimas das chuvas, a fim de facilitar a reconstrução das casas destruídas.

Referiu que a limitação de verbas condiciona a efectivação de apoio às famílias desabrigadas. Ressaltou que os números avançados foram fornecidos por informes elaborados pela representação do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, em função do levantamento feito nas comunas do município.

### 6.2 Governo Provincial de Luanda trabalha na recuperação da estrutura urbana

*Jornal de Angola*

*2 De Abril de 2023*

*Texto: Edivaldo Cristóvão*

O governador de Luanda orientou, sábado, a demolição de infra-estruturas que estão a ser construídas fora da legalidade e dos padrões impostos pelo Estado, pondo em risco a estrutura urbana da capital do país.

Manuel Homem fez estas declarações durante uma visita de constatação à orla marítima da zona dos

Ramiros e ao longo da via expressa, na Avenida Fidel de Castro, que passa pelas localidades do Kilamba, Kikuxi, Engevia, Zango, Sequele, assim como outras zonas adjacentes aos municípios de Viana e Cacuaco.

Além da demolição de algumas infra-estruturas, o governante ordenou, também, o embargo de obras que estão fora dos padrões estipulados, sendo uma delas a esquadra da Polícia Nacional que se encontra nas imediações da Engevia.

Com essas medidas, o Governo pretende manter o ordenamento destas zonas, no sentido de garantir melhores vias de acesso e proporcionar bem-estar aos cidadãos, que muito se queixam da falta de passeios, assim como de acessos aos transportes públicos.

De acordo com o perímetro estipulado pelo Governo Provincial de Luanda está, apenas, autorizada a construção de infra-estruturas a 100 metros da berma da estrada, mas cidadãos insistem em desrespeitar as medidas impostas, o que propicia o crescimento desordenado.

Em função disso, o perímetro entre a via expressa e as infra-estruturas vai passar a, pelo menos, 50 metros de distância, para salvaguardar algumas infra-estruturas que foram autorizadas pelas direcções das administrações anteriores.

"Esta visita é uma sequência do reordenamento do comércio que estamos a fazer nos últimos dias, na província de Luanda. No caso da Avenida Fidel de Castro, constatamos o grau de execução das medidas que estão a ser tomadas", disse o governador.

Manuel Homem defendeu a necessidade de se corrigir o comportamento de alguns cidadãos que ocupam espaços públicos, à berma de estradas e de infra-estruturas, comprometendo, por exemplo, postos de energia eléctrica, através de construções anárquicas e ilegais.

Em relação à orla marítima, o governador apontou como um dos grandes constrangimentos a destruição de mangais, orientando, por isso, a demolição de obras que põem em perigo o ambiente.

Segundo Manuel Homem, os funcionários das administrações municipais que autorizam esse tipo de obras serão punidos de acordo com a lei, o que pode resultar em expulsão da função pública.

O governador explicou que a autoridade do Estado não deve ser questionada, mas sim respeitada e cumprida, referindo-se a alguns cidadãos que não querem que as suas obras sejam embargadas.

"Antes das obras começarem a ser executadas é preciso que os técnicos das administrações tenham em conta todos os pressupostos legais, como estudos de impacto ambiental e outros aspectos fundamentais", sublinhou.

A visita de constatação do governador de Luanda teve início nas primeiras horas da manhã de ontem, e, mesmo com a chuva que se abateceu sobre a zona dos Ramiros e em quase toda a extensão da via expressa, não foi interrompida.

Campanha de sensibilização

O Governo Provincial de Luanda promove uma campanha para sensibilizar a população no sentido de evitar vender em locais impróprios.

A campanha, denominada "Venda no lugar certo", já convenceu cerca de mil vendedoras, na rua das Gajajeiras, a aderir aos mercados do Distrito Urbano do Rangel.

O Governo Provincial de Luanda proíbe a venda nas avenidas Fidel de Castro, Sérgio Luther Rescova, Cónego Manuel das Neves, Ngola Kiluanji, nas ruas Rei Mandume, Gajajeiras, 17 do Cassequel do Buraco, bem como nas rotundas da Camama e do Calemba II.

Nos próximos dias, o Governo Provincial de Luanda visita a Ilha do Mussulo, para constatar, também, o grau de cumprimento das medidas impostas.

### 6.3 Moradores devem ser os primeiros a garantir preservação dos edifícios

*Jornal de Angola*  
2 De Abril de 2023

O Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação defende que os moradores devem ser os primeiros a contribuir na preservação dos edifícios do país.

Este posicionamento foi feito, sábado, durante o debate "Sábado às 10 e 10", da Rádio Nacional de Angola, realizado na sequência do desabamento, no sábado da semana passada, de um edifício de seis andares na Avenida Comandante Valódia, em Luanda.

O director nacional de Capacitação de Riscos e Desastres daquele departamento ministerial, Edson Fernandes, chamou a atenção dos moradores para o facto de que, com a colocação de tanques de água,

geradores e outros instrumentos pesados, aumentam, ainda mais, o risco de degradação dos edifícios.

"A manutenção dos edifícios deve ser uma questão de vivência diária. Por conseguinte, devem ser eles os primeiros a garantir que os edifícios estejam conservados. Se não estão conservados, que eles possam ajudar na busca de soluções", defendeu.

Por seu turno, o director nacional de Edifícios e Monumentos do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Hélder Biala, revelou que existem, no país, mais de 500 imóveis críticos, dos quais 139 estão em riscos de desabar, de acordo com o levantamento feito por aquele departamento ministerial, em colaboração com os governos provinciais.

Durante o debate em que foi abordada a conservação e manutenção dos edifícios públicos e privados, aquele responsável informou que mais de 50 por cento dos imóveis catalogados e que se encontram em situação de risco estão na província de Luanda. Hélder Biala disse que os moradores dos edifícios em risco de desabar já foram notificados para desalojamento.

Depois de feita a análise, referiu, concluiu-se que alguns edifícios tinham de ser demolidos, enquanto outros ainda têm a possibilidade de reparação. "Os moradores de todos aqueles edifícios cadastrados por estarem em risco de ruína já foram notificados que devem abandoná-los para se fazer a intervenção necessária", disse.

No debate, o director do Laboratório de Engenharia de Angola, Fernando Bonito, defendeu a tomada de medidas mais abrangentes e que envolvam todas as inteligências de Angola, nomeadamente as Ordens dos Engenheiros, dos Arquitectos, o próprio Ministério de tutela, as universidades e um conjunto de instituições que podem ajudar na definição de linha de acção neste sentido.

O arquitecto Viti Salambi, representante da Ordem dos Arquitectos de Angola, considerou que se trata de um problema social e económico que deve ser abordado com envolvimento de toda a sociedade.

"O Ministério tem que realizar políticas, não pode ser executor. É preciso dinamizar e criar toda uma estrutura que depois vai chegar até à comissão de moradores. É preciso olhar para a dimensão do problema, legislar e regulamentar. É preciso criar normas e olhar para o alcance da sociedade e da capacidade do quadro técnica", defendeu o arquitecto.

O debate "Sábado às 10 e 10" contou com a participação do coordenador dos moradores do prédio Anjo-hotel, na cidade do Huambo. Inácio Manuel disse que tem estado a fazer algum trabalho de sensibilização com os moradores, para que adoptem condutas mais saudáveis.

"Se fizéssemos um levantamento de todas as centralidades, daqueles edifícios que foram construídos na era colonial, nós vamos ver que há sub-carga de pessoas. Há apartamentos com 10 ou 11 pessoas! Isto também contribui para que haja desequilíbrio do próprio edifício", considerou.

## 6.4 “A maioria dos edifícios em Luanda estão velhos”

*Jornal Luanda*

*3 De Abril de 2023*

*Texto: António Pimenta*

Que soluções sugere para a situação dos prédios em Luanda?

A primeira solução passa pela adopção e imposição de algumas medidas preventivas, como a inspecção de todos os edifícios com mais de 50 anos de vida útil, a avaliação do seu estado e, nos casos onde se mostrar necessário, ordenar a realização de obras de engenharia para reforçar as infraestruturas, para aumentar o seu tempo de vida útil.

O mau USO do edifício está a ser visto. em alguns círculos locais, como umas das principais causas para o desabamento.. Partilha da mesma visão?

Quando se constrói uma infra-estrutura, ela persegue sempre um fim, um objectivo concreto. Na maior parte dos casos, são erigidos para funcionarem como centros habitacionais, mas podem ser, também, apenas para escritórios, centros comerciais, entre outros. E aí é que reside o nosso grande problema.

Pode explicar melhor

Depois da Independência, misturamos tudo. Os edifícios construídos para escritórios se transformaram em residências e vice-versa. As acções e cálculos estruturais, que se utilizam para a construção de um edifício para escritórios, não são os mesmo que se utiliza para a construção de apartamentos.

Os geradores também influenciam?

Sim, temos os problemas dos geradores que abundam em quase todos os edifícios. Os geradores e as alterações que se fazem no interior dos apartamentos,

sem qualquer "régua e esquadro", as casas que se constroem nos terraços, representam uma grande ameaça à estabilidade das edificações. É lógico que quando alteramos a natureza do edifício, isso acarreta sempre algumas consequências, como esta que acabou de acontecer.

Mas temos o caso do sobrepovoamento dos apartamentos...

O sobrepovoamento não deixa de constituir uma ameaça à estabilidade dos edifícios e, neste caso concreto, pode, com certeza, ter contribuído para o desabamento do prédio.

Há muitos prédios em Luanda em risco de desabamento?

A julgar pelo uso que se faz, tudo é possível. Temos edifícios na baixa . da cidade onde os elevadores e as varandas foram transformados em dormitórios. Um apartamento caculado, por exemplo, para acomodar 3 a 4 pessoas, hoje pode ter mais de quatro famílias. Há uma excessiva sobrecarga dos edifícios, que, em muitos casos, pelo tempo de vida útil dos mesmos, não aguentam e acabam sempre em desgraça.

E a infiltração das águas ...

Pessoalmente, descarto essa possibilidade. Pode até ser uma razão, mas não a causa do desabamento.

Com que base defende esta teoria?

Quando há infiltrações de águas subterrâneas, isso cria um deslizamento de terra, que amolece o solo onde se encontram as fundações, originando o deslocamento das estruturas, entretanto, não o suficiente para originar o seu desabamento. O bairro do Kilamba, por exemplo, é uma zona com lençol freático muito alto. Em alguns edifícios existem elevadores com as caixas cheias de água. Quando chove, no Zango, as viaturas no parque de estacionamento ficam submersas, mas nem por isso a água representa riscos para os edifícios que lá se encontram.

Por outras palavras, considera a infiltração de água uma carta fora do baralho?

Sim, confirmo! A humidade, por si só, não tem capacidade suficiente para fazer desabar um edifício do jeito como aconteceu na Avenida Comandante Valódia. Pelo que aprendemos, desmoronamentos como estes acontecem apenas quando são utilizados dinamites para deitar-lhe abaixo.



Como assim?

Quem acompanha as imagens que àrculam nas redes sociais pode perceber com muita facilidade, que o edifício desabou na vertical; Não caiu para o lado nem para frente. El sentou. Geralmente esse tipo de actos acontece plas razões que fiz referênciã.

Se faz mover e a estrutura não cal. o que acontece?

Origina o desalinhamento das estruturas, mas sem causar o desabamento. Se a infiltração da água fosse o problema do edifício da Ave-nida dos Combatentes, o prédio nunca iria desabar. O que poderia acontecer seria, no mínimo, rachar, passando pelo que nós chamamos, estado de inutilização limite. Neste caso e apesar de continuarem de pé, não tem condições de habitabilidade. Aí passa para o estado limite útil de utilização.

O que causam os deslizamentos de terra?

Os deslizamentos de terra causam, o que chamamos, assentamentos das estruturas, que podem criar apenas fissuras e desagregação de algumas cortinas de alvenaria. Os edifícios em Luanda têm estruturas muito fortes, com fundações profundas e estacas capazes de su- portar os objectivos para o qual foram criadas. Não acredito muito que tenha havido uma falha nesta área. Só mais pela sobrecarga.

O que acha que deve ser feito para se evitar estes incidentes?

Realizar inspecções periódicas sobre os edifícios, porque, na sua maioria, estão todos velhos. Hoje foi o da Avenida Comandante Valódia.

Entretanto, pode haver outros na ci- dade que estão na eminência de desabar. Tanto é assim que alguns edifícios já foram evacuados, na rua Rainha Ginga e mesmo no Kinaxixi, para só citar alguns exemplos.

Quanto tempo de vida útil deve ter um edifício?

O tempo de vida útil dos edifícios vai até aos 50 anos. Quando passa esse tempo, ele tem que ser reavase é necessário um redimensionamento ou reabilitação dos elementos estruturantes. É um procedimento que se tornou prática em muitos países. Os pilares antigos são substituídos por novos, com novas armaduras. Aqui também podemos fazer isso, aumentando o tempo de vida útil dos edifícios. Quando estão muito desgastados, optam pela demolição.

Acha possível a adopção dessas práticas em Angola?

Claro que sim. O que falta, realmente aqui, é dar forma e implementar as políticas de fiscalização. As políticas existem e estão regulamentadas. c

Mas agora quem vai inspeccionar? Qual é, por exemplo, a área técnica, departamento ou o órgão do Estado à qual deve ser incumbida essa responsabilidade, particularmente na cidade de Luanda? Pode ter outros actores, mas é necessário que tudo comece a partir do Estado, como uma pessoa de bem, que deve identificar quais são as áreas que devem ser intervencionadas com maior urgência possível.

Há recursos e materiais para se realizar esse trabalho?

Eu, vosso entrevistado, fui formado numa academia (Universidade) onde muitos outros passaram. Penso que chegou a hora de aproveitarmos mais as universidades e as pessoas que passam por lá. Em outros países, são as universidades que realizam os grandes estudos científicos, os relatórios sobre diversas matérias ligadas à vida de um país.

O porquê que nós não conseguimos fazer isso? No caso concreto das universidades, que leccionam curso de arquitectura e engenharia, o desabamento deste edifício pode(ria) dar numa boa tese de fim do curso. Precisamos apenas de dar mais trabalho a estas instituições de ensino. Não precisamos de estar sempre a correr para fora do país para buscar respostas para os assuntos que a nós diz respeito. As nossas universidades estão aí para fazer as pesquisas, os levantamentos. Temos que começar a pensar nos centros de estudos para evitar que continuem a sair das universidades sem experiência alguma.

Como avalia a qualidade das novas construções realizadas em Luanda. sobretudo nas centralidades do KIIam e Sequele?

Digo uma coisa muito forte: enquanto a política continuar a sobrepor-se à engenharia, as construções vão continuar um grande perigo para as novas e futuras gerações.

O que é quer dizer com esta afirmação?

A construção de um edifício obedece a normas e quando estas normas são violadas temos sempre consequências. No nosso país, até no ramo da

construção, as normas que funcionam são mais políticas, do que, propriamente, técnicas.

A construção de um hospital e escola, por exemplo, exige um determinado tempo. Entretanto, se houver interesses políticos, como a necessidade de inauguração durante uma efeméride, as datas para conclusão podem ser alteradas de acordo com essas datas. Quando as coisas acontecem desta forma, tudo é feito a correr e sem observância dos padrões tecnicamente exigidos para a sua conclusão.

A construção das centralidades do Kilamba e Sequele terei passado por Isso?

O Kilamba não deixa de ser uma questão política. Precisava-se de mostrar ao mundo que somos capazes de construir uma cidade com aquele gabarito todo, mas, se calhar, não se observaram as boas práticas de construção, as impermeabilizações das fundações para se evitar as infiltrações e humidade nas paredes. Se calhar não tiveram em atenção os solos, se eram próprios ou não para o tipo de obras que temos hoje. Em muitos casos, os solos têm que passar por algumas adaptações para adequá-los a um determinado tipo de construções.

Está a deixar evidenciar reservas em relação à qualidade das obras do Kilamba e outras centralidades.

Não, não, não ... atenção! Não é que eu não acredite. Na minha óptica; estruturalmente, os edifícios foram bem concebidos, as cargas estão bem distribuídas. Em termos estruturais, o Kilamba, Sequele, mesmo até o Zango, foram muito bem edificadas. Entretanto, é importante saber como foi realizado o processo de acabamento, de que forma foram feitos os isolamentos que têm que ver com as estruturas que cobrem o subsolo. Os mesmos têm que ser devidamente protegidos pra evitar as infiltrações de águas subterrâneas, que causam a humidade nas paredes.

As que no do propriedade do Estado?

Como já disse, o Estado é uma pessoa de bem, como tal, deve prestar atenção e assegurar a protecção de todos os cidadãos, sobretudo aqueles que se encontram em zonas de perigo.

Mas seriam necessários grandes levantamentos?

Sim, são necessários os levantamentos para a segurança de todos que residem nestas zonas. É que o levantamento iria contribuir para a identificação dos edifícios que precisam de intervenção urgente e iniciar com a sua reabilitação. Os que não tiverem

solução devem ser evacuados para a sua posterior demolição.

## 6.5 Luanda dividida entre perplexidade e o susto

*Jornal Luanda*

*3 De Abril de 2023*



## 6.6 Moradores de edifícios degradados realojados em áreas mais seguras

*Jornal de Angola*

*5 De Abril de 2023*

*Texto: Arão Martins*

O Governo de Benguela tem realizado, desde Dezembro do ano passado, o realojamento de inúmeras famílias da cidade capital daquela província, no intuito de garantir melhor qualidade de vida a esses, informou, ontem, o vice-governador para o Sector Técnico e Infra-estruturas.

Adilson Gonçalves adiantou ainda que o Governo de Benguela está a efectuar o realojamento, devido ao estado de degradação de alguns edifícios da cidade.

Com base nos trabalhos de pesquisa realizados, disse, existem mais de 80 edifícios a precisarem de manutenção, devido ao estado avançado de degradação.

O governante, que inaugurou, sexta-feira passada, as quadras polidesportivas no bairro da Calomanga, em Benguela, destacou o empenhado do Governo local para mudar o quadro.

No ano passado, contou, foi feito o desalojamento de famílias que viviam no edifício do Nimas 500, dos 15 edifícios que o município do Lobito tinha.

No edifício, explicou, habitavam 16 famílias e, nesse momento, todos eles habitam já em condições mais seguras na Centralidade do Lobito.

O Governo de Benguela, frisou, fez, também, um trabalho de diagnóstico no prédio do Décimo, que tem problemas estruturais "muito sérios". Segundo o governante, o risco do edifício ruir é elevado, por isso, procedeu-se ao desalojamento das 48 famílias que viviam nele.

"Temos um atraso relativo com 16 famílias desde Dezembro do ano passado, que começaram, em Janeiro, a deixar o edifício. Actualmente, disse, há apenas uma família lá a habitar", explicou, adiantando que no próximo mês de Abril, vai encerrar-se com o processo de transferência, para depois realizarem trabalhos subsequentes.

À semelhança dos dois prédios, esclareceu, existem mais edifícios no município de Benguela, em estado bastante crítico, tendo indicado como exemplo o imóvel dos cooperantes, da estrutura da Famo e outros.

#### Pralongamento da Praia Morena

A marginal da Praia Morena está, desde há dias, a ser prolongada, anunciou o vice-governador provincial para o sector Técnico e de Infra-estruturas, Adilson Gonçalves. De acordo com o governante, a Praia Morena é um marco para a província de Benguela. "Todos os visitantes que vêm a Benguela têm que passar pela Praia Morena", disse, explicando que depois da requalificação da primeira fase, que já está à disposição do público, é a continuidade da outra fase.

Disse que os trabalhos que decorrem visam atingir às imediações da zona de restauração existente, e, na sequência, acrescentou, vai proceder-se com um processo, também, de realojamento das pessoas que vivem nas imediações do Pequeno Brasil, em direcção ao Rio Cavaco. "Já estamos a construir casas para o realojamento das famílias que habitam neste lugar. Já conversamos com as pessoas e explicamos qual é o processo que vai ocorrer com todas as famílias que habitam naquele perímetro", explicou, enaltecendo a satisfação com que as famílias estão a encarar o processo de transferência às zonas seguras.

Disse que existe um polígono bem definido com um número de casas já cadastradas. O pré-cadastro decorreu junto das famílias que vivem nas imediações do restaurante conhecido como Pequeno Brasil em direcção ao bairro do Matadouro.

Lembrou que, decorreu, sexta-feira, um trabalho de campo e já foram cadastradas 21 famílias e os trabalhos continuam. A perspectiva, informou, é de retirar daquele local entre 30 a 40 famílias.

#### Dombe Grande

Enquanto isso, várias famílias que vivem no Dombe Grande, viram, desde a semana passada, as suas moradias estarem isoladas, devido às águas que transbordaram do rio Coporolo. O vice-governador de Benguela para o sector Técnico e de Infra-estruturas, Adilson Gonçalves, disse que o problema do rio Coporolo é antigo e conhecido por todos. Segundo o governante, já houve intervenções estruturantes naquele rio. "Ao longo dos anos, o rio foi ganhando outro nível de desassoreamento, e nós já temos projectos bem definidos para fazermos uma intervenção profunda no leito do rio cavaco", garantiu.

Adiantou que com o projecto gizado, com o processo de regulação do leito do rio traçado, as famílias afectadas vão conhecer dias melhores. "Não tem casas inundadas. Tem casas isoladas. Mas, o histórico da população é um caso específico e as autoridades competentes estão a definir os melhores passos a dar com a população que vive naquela área", assegurou.

#### Realojamento de famílias em melhores locais

Várias famílias que vivem no bairro do Matadouro vão, nos próximos tempos, ser realojadas em melhores condições, anunciou Adilson Gonçalves.

"Nesta zona, temos três tipos de realojamento a serem feitas", disse, referindo-se que há pessoas que têm as suas casas muito bem construídas com alguma dignidade e bem estruturadas. Para essas famílias, disse, vai fazer-se o realojamento às Centralidades do Luongo, Baía Farta ou do Lobito, de acordo com as disponibilidades e diálogo que está a ser feito com os moradores.

O segundo cenário, referiu, abrange as casas semi-precárias e residências precárias.

"Actualmente, estamos a construir residências do tipo T2 para evoluir para de t3 e t4 na zona do Benguela Sul", indicou, acrescentando que para quem se desloca de Benguela em direcção ao município da Baía Farta, depois do novo Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) de Benguela, percebe-se logo o movimento de máquinas e o surgimento de novas residências", situou. Disse que já foram construídas no local duas residências modelo e os trabalhos de melhorar a acessibilidade daquela zona decorrem sem sobressaltos.

Adilson Gonçalves esclareceu que o terreno do local é argiloso e está-se a melhorar o acesso e os arruamentos para dar origem à construção das mais de 80 residências, das mais de 200 habitações previstas. Disse que a área vai servir, para, gradualmente, albergar as famílias que vivem no perímetro do Matadouro.

#### Prédio dos Cooperantes

Relativamente ao caso do prédio dos cooperantes, Adilson Gonçalves disse que é um processo antigo. Há um ano e meio, esclareceu, que se começou com esse processo. "Estamos a trabalhar para o mais rápido possível tirarmos as pessoas que se encontram naquele edifício", garantiu.

## 6.7 Requalificação da Vila da Muxima custa mais de 300 milhões de euros

*Jornal de Angola*

*5 De Abril de 2023*

*Texto: Isaque Lourenço*

O projecto de requalificação da Vila da Muxima, no município da Quiçama, província de Luanda, representa, nas suas duas componentes de financiamento, um investimento total de mais de 300 milhões de euros, equivalente a pouco mais de 160 mil milhões de kwanzas.

De acordo com a ministra das Finanças de Angola, Vera Daves de Sousa, ontem, à margem de uma visita ao projecto, há uma componente de 150 milhões de euros, financiada pelo Governo português, e que abrange a construção de moradias e outros equipamentos sociais.

Entre os referidos equipamentos da componente um (1) contam-se também as mais de 500 moradias em construção, neste momento, para o realojamento dos actuais moradores assim como da construção da futura Vila da Muxima, que se espera vir a ser um pólo de atracção de investimento privado nacional e estrangeiro, após conclusão.

A segunda componente do financiamento de 86 mil milhões de kwanzas (mais de 150 milhões de euros), disse a ministra, é referente a construção da Basílica e todos os serviços complementares, suportado pelo Governo angolano, através do financiamento de um banco local.

"Estamos a trabalhar com os dois financiadores em simultâneo para garantir também que as obras

tenham o mesmo período e cumpra-se a previsão de 36 meses para a conclusão", disse a ministra das Finanças.

Vera Daves de Sousa, que acompanhou ontem, o ministro das Finanças de Portugal, Fernando Medina, na visita às obras em curso no projecto de requalificação, afirmou que o Governo angolano está ciente do valor social, económico, cultural e também religioso que representa a Vila da Muxima.

"À semelhança do momento do lançamento da primeira pedra (ocorrida em Julho de 2022), ficamos bem impressionadas e tivemos a oportunidade de partilhar este sentimento com o senhor ministro das Finanças de Portugal, a quem temos a honra de receber nessa que, certamente, é a sua primeira de muitas visitas a Angola, e que marca um novo momento, um novo ciclo de maior dinâmica no que diz respeito à cooperação financeira entre os dois países", disse a ministra.

Vera Daves de Sousa lembrou estarem a actuar em Angola várias empresas portuguesas, sobretudo no sector da Construção Civil, tendo, contudo, realçado a existência de mais espaços para o aprofundamento da cooperação.

Relativamente ao projecto, a ministra das Finanças disse que o mesmo agrega o mérito de colocar-se à disposição não só dos peregrinos e de quem faz turismo religioso à Basílica, mas também da requalificação da Vila da Muxima e colocar infra-estruturas para beneficiar os moradores, incluindo um quadro habitacional com melhor qualidade.

#### Recuperação do investimento

Sobre como o Estado vai recuperar o investimento aplicado na requalificação da Vila da Muxima, a ministra Vera Daves de Sousa entende que em primeiro o ganho a valorizar é o social, pelos benefícios que as obras trazem aos munícipes. Também criam-se, com o projecto, infra-estruturas e zonas para o comércio, hotelaria e turismo, que depois vão, certamente, atrair a iniciativa privada, mais actividade comercial, geração de empregos directos e indirectos e estes empresários e os beneficiários dos serviços e postos de trabalhos criados são, seguramente, contribuintes do Estado.

100 das mais de 500 moradias previstas já estão finalizadas

O Gabinete de Obras Especiais (GOE), que coordena a execução das obras de requalificação da Vila da Muxima, deu a conhecer, ontem, durante a visita realizada ao local pelos ministros das Finanças

de Angola e de Portugal, que, até ao momento, estão já finalizadas 100 das mais de 500 moradias previstas no macro-plano, que vão servir para realojar os habitantes da sede da Muxima.

Segundo o coordenador do Macro-Projecto, Adilson Teixeira, as obras de edificação das moradias estão a ser executadas pelo consórcio Casais e Omatapalo, que deverão executar a totalidade das habitações no prazo previsto de 36 meses a contar do lançamento da 1ª Pedra, em Julho de 2022, pelo Titular do Poder Executivo e Presidente da República, João Lourenço.

Adilson Teixeira fez questão de garantir o cumprimento dos cronogramas e que, até ao momento, está-se dentro das metas preconizadas.

Detalhou que o projecto de requalificação inclui 10 quilómetros de rede de água, outros 10 quilómetros de rede de estrada, 15 quilómetros de redes pluviais, para além de 50 quilómetros de cabos de telecomunicações.

Para a iluminação pública está projectada uma rede de cabos com 36 quilómetros.

A futura Vila da Muxima deverá ter também albergues, escolas, centros de saúde e hospitais, esquadra de polícia e vários outros equipamentos sociais, indispensáveis para o seu funcionamento normal.

Pagas na totalidade dívidas com empresas portuguesas em actividade no país

Angola já pagou na totalidade a dívida certificada que contraiu às empresas portuguesas em actividade no país.

Esta garantia foi dada pela ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa, que acompanhou o homólogo de Portugal, Fernando Medina, esta terça-feira, na visita às obras de requalificação da Vila da Muxima.

Sem adiantar o número de empresas e o valor liquidado, Vera Daves de Sousa fez saber que existem outras dívidas não certificadas, entregues à Inspeção Geral da Administração do Estado (IGAE), para a devida averiguação e posterior remissão do dossier às Finanças.

Contudo, alertou a ministra, a liquidação destas eventuais novas dívidas vai depender dos novos acordos existentes, podendo ser pagas antes ou depois de processos mais recentes, em função das prioridades.

O ministro das Finanças de Portugal, Fernando Medina, está desde o dia 2, em Luanda, onde permanece até quinta-feira.

Para quarta-feira, na sede do Ministério das Finanças, está prevista a assinatura de vários acordos entre os ministros das Finanças de Angola, Vera Daves de Sousa, e o de Portugal, Fernando Medina.

## 6.8 Feira "Casa Própria" mobiliza 100 expositores

*Jornal de Angola*

*6 De Abril de 2023*

*Texto: Joaquim Suami*

A primeira edição da Feira "Casa Própria" decorre, em Luanda, nos dias 27 e 28 de Abril do ano em curso.

A iniciativa é da agência Linear Comunicação sob o lema "A importância da Habitação Social e o Sector Imobiliário no Combate a Pobreza e a Exclusão Social". A Feira vai contar com a participação de 100 expositores e 10 mil visitantes. Durante o evento, as famílias vão optar por várias maneiras para adquirirem uma casa. Primeira, pela via de auto construção dirigida, segundo pela compra de materiais de construção, e a terceira, pela compra de um terreno.

O consultor do Instituto Nacional da Habitação, Augusto Fernando, disse que o Governo e outras instituições do Estado têm estado em contacto permanente para encontrar soluções que promovam o mercado imobiliário no país. "As casas fazem parte da cesta de bens privados para o homem poder viver, mas é difícil obter uma residência. A casa é tão importante quanto o pão, arroz e feijão, mas estes bens alimentares, podemos comprar com facilidade, já habitação, 99 por cento, das famílias não consegue comprar a casa com um único salário", notou.

Indicou que, apesar do défice habitacional que se assiste no país, o Governo está apostado no "Programa de Auto-Construção Dirigida", para que as famílias angolanas de média e baixa possam adquirir casa própria.

A empresa Broima Investimentos vai construir, em cinco anos, casas sociais, com o objectivo de ajudar à população angolana de baixa renda a ter residência própria, no quadro da Política Nacional de Habitação

do Executivo, que visa colmatar o défice habitacional em todo o país.

A directora-geral da Broi-ma Investimentos, Linda Liu, que avançou, ontem, em Luanda, a informação, em conferência de imprensa, no âmbito da realização da 1ª edição da Feira "Casa Própria", que acontece, entre 27 e 28 deste mês, sob o lema "A importância da Habitação Social e o Sector Imobiliário no

Combate à Pobreza e à Exclusão Social", referiu que, a par da iniciativa de construção de casas sociais para as famílias angolanas, a construtora quer manter parcerias com empresas públicas, ministérios e outras entidades, para construir casas de média e baixa renda para os seus funcionários.

"A Broi-ma Investimentos, do grupo H&S, quer implementar esta iniciativa com o objectivo de ajudar os angolanos a conseguirem e realizarem o sonho da casa própria. Queremos trazer para Angola uma solução integrada para os cidadãos para terem um lugar para morar", disse, referindo que o objectivo da Broi-ma Investimentos é trabalhar com as entidades públicas que possuem terrenos, mas que não têm recursos financeiros, para implementarem projectos habitacionais para os seus funcionários.

"Queremos aproveitar a nossa presença na 1ª edição da Feira Casa Própria, para constatar as reais necessidades das famílias angolanas e das capacidades que têm em obter uma casa. Por exemplo, se o custo da habitação ronda entre 10 e 20 milhões de kwanzas, poderemos analisar a situação para ajudar a família necessitada", disse.

Reconheceu que o mercado imobiliário, em Angola, carece de casas de média/baixa renda para facilitar as famílias. "Temos feito vários estudos para focarmos neste tipo de habitações, mas não conseguimos, porque os custos de construção são altos. Apesar desta situação, temos que encontrar soluções para os nossos clientes", referiu.

## 6.9 Empresas do sector imobiliário expõem projectos de investimentos

*Jornal Economia & Finanças*

*7 De Abril de 2023*

*Texto: Joaquim Suami*

Cem empresas do sector imobiliário vão expor, nos dias 27 e 28 deste mês, em Luanda, os seus principais projectos de investimento, na 1ª edição da Feira "Casa Própria", que vai decorrer sob o lema "A importância da Habitação Social e o Sector

Imobiliário no Combate à Pobreza e a Exclusão Social".

O evento que está a ser promovido pela Linear Comunicação tem a previsão de 10 mil visitantes, e durante a exposição, as famílias vão optar por várias maneiras para adquirir casa própria.

A primeira opção, passa pela via de auto-construção dirigida, a segunda, pela compra de materiais de construção, e a terceira, pela compra de um terreno.

O consultor do Instituto Nacional da Habitação, Augusto Fernando, disse em conferência de imprensa que o Governo e outras instituições do Estado têm estado em contacto permanente para encontrar as melhores soluções que visam promover o mercado imobiliário no país.

"As casas fazem parte da cesta de bens privados para o homem poder viver, mas é difícil obter uma residência. A casa é tão importante quanto o pão, arroz e feijão, mas estes bens alimentares, podemos comprar com facilidade num só mês, já habitação, 99 por cento, das famílias não consegue comprar a casa com Augusto Fernando indicou que apesar do défice habitacional que se assiste no país, o Governo está apostado no programa de "Auto-Construção Dirigida", para que as famílias angolanas de média e baixa renda possam adquirir casa própria condigna.

Broi-ma vai construir casas sociais

A empresa Broi-ma Investimentos vai construir, em cinco anos, casas sociais, com o objectivo de ajudar a população angolana de baixa renda, a ter residência própria, no quadro da Política Nacional de Habitação do Executivo, que visa colmatar o défice habitacional em todo o país.

A directora-geral da Broi-ma Investimentos, Linda Liu, que avançou a informação, em conferência de imprensa, no âmbito da realização da 1ª edição da Feira "Casa Própria", que acontece, nos dias 27 e 28 deste mês, sob o lema "A importância da Habitação Social e o Sector Imobiliário no Combate à Pobreza e à Exclusão Social", referiu que a par da iniciativa de construção de casas sociais para as famílias angolanas, a construtora quer manter parcerias com empresas públicas, Ministérios e outras entidades, para construir casas de média e baixa renda para os seus funcionários.

"A Broi-ma Investimentos, do grupo H&S, quer implementar esta iniciativa com o objectivo de ajudar os angolanos a conseguirem e realizarem o sonho da casa própria. Queremos trazer para Angola uma solução integrada para os cidadãos para terem um lugar para morar", disse, referindo que o objectivo da

Broima Investimentos é trabalhar com as entidades públicas que possuem terrenos, mas que não têm recursos financeiros, para implementarem projectos habitacionais para os seus funcionários.

"Queremos aproveitar a nossa presença na 1ª edição da Feira Casa Própria, para constatar as reais necessidades das famílias angolanas e das capacidades que têm em obter uma casa.

Por exemplo, se o custo da habitação ronda entre 10 e 20 milhões de kwanzas, poderemos analisar a situação para ajudar a família necessitada", disse. Linda Liu reconheceu que o mercado imobiliário, em Angola, carece de casas de média baixa renda para facilitar as famílias.

"Temos feito vários estudos para focarmos nesse tipo de habitações, mas não conseguimos, porque os custos de construção são altos.

"Apesar desta situação, temos que para encontrar os nossos clientes", referiu.

## 6.10 Grupo H&S vai construir dual mil residências de alto padrão

*Jornal Economia & Finanças*  
7 De Abril de 2023

O Grupo H&S vai investir, em cinco anos, um bilião de dólares (aproximadamente 507 mil milhões de kwanzas), para a construção de duas mil residências de alta e média renda, no distrito do Camama, e junto à central idade do kilamba.

A vice-presidente da H&S, Linda Liu, disse que, para a implementação do projecto habitacional, a empresa conta com três terrenos, no Camama, de 130 hectares, onde se prevê construir um condomínio denominado "Camama Park, na via expressa e na avenida Imperial Santana, o grupo possui 164 hectares, para a construção de casas de alto padrão.

Linda Liu referiu que o projecto habitacional contempla a construção de centro tecnológico, junto ao condomínio Orlando Residencial. Para a gestora, o objectivo da H&S é erguer seis condomínios e um complexo comercial, no Camama, na via expressa e na avenida Imperial Santana, com as mesmas dimensões do Orlando Residencial, de 346 fogos habitacionais.

"No projecto de construção do condomínio Orlando Residencial garantimos 800 postos de trabalho para os angolanos, mas para todo o investimento, estamos a pensar atingir, entre 20 e 30 mil empregos para

angolanos, sobretudo, para jovens angolanos. Temos centros de formação para jovens", disse.

A gestora disse que o grupo H&S quer trazer uma solução integrada para que os angolanos possam ter um lugar para morar.

## 6.11 Reflexão sobre ter ou sonhar e ter casa em Portugal

*Jornal Economia & Finanças*  
7 De Abril de 2023

Milhares de angolanos têm o sonho de ter uma segunda, terceira habitação, tanto em Angola como no estrangeiro, contudo, o meu pensamento e preocupação advêm da actual situação inflacionária na Europa e a consequente subida dos juros bancários por via da intervenção do Banco Central Europeu. Este fenómeno também ocorre nos Estados Unidos da América, mas por via de razões linguísticas, sociais, familiares, migratórias (via dupla nacionalidade), praticamente todos os angolanos preferem comprar a sua habitação na Europa e em particular em Portugal.

Se há um ano tínhamos spreads negativos (margem de lucro e de risco de um banco que aplica nos créditos/financiamentos aos seus clientes), em Março e Abril, estamos a falar de 5 vezes mais, o que se revela nas alterações do valor da prestação ou reembolso aos bancos, de acordo com o período de alteração do indexante da Euribor (é a taxa de juro utilizada como referência nos empréstimos com Taxa de Juro Variável. O indexante mais utilizado em Portugal é a Euribor e os prazos de referência da Euribor mais utilizados são de 3, 6 ou 12 meses. Um Crédito Habitação que utilize como indexante a Euribor a 6 meses por exemplo, tem revisão da taxa de juro de 6 em 6 meses. A Euribor corresponde à taxa de juro média dos depósitos interbancários da zona Euro do mês anterior, publicadas no ecrã Euribor da Reuters (ou noutra que o substitua), pela Federação Bancária Europeia). Com as revisões para cima das taxas de juros implica que à data das revisões nos prazos da Euribor, os clientes bancários com crédito à habitação vejam as suas prestações aos bancos alteradas para valores superiores.

A inflação está em alta em Portugal em Maio atingiu os 8,3% em Março de 2023, a taxa mais alta desde 1993, o que e em princípio assim será, haverá no curto prazo um corte de produção de petróleo pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), levará a que a gasolina e o gasóleo fiquem mais caros na Europa e por conta disso haja um

aumento do índice de preços ao consumidor nacional nos países europeus e, com certeza, haverá revisões futuras do Banco Central Europeu para conter a inflamação, a par do que os governos da Europa poderão fazer, dentro de um enquadramento de pertencerem à União Monetária do Euro.

A Organização para cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) alerta que há risco de haver um aumento de crédito malparado no país. "Os contratos de crédito habitação de taxa variável [que representam 70% dos empréstimos em Portugal nos últimos meses), que têm demonstrado estar associados a uma maior probabilidade de incumprimento das hipotecas quando as taxas de juro sobem, são predominantes em vários países do Sul (Portugal e Grécia), Oriental (Polónia, Bulgária, Roménia e Países Bálticos) e Norte da Europa (Suécia, Finlândia e Noruega)", refere a OCDE no Economic Outlook .

Para os angolanos com a situação de terem crédito à habitação em Portugal e viverem em Angola ou entre os dois países, quero transmitir que há factores que, hoje, amortecem o impacto do atual contexto macroeconómico no crédito habitação, desde que as pessoas, as famílias estejam nesta situação que aponto a seguir, como:

-a poupanças das famílias,

-o mercado de trabalho robusto em Angola, com perspectivas de controlo da inflação e aumento do desempenho da economia e do emprego;

-Perspectivas de aumento do preço do petróleo;

-aumento da saída de capitais de Angola até 250 000 USD por ordenador singular e por ano ou sem limite no caso das empresas (via Instrutivo do B~A de 2023)

Contudo, alerta para que cada situação é uma situação. As pessoas, as famílias devem fazer contas à sua prestação mensal, à Euribor contratualizada e até se aderiram ao regime de Taxa de Juro Fixa ou Variável. A grande maioria dos créditos à habitação aderiram ao regime de taxa variável e é aí que entra a Euribor. Podem, igualmente, aderir a uma Taxa Mista (este tipo de taxa permite-lhe iniciar o seu empréstimo com taxa fixa (a 2,3,4,5,10,15,20,25 ou 30 anos) onde pagará sempre o mesmo valor de prestação, e depois ter o seu empréstimo indexado à taxa variável. Aqui a sua prestação vai ser revista ao longo do prazo remanescente, aumentará ou diminuirá conforme as taxas estejam a ser praticadas no mercado nesse momento. A vantagem da taxa mista consiste em conseguir por um lado, uma

melhor gestão do orçamento nos primeiros anos contratualizados para que irá pagar e, por outro, numa fase seguinte, usufruir dos benefícios da taxa variável}.

Volto a frisar, à disposição dos clientes com crédito à habitação estão três (3) tipos de taxas de juro pelo que devem ter em conta na sua avaliação os seguintes parâmetros para se acautelarem face ao encarecimento do crédito em Portugal, nos próximos 10 pontos:

1-Valor da prestação mensal ao banco vs rendimento mensal líquido para o crédito (taxa de esforço). Se a sua prestação ao banco aumentar até 150, 250 Euros, consegue cumprir com as suas responsabilidades?

2-Quanto desse rendimento líquido do nr 1 é fruto de actividades profissionais em Portugal. E em Angola? Ou um mix dos 2 países?

3-Consegue adiantar alguns meses de prestação ao banco para evitar constrangimentos nas transferências de Angola para Portugal?

4-Tem rendimentos prediais dessa casa, como ter arrendado o espaço e com isso ter um rendimento que pode abater parcial ou totalmente o valor da prestação ao banco?

5-Tem possibilidade de fazer amortizações de capital de forma antecipada?

6-Prevê ter problemas em cumprir "religiosamente" com as prestações nos próximos meses?

Saiba que os bancos estão disponíveis para atender a este tipo de questões, incluindo alterando a Euribor contratada ou o regi e de taxa de juro.

7-Prevê mudar-se ou mudaram-se para Portugal?

8-Pode aumentar as garantias ao bancos, como ter depósitos a prazo, comprar Dívida Pública da República de Portugal, ser accionista de empresas cotadas em Bolsa (Euronext Lisboa) e com isso renegociar a situação do crédito.

9-Aproveitar para comprar mais algum património imobiliário e usufruir do Estatuto de Investidor com Autorização de Residência, para investimento a partir de 500 000 Euros.

10-Criar uma sucursal na Ilha da Madeira - Portugal, usufruir do estatuto de zona tributária especial, com imposto sobre o rendimento das empresas bastante abaixo da taxa do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) do continente, o Imposto sobre o Valor Acrescentado também mais baixo,



entre outros benefícios fiscais e desta forma ter mais rendimento para a sua vida e para fazer face às obrigações creditícias.

Por fim, coloco para a vossa análise os dois seguintes gráficos no qual se podem ver a evolução do encarecimento das prestações aos bancos com o evoluir das subidas taxas de Juro do BCE e como a Euribor (a 6 meses) tem evoluído desde a crise hipotecária (subprime) nos EUA em 2008 até 2022.

## 6.12 Preços dos materiais de construção motivam a retoma das obras

*Jornal de Angola*

*8 De Angola de 2023*

*Texto: Marcelino Wambo*

O preço do material de construção, ao longo do primeiro trimestre do ano em curso, registou uma notável redução, nos principais armazéns da cidade do Huambo, o que está a garantir a retoma de muitas obras, antes paralisadas por causa dos custos elevados que eram praticados.

A informação foi prestada por alguns comerciantes ouvidos nesta quinta-feira na cidade do Huambo, pelo Jornal de Angola, tendo referido que os preços praticados localmente, dependem dos principais fornecedores nacionais e internacionais.

O cidadão mauritaniano Mohamed Sidi, proprietário de uma das lojas, referiu que, o varão de aço, chapa de zinco, tubos (pvc), tecto falso (pladur), cimento, tintas e acessórios de plásticos, fazem entre outros, os materiais mais comercializados nos últimos dias, por terem registado uma redução dos seus preços.

Apontou, a título de exemplo que, o varão de aço de referência de 12 milímetros, há meses atrás, era comercializado por 7 mil e actualmente, baixou para 4 mil kwanzas, mesma referência de varão sem aço, custava 5 mil e reduziu para 3mil e 500 kwanzas.

O varão de 6 milímetros agora está no valor de mil e 300, contra os dois mil e 500 kwanzas, o cimento agora custa três mil e cem, contra os anteriores 3 mil e 600, cimento cola custa mil e 300, antes era mil e 800.

A chapa de zinco de três metros, antes era comercializada no valor de 3 mil, passou para 2 mil, o balde de tinta de 15 litros também baixou, independentemente da qualidade.

Mohamed Sidi, disse que dentro do pacote de preços, apontou que o contraplacado é o material que até hoje não registou baixa, estando a ser comercializado ao preço de 12 mil kwanzas.

O preço de um camião de brita varia entre 150 a 200 mil kwanzas, contra os anteriores 100 e 120 mil kwanzas, a pedra que era comercializada ao valor de 45 mil, passou a ser vendida a 70 mil kwanzas e área ao custo de 45 mil contra os 35 mil kzs até o ano passado.

Mohamed Sidi que vive no Huambo há 14 anos, exerce o comércio de todo tipo material de construção, tendo proporcionado emprego a 25 angolanos, maior parte jovens antes envolvidos no mundo da delinquência.

Por seu turno o outro comerciante, Abdul Haman considerou que o baixar dos preços, ser um importante indicador para o desenvolvimento do mercado da construção, e se consegue identificar o grau de intensidade das actividades do sector.

"Apesar da redução de preços dos materiais de construção, o pagamento do frete nos camiões de Luanda para distintas províncias, continua caro, porque os camionistas não baixaram devido ao custo elevado de pneus e outros acessórios sobressalentes".

Sublinhou que o índice de preços de materiais de construção é um sinal da melhoria da situação económica do país.

O cidadão Aurélio Kussuma, que se encontrava num dos armazéns a comprar varões e cimento, certificou que desde o mês de Novembro do ano passado, se registou a redução substancial de preços, o que os motivou a reiniciar com as obras que paralisada há mais de três anos.

Certificaram que há cinco anos já chegaram a ponto de comprar um varão com aço ao valor de 7 e 8 mil kwanzas e o cimento a 4500 kwanzas.

Como eles, outros cidadãos nesta época, viram-se obrigados a desistir de levantar obras e quebrar o sonho da casa própria devido aos preços exorbitantes.

Consideraram que se o Executivo apostar na produção local dos materiais de construção, sem contar tanto com a importação, os preços vão baixar ainda mais, o que pode propiciar mais emprego aos jovens e o sonho de casa própria.

### 6.13 Construtores apostam em condomínios privados de segmento mais económico

*Jornal Expansão*

*10 De Abril 2023*

*Texto: Faustino Diogo*

A construção de novos condomínios em Luanda vai ganhando espaço depois de um período de estagnação e a aposta agora dos construtores passa por construir em zonas mais baratas como a Via Expressa, Camama ou Cacuaco, mais em conta com os bolsos dos angolanos.

Investidores apontam a segurança como um dos principais motivos para a aposta na construção destes condomínios, depois de um período menos bom devido a alguns projectos não concluídos, que deixaram à sua sorte clientes que em alguns casos já tinham pago a totalidade dos imóveis.

Zonas como o Camama, Via Expressa ou Cacuaco têm sido as escolhidas para as novas edificações, depois do "el dorado" que foi a zona do Talatona, mais cara.

"Apostamos nos condomínios por causa da segurança. As pessoas querem estar tranquilas nas suas casas. E a melhor forma de o conseguirem é pela via destes projectos, que garantem também algum conforto aos habitantes", avançou ao Expansão Linda Liu, representante de uma construtora que mantém a aposta depois de uma primeira experiência positiva com a construção do Jardim das Rosas em 2009.

"O Orlando Residencial é a nossa primeira aposta e prevemos construir mais 5 outros condomínios nesta zona do Kilamba. Com imóveis T3 e T4", disse.

A responsável avançou que estes projectos estão a ser garantidos com financiamento privado, com base num fundo de investimento chinês. "Os nossos projectos têm garantia financeira. O nosso capital é garantido por um fundo criado por investidores chineses. E nestes seis condomínios vamos investir no total 400 milhões de dólares", disse.

Também na via expresso está em divulgação o condomínio Esperanza, de uma construtor nacional, que promete a entrega das primeiras habitações ainda este ano. "Aqui o que pretendemos é harmonia entre os espaços para que as famílias tenham o sucesso esperado. As primeiras habitações começam a ser entregues em Setembro", disse Aurélio Bernardo, director geral deste projecto.

Para este engenheiro de formação, o espaço em construção prevê zonas de apoio às futuras famílias residentes, para que estas tenham pouca necessidade de sair do espaço.

"Sabemos que muitas famílias trabalham no centro da cidade e residem aqui em cima. E nos fins-de-semana querem descansar. A pensar nisso, vamos também construir no nosso condomínio estabelecimentos de apoio, como supermercado, farmácia, e zonas de recreação devidamente controladas", explicou.

No Camama, está em construção o Viver e os responsáveis garantem que é para atender as pessoas que não tendo "milhões", podem residir em condomínios. "As nossas habitações serão para as pessoas que não ganhando milhões de kwanzas, pretendam viver em condomínio. Aqui vamos ter apartamentos T3 e também vivendas", explicou o promotor do projecto.

Os preços

Em fase de divulgação os promotores garantem que os preços dos seus imóveis estão longe dos praticados há alguns anos, porque o mercado mudou. O objectivo agora é atender à classe média que não tem recursos para pagar os preços de comercialização de outras épocas. "O preço de venda das nossas vivendas vai desde os 190 aos 260 mil dólares [entre 96 a 131 milhões Kz]. E podem ser pagas em diversas fases, sendo que no início deve ser pago 10% do valor", disse Linda Liu, do Orlando Residencial. Preços que podem ainda baixar em função do momento de negociação. "Vamos construir seis projectos. Quem negocia na fase de promoção de cada um deles tem desconto. Apesar de agora só estarmos a promover ainda o Orlando Residencial, que também beneficiou os primeiros compradores", adiantou.

### 6.14 Casas nas centralidades de Benguela atribuídas a mais de 300 jovens

*Jornal de Angola*

*12 De Abril de 2023*

*Texto: Arão Martins*

Mais de 300 jovens, de vários estratos sociais, incluindo filiados em partidos políticos da oposição, beneficiaram, por intermédio do Conselho Provincial da Juventude, até ao principio do ano em curso, de residências nas centralidades da Baía Farta, Lobito e Luongo, província de Benguela.

O secretário do Conselho Provincial da Juventude, Lucas Katimba, que prestou a informação ao Jornal de Angola, à margem das mesas redondas sobre "A juventude e o seu contributo nos 21 anos de Paz e Reconciliação Nacional", organizadas pela JMPLA, no âmbito do Abril Jovem, disse que na atribuição de casas não se teve em conta a filiação política.

Segundo Lucas Katimba, jovens dos partidos políticos na oposição foram contemplados em todas as fases.

"Temos muitas oportunidades e ganhos que fazem com que a juventude se orgulhe. Com a presença do governador Luís Nunes, as coisas mudaram para melhor, do ponto de vista de infra-estruturas e de oportunidades para a juventude", referiu

Lucas Katimba reconheceu que o assunto da casa própria tem sido bastante discutido e a nível da província já é possível aferir melhor qualidade de vida de centenas de jovens, alojados nas três Centralidades de Benguela.

"Com o governador Luís Nunes tivemos a maior cifra de casas, sobretudo para o Conselho Provincial da Juventude, sem contar com as que foram adquiridas por via das instituições, como a Educação, Saúde, Ministério do Interior, Comunicação Social, Juventude e Desportos, entre outras", indicou.

Explicou que a cifra atribuída ao Conselho Provincial da Juventude foi a maior, totalizando 300 jovens que saíram de bairros periféricos para as centralidades do Luongo, Lobito e Baía Farta.

O secretário do Conselho Provincial da Juventude afirmou que a qualidade de vida dos contemplados vai melhorar consideravelmente.

Lucas Katimba informou que, habitando nas centralidades, os jovens adoptaram novos hábitos comportamentais e têm uma forma diferente de encarar o espaço urbano. "Estamos todos de parabéns".

Para ele, actualmente, está-se na fase de aproveitamento eficaz daquilo que são as aberturas que a juventude tem tido a nível do Governo Provincial de Benguela.

#### Kits profissionais

Relativamente aos kits profissionais, o secretário do Conselho Provincial da Juventude disse que os ganhos, também, são animadores. "A nível de Benguela estamos bem porque o Governo Provincial cedeu, há dias, ao Conselho Provincial da Juventude,

50 kits profissionais, além dos que foram entregues por via do Instituto Nacional de Imprego e Formação Profissional (INEFOP), parceiro directo, em benefício de centenas de jovens".

O responsável do CNJ em Benguela explicou que a nível dos dez municípios da província existem centros de formação profissional, onde os finalistas beneficiam de kits profissionais entregues pelo INEFOP ao Conselho Nacional da Juventude.

"O nosso grande desafio é fazermos o acompanhamento dos resultados dos kits que são atribuídos", disse, acrescentando que "temos informações de que dão conta que muitos jovens vendem os kits profissionais a um preço barato em relação ao oficial e que está na maquete do projecto do INEFOP".

Lucas Katimba enalteceu as aberturas de acesso aos kits profissionais e oportunidades que são proporcionadas, pelo Governo Provincial e pelo INEFOP.

#### Consumo desregrado de bebidas alcoólicas

O Conselho Provincial da Juventude, em parceria com várias associações, trabalha para que se diminua o consumo desregrado de bebidas alcoólicas no seio da juventude que tem terminado, em alguns casos, em actos menos dignos para a sociedade.

Segundo Lucas Katimba existem organizações que estão filiadas no Conselho Provincial da Juventude, como a Associação de Luta contra as Drogas e a de Luta contra o Consumo de Bebidas Alcoólicas, que trabalham para que mude o comportamento dos jovens que enveredam em actos indecorosos.

Lucas Katimba informou que têm sido feitas visitas aos centros de reabilitação de toxicodependentes, para se inteirar das principais dificuldades e ajudar a resolvê-las. Deu a conhecer que pessoas com tendência de consumir álcool em excesso têm sido sensibilizadas sobre os perigos que tal prática representa para a saúde.

"O álcool é muito prejudicial para a saúde, por isso, com o apoio de associações parceiras, temos vindo a passar informações e a sensibilizar a população, fundamentalmente os jovens, sobre os perigos do consumo exagerado de álcool", explicou.

As campanhas de sensibilização visam, também, fazer com que os jovens que não consomem álcool não o façam nem usem drogas, para não pôr em risco a saúde nem o futuro.

#### Preocupações de vulto

O secretário do Conselho Provincial da Juventude disse que, minimizada a questão das casas, agora o maior problema é a empregabilidade.

Deu a conhecer que muitos jovens têm vindo a solicitar acesso ao emprego por via da facilitação de algumas políticas que o Estado tem.

"A nossa maior luta, que transmitimos à ministra da Juventude e Desportos, é a questão da análise e refinação de algumas políticas de acesso ao crédito, que não passe por via da exigência de se ter um património avaliado em milhões de kwanzas, porque os jovens não têm, praticamente, recursos para começarem", explicou.

Lucas Katimba defendeu o redobrar da atenção aos jovens, para que possam ter meios para o empreendedorismo, criando pequenas empresas de prestação de serviços nas comunidades e melhorar a qualidade de vida.

## 6.15 African Sunrise Investe 350 milhões de dólares

*Jornal Economia & Finanças*  
14 De Abril de 2023

Depois da Cidade da China e Kikolo Shopping, o grupo African Sunrise Investment prevê aplicar mais de 350 milhões de dólares na construção daquele que consideram vir a ser o terceiro maior projecto imobiliário de grande escala da empresa em Angola, denominado "Nova Era Centro Comercial", cujas obras já estão em curso, com previsão de concluir a primeira fase em 2024.

A primeira pedra para a construção do Centro Comercial Nova Era, localizado no município de Cacuaco, em Luanda, segundo um comunicado do grupo, foi lançada recentemente pelo presidente do conselho de administração do African Sunrise Investment, Iack Huang.

Na ocasião, avança o documento, o empresário garantiu que após a conclusão das obras, o centro vai acolher mais de 400 comerciantes e mais de cinco mil funcionários locais, "tornando-se num projecto de referência financiado por capital externo, podendo ainda vir a ser um verdadeiro complexo de cooperação económica e comercial entre Angola e a China". Numa primeira fase, lê-se no comunicado, o investimento se consubstanciará na construção dos centros comerciais, zonas para as pequenas e médias indústrias, bem como na operacionalização, em que se inclui a sua gestão.

"O projecto actual abrange uma área de 460.000 m", que pode acomodar mais de mil lojas. Estima-se que os serviços de comércio criem 15 mil empregos directos e mais de 25 mil indirectos, a fim

### 15 MIL EMPREGOS

Postos de trabalho directo que o empreendimento irá proporcionar numa primeira fase no país de contribuir para as receitas do Estado angolano e alcançar serviços de logística e distribuição mais eficientes de Luanda para as demais províncias e cidades em todo o país e países vizinhos, assim como impulsionará a agricultura, estabelecendo uma base sólida de desenvolvimento da indústria transformadora para promover o desenvolvimento", detalha a nota.

O Nova Era Centro Comercial será equipado de forma a dar suporte a vários serviços com diversas funções, como parque infantil, supermercado, escritórios e residências "sofisticadas", hotéis de médio e alto nível, zona de entretenimento e lazer, zona financeira, centro de transporte interprovincial de passageiros, centro de distribuição de logística provincial, esquadra, posto de bombeiros e repartição fiscal.

No complexo, indica a nota, o grupo pretende criar também um centro comercial agrícola com uma área de 20 hectares, onde os produtores terão a oportunidade de vender para as populações vindas das diversas partes do país e não 6. "Esta é uma forma de trazer os produtos mais próximo do consumidor, atendendo assim a necessidade de contribuir para as reformas do Governo angolano no desenvolvimento da agricultura familiar", adianta o grupo.

Sendo Cacuaco também um município agrícola, prevê-se ainda a instalação de um mercado onde os pequenos, médios e grandes agricultores possam comercializar os seus produtos. "Actualmente, estamos a solicitar o terreno desta dimensão para avançar com o projecto de apoio", fez saber Iack Huang.

African Sunrise Investment é uma empresa internacional com raízes em África e com quase 30 anos de experiência em Investimentos no continente berço.

Os projectos de Investimento do grupo estão distribuídos principalmente pela África do Sul, Namíbia, Angola, Guiné, República Democrática do Congo, entre outros.

As áreas de investimento do grupo incluem cidades comerciais, parques industriais e investimentos imobiliários comerciais e de desenvolvimento, gestão de operações, hotelaria, mineração, novas energias, agricultura e educação.

## 6.16 Contraplacados e madeiras ficaram mais caros no mercado

*Jornal de Angola*

19 De Abril de 2023

O Índice de Preços dos Materiais de Construção (IPMC) apresentou uma variação de 0,9 por cento em Março de 2023 em relação ao mês de Fevereiro de 2023, registando um aumento de 0,2 pontos percentuais em relação à registada no mês anterior.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de variação homóloga do IPMC, de Março de 2023 em relação ao Março de 2022, fixou-se em 8,0 por cento.

Nas variações homólogas, entre os grupos de materiais de construção, madeira e contraplacado são os que registaram maior aumento nos preços com 14,6 por cento, seguidos pela pedra britada e mármore com 12,5, areia (11,6), tubagens e acessórios de plásticos (11,5), vidros e artigos de vidro (10,9), blocos (10,1) e produtos sintéticos (10).

Constam também o betão pronto com 9,8 por cento, vigas, vigotas e ripas (9,2), tijolos e aço (8,9) cada, alumínio (7,2), outros produtos sintéticos (6,7) e cimento e aglomerantes com 3,6.

Os Grupos de materiais que mais contribuíram na variação do IPMC do mês de Março, segundo o INE, foram aço com 0,4 pontos percentuais seguido do betão pronto e cimentos e aglomerantes com 0,2 pontos percentuais cada e blocos com 0,1 ponto percentual.

O INE informa que o preço dos materiais de construção é um importante indicador para o mercado da construção, pois é através da sua variação que se consegue identificar o grau de intensidade das actividades do sector da construção.

Este indicador, segundo o INE, tem como objectivos medir a evolução dos preços dos materiais de origem nacional e importado que participam na actividade da Construção e que são comercializados no mercado nacional, e serve como elemento fundamental para a actualização dos orçamentos das obras da construção, utilizando fórmulas polinomiais para cada tipo de obra.

Serve ainda como deflector dos valores nominais ou correntes relacionados com a actividade da Construção, bem como de construir séries de preços para elaborar índices elementares de materiais da construção e índices agregados dos mesmos.

## 6.17 Famílias retiradas em zonas de risco realojadas no projecto “500 casas”

*Jornal de Angola*

19 De Abril de 2023

Texto: Delfina Victorino

Um total de 200 famílias que viviam em zonas de risco no município do Cuito, província do Bié, foram realojadas no projecto habitacional “500 Casas”, localizado no bairro Caluco.

As famílias, na sua maioria, viviam em zonas de risco nos bairros Cangalo, Cangangawe e Santo António, em espaços que estão a ser consumidos por ravinas, que ameaçam, também, áreas da comuna do Cunje e dos municípios do Andulo, Catabola, Camacupa e Nharêa.

O governador provincial do Bié, Pereira Alfredo, afirmou que tem acompanhado o processo de realojamento das famílias para zonas mais seguras, disse à imprensa, durante uma visita de campo, que o Executivo angolano já dispõe de informações sobre as ravinas que ameaçam várias infra-estruturas de impacto social em, pelo menos, cinco municípios, tendo avançado que foi criada uma equipa multisectorial para dar solução urgente ao problema.

As casas do projecto habitacional “500 Casas”, de tipologia T-3, começaram a ser erguidas em 2015, com o propósito de acolher famílias que habitavam em zonas consideradas de risco, na periferia do município do Cuito.

O projecto recebeu as primeiras 50 famílias, oriundas dos bairros Cangalo e Cangangawe, em 2020, tendo o processo sido concluído no passado fim-de-semana, com a chegada de mais 150 famílias, na sua maioria provenientes do bairro Santo António, que ficaram ao relento, devido às chuvas, que agravaram, ainda mais, as ravinas que surgiram na zona.

Às famílias realojadas, Pereira Alfredo recomendou responsabilidade e preservação do projecto habitacional, evitando arrendar as casas, sob pena de as perder.

O governador assegurou que outros cidadãos em zonas de risco estão a ser cadastrados, para que, à medida que forem criadas condições, serem realojados em outros projectos habitacionais.

Julietta Cassova, 65 anos, proveniente da zona da ravina do bairro Santo António, foi uma das contempladas com uma vivenda T-3. Viúva e mãe de dois filhos, manifestou-se satisfeita e prometeu cuidar bem do imóvel.

"Vivíamos numa zona no bairro Santo António, próximo à ravina. Nunca sabíamos o que poderia nos acontecer. Este gesto do Estado veio mudar radicalmente as nossas vidas. Foi-nos informado pelo senhor governador que teremos de pagar a água e a energia, como forma de contribuir para a manutenção do projecto habitacional", disse.

Durante a jornada de campo, o governador Pereira Alfredo aproveitou para constatar o grau de execução das obras da futura escola do projecto habitacional e de seguida deslocou-se ao bairro Piloto para avaliar a construção da central de distribuição de água potável para aquela zona e arredores.

## 6.18 Chefe de Estado autoriza construção de 1500 casas para realojar famílias vulneráveis do Zango 3 e 5

*Jornal de Angola*

*21 De Abril de 2023*

*Texto: César Esteves*

O Presidente da República, João Lourenço, autorizou a construção de um projecto de habitações sociais, com 1.500 residências, para realojar famílias residentes em tendas e casas de chapas, entre o Zango 3 e 5, por se encontrarem a viver em situação de vulnerabilidade social, condições precárias, risco iminente de surtos, endemias de toda a espécie e sujeitas às mais diversas intempéries.

A informação, presente no Despacho Presidencial nº 75/23 e publicada em Diário da República (DR) de 19 de Abril deste ano, refere que a empreitada custará mais de 75 milhões de dólares norte-americanos.

Na sequência, foi autorizado o contrato de elaboração do projecto e coordenação da obra no valor global em Kwanzas equivalente a mais de dois milhões de dólares e o contrato de fiscalização no valor global em Kwanzas equivalente a mais de um milhão de dólares.

O Presidente da República delega competência ao ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, com a faculdade de subdelegar, para a aprovação das peças do procedimento, bem como a verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do referido procedimento para celebração dos correspondentes contratos, incluindo a assinatura dos mesmos.

A ministra das Finanças é orientada a assegurar os recursos financeiros necessários à implementação dos referidos contratos, bem como a inscrição dos projectos no Programa de Investimento Público (PIP).

De recordar que, em Janeiro deste ano, João Lourenço publicou, na sua conta na rede social Facebook, uma mensagem por via da qual apelava à sociedade angolana para a necessidade de se prestar uma maior atenção às pessoas vulneráveis, como crianças, idosos, doentes e aquelas muito pobres, de modo a garantir a sua integração e dignidade.

"Devemos prestar mais atenção aos mais vulneráveis da nossa sociedade, aos quais temos de dedicar a solidariedade necessária para a sua integração e dignidade", destacou, naquela altura, o Presidente da República.

### Requalificação da Vila de Caxicane

Num outro Despacho (nº 74/23, também publicado em DR de 19 de Abril) o Presidente da República autoriza despesa e a formalização da abertura do procedimento de contratação simplificada, pelo critério material, para a elaboração do projecto de urbanização e requalificação urbana da Vila de Caxicane, a ser celebrado com a empresa DAR ANGOLA - Consultoria, Limitada.

Devidamente inscrito no Orçamento Geral do Estado (OGE) deste ano, esta empreitada vai custar 115 milhões e 241 mil Kwanzas, acrescido de 14 por cento do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Ao director do Gabinete de Obras Especiais (GOE) é delegada competência, com a faculdade de subdelegar, para a aprovação das peças do procedimento, bem como para a verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do procedimento para a celebração do correspondente contrato, incluindo a assinatura do mesmo.

O Ministério das Finanças deve assegurar os recursos financeiros necessários à implementação do contrato. Caxicane é a terra natal do Presidente fundador da Nação, António Agostinho Neto, e está localizada em Icolo e Bengo, em Luanda.

## 6.19 João Lourenço aprova construção para “desalojados” do Zango 3 e 5

*Jornal O País*

*21 De Abril de 2023*

A informação consta num despacho presidencial, tornado público ontem, que autoriza o Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação a realizar as despesas e a formalizar a abertura dos procedimentos para a contratação emergencial, assentes em critérios materiais.

Uma medida que assenta também no facto de tais famílias, no entender das autoridades, se encontrarem em risco eminente de surtos, endemias de toda a espécie e sujeitas às mais diversas intempéries.

O Titular do Poder Executivo, João Lourenço, esclarece, no Despacho Presidencial nº 75/23, de 19 de Abril, que autoriza a realização das despesas para o efeito, por via da abertura do Procedimento de Contratação Emergencial assente em critérios materiais previamente definidos.

Para a construção das residências o departamento ministerial acima mencionado vai contar com um valor global em kwanzas, equivalente a USD 75 milhões, 709 mil e 555. No entanto, por orientação do Presidente da República, terá ainda a missão de gerir USD 2 milhões, 454 mil e 686 com a empresa que se vai responsabilizar pela elaboração de projecto e a coordenação da referida empreitada.

Já a empresa que terá a missão que fiscalizar a obra, de modo a que tenha a qualidade exigida por lei e assegurar o cumprimento dos prazos de execução, vai receber USD 1 milhão, 753 mil e 347.

João Lourenço delega ao ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Carlos Alberto dos Santos, competência, com a faculdade de subdelegar, para aprovar as peças do procedimento, bem como para a verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do referido procedimento para a celebração dos respectivos contratos.

Ao passo que a ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa, terá, por orientação do Presidente da República, a responsabilidade de assegurar os recursos financeiros necessários à implementação dos referidos contratos bem como a inscrição dos projectos no Programa de Investimento Público (PIP).

## 6.20 Edifício do Lote I do Prenda evacuado por risco iminente de desabamento

*Jornal de Angola*

*23 De Abril de 2023*

*Texto: André Sibi*

Mais de 200 moradores do Lote 1, no bairro Prenda, em Luanda, foram aconselhados a abandonar o edifício e abrigar-se em residências de familiares mais próximos, devido aos fortes indícios de desabamento que o prédio apresenta desde o meio dia deste sábado.

Em declarações à imprensa, o vice-governador de Luanda para o Sector Técnico e Infra-estruturas, Cristino Mário Ndeitunga, que lidera a equipa de trabalho no local, disse que o Governo da Província de Luanda já mobilizou o Laboratório de Engenharia de Angola (LEA), para a avaliação do estado do edifício.

De acordo com o governante, o relatório preliminar aponta que quatro dos 12 pilares que sustentam o edifício estão falidos e considerou a situação grave, pois o mesmo pode desabar a qualquer momento. Mário Ndeitunga explicou que a decisão tomada pelo Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, bem como a Administração Municipal de Luanda, é a evacuação imediata das 41 famílias que moram no edifício em três horas. "A meta é evacuar as 41 famílias evacuadas o mais urgente possível, para se fazer o muramento dos pilares e trabalharmos para reforçar os pilares nas próximas horas".

O vice-governador garantiu que os moradores podem regressar ao edifício, se o LEA e a Direcção Nacional dos Edifícios considerarem que retorno é seguro.

Depois da saída de todos os moradores, a Polícia Nacional vai garantir a segurança dos bens, até que a situação seja resolvida.

## 6.21 Necessidades, renda de casa e a literacia financeira

*Jornal Expansão*

24 De Abril 2023

Texto: António Feliciano Braça

É importante saber que existem elementos corrosivos ao dinheiro, nomeadamente a inflação, os impostos e as comissões.

Sabendo mitigar e consolidar estes elementos, temos partes de um sucesso financeiro.

A inflação é um elemento importante do investimento, que deve ser acima da taxa de inflação para obtenção de lucro. O alcance do investimento pode ser reduzido por este elemento, pois o dinheiro é desvalorizado pela inflação, limitando a capacidade de aquisição de bens e serviços.

Os impostos são certos, sendo que o incumprimento pode, a curto, médio e longo prazo, pôr em causa a estabilidade das finanças, sendo que o não pagamento no prazo estabelecido é acrescido de multas e juros, devendo ser pago de acordo com as taxas estabelecidas.

Poupança é guardar e guardar requer uma margem. Esta margem é importante para fazer crescer, multiplicar e aumentar a riqueza. É importante procurar margens de lucro que permitam uma melhor gestão financeira.

O longo e o curto prazo são importantes, com influência na aplicação do dinheiro disponível. Ele não deve ser aplicado na totalidade, tendo em conta emergências que possam surgir. Deve ficar disponível uma parte para suprir esses emergências. Não é possível, e sobretudo é imoral, alguém com dinheiro não ter a capacidade de assegurar necessidades e contingências, como saúde, família, alimentação, simplesmente porque todo o dinheiro foi investido.

Alimentação, habitação, saúde, vestuário e família são disposições que se deve ter em conta antes de um investimento, salvaguardando parte do dinheiro. Estes elementos devem ser acautelados, pois o risco está associado ao investimento.

Existe possibilidade de o investimento não ter o retorno desejado, independentemente da avaliação de risco, pois existem factores exógenos que influenciam o investimento e podem pôr em causa o seu sucesso. Assim sendo, salvaguardadas a habitação, saúde, a alimentação e as condições de família, pode destacar a mente positiva e dar força ao próximo investimento. É importante ter estabilidade

emocional no dinheiro com as necessidades básicas, pois são os ingredientes secretos para energias positivas, prosseguindo a moral e a mente positiva.

Os investidores com recursos limitados devem abdicar de necessidades associadas ao luxo, pois requerem mais dinheiro. As necessidades com exigências de recursos limitados permitem canalizar o excedente e diversificar o investimento. Assim sendo, tendo mais rendas poderá repensar o consumo ou aumentar a margem, de acordo com a renda, pois o consumo não pode ser, na proporção, superior à renda. O dinheiro não é felicidade, mas parte dos bens associados à felicidade têm de ver com dinheiro. A gestão do dinheiro é das necessidades fundamentais ao bem-estar pessoal, familiar e empresarial.

A renda de casa é uma das maiores despesas suportada pelas famílias. Geralmente, deve ser realizada pela parte do salário, refiro-me aos que não têm casa própria, nela devem estar contidos todos os custos inerentes à habitação, desde impostos, água, electricidade, entre outros.

A percentagem relacionada à habitação, em geral, não deve ser superior a 25% do ordenado mensal, superior a isto começa a gerar alarme financeiro, desencadeando um desajuste nas finanças pessoais. O casal deve somar o rendimento e calcular um valor que não seja superior a 25%, se assim for, deve negociar e/ou procurar alternativas ou outras fontes de rendimento.

A habitação, a par do transporte e alimentação, é das despesas com as quais se deve ter cautela. Na programação financeira deve ser feita uma análise coerente para os que estão à procura de habitação. Deve calcular um valor não superior a 25% do seu rendimento e procurar casa na proporção do rendimento, nunca encontrar casa primeiro e esforçar o rendimento para a prestação. Esta análise é extensiva à habitação financiada com recurso a crédito. A proposta deve ser prévia e solicitar uma habitação de acordo com a sua capacidade financeira.

Quanto ao alojamento das 41 famílias do edifício, Cristino Mário Ndeitunga assegurou que o Governo da Província de Luanda vai "fazer as diligências necessárias". Filomena José, moradora do edifício há 12 anos, disse que ela e os vizinhos foram surpreendidos por um tremor geral em todo o edifício, por volta das 12 horas de ontem.

De acordo com a moradora, a Comissão de Moradores accionou, de imediato, a Polícia e o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, bem como



as autoridades da administração municipal e da província que estão a tomar as medidas.

Filomena disse ter "boas memórias do edifício", onde o esposo cresceu até se juntarem para formar uma família que inclui um casal de filhos. "Os meus dois filhos nasceram mesmo aqui, o primeiro está com 10 e a segunda com seis anos", referiu.

Vado Hilário, o esposo de Filomena José, explicou que a maior preocupação nesta altura passa por abrigar a família que não esperava por uma situação desta natureza, apesar do mau estado do edifício.

## 6.22 Cidadãos vão ter acesso a 4 milhões de lotes para habitação em todo o território nacional

*Jornal de Angola*

*27 De Abril de 2023*

*Texto: César Esteves*

O Executivo está a trabalhar na concepção de uma proposta de projecto de auto-construção dirigida que vai permitir disponibilizar aos cidadãos angolanos, em todo o país, de cerca de 4 milhões de lotes de terra para habitação durante os próximos cinco anos.

A informação foi avançada pela secretária de Estado para a Administração do Território, Teresa Quivienguele, durante a intervenção na abertura da I Reunião Técnica Nacional de alinhamento metodológico entre os órgãos da administração central e local do Estado, realizada, terça-feira, em Luanda, onde o projecto foi analisado.

Teresa Quivienguele disse tratar-se de uma iniciativa de elevado alcance, que permitirá resolver, em grande medida, o problema da exiguidade de habitações no país, sobretudo para a camada juvenil.

Entretanto, admitiu que a boa execução do projecto vai depender do envolvimento dos governos provinciais e das administrações municipais, não

apenas na identificação dos terrenos, mas, sobretudo, na organização e mobilização da participação dos municípios na identificação dos melhores modelos de casa a construir e dos materiais a utilizar, tendo em conta as características específicas de cada localidade e a durabilidade das habitações.

"O papel dos órgãos locais é ainda relevante na elaboração dos planos directores municipais, que são instrumentos indispensáveis para o êxito do projecto de auto-construção dirigida", destacou.

Projecto pode entrar em vigor ainda este ano

O director nacional de Gestão Fundiária e Habitação, Amílcar Lutucuta, avançou, à imprensa, que o projecto, sob a égide do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, pode entrar em vigor ainda este ano, tão logo seja aprovado.

"O projecto de auto-construção dirigida tem o grande objectivo que é de conceder os lotes às populações e transmitir a posse jurídica a cada uma das pessoas que adquirir o lote para construir a sua própria habitação", frisou.

Amílcar Lutucuta revelou que o projecto comporta três tipologias de lotes, nomeadamente os infra-estruturados, com serviços mínimos e as agrovilas. Os lotes infra-estruturados, esclareceu, vão dispor já do fornecimento de energia, abastecimento de água, drenagem das águas pluviais e residuais e, também, a questão relacionada aos espaços verdes em função dos planos urbanos. Nos lotes do pacote Serviços Mínimos as infra-estruturas deverão surgir de forma gradual, disse.

O director nacional de Gestão Fundiária e Habitação fez saber que, depois da aprovação do projecto, vai surgir a fase da identificação das reservas fundiárias, passo que, como sublinhou, será seguido da elaboração dos planos directores para cada um dos municípios escolhidos.

"Depois de desenvolvermos os planos directores, passaremos, então, para a fase de estudo e projectos, que está a relacionado com o desenvolvimento dos planos urbanos", realçou.

O responsável referiu que, com os planos urbanos, fica facilitada a questão da regularização fundiária, que passa pela identificação do lote e registo, de modo que o cidadão tenha a posse jurídica do próprio lote para auto-construção dirigida.

Amílcar Lutucuta deu a conhecer que o projecto vai ser operacionalizado pelos governos provinciais, em função da gestão do território, com o acompanhamento do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação.

A uma pergunta sobre quanto vai custar cada lote, o director nacional de Gestão Fundiária e Habitação disse não haver, ainda, um preço para as parcelas de terra, pelo facto de o projecto estar numa fase "embrionária", mas avançou que o mesmo é destinado a todo o cidadão angolano. "Precisamos que ele seja aprovado e, depois, com os governos

provinciais, vai se definir qual é a metodologia a escolher", ressaltou.

#### Reunião técnica

A I Reunião Técnica Nacional entre os órgãos da Administração Central e Local do Estado, realizado pelos ministérios da Administração do Território e das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, na Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP), visou promover, no essencial, um momento de alinhamento técnico e metodológico entre aqueles dois órgãos da administração do Estado, no que se refere às regras de implementação do projecto de autoconstrução dirigida, bem como de outros temas complementares.

Foram, igualmente, temas em abordagem no encontro o processo de licenciamento da actividade de táxis e mototáxis, com vista a promoção e formalização desta actividade económica, que desempenha um papel considerável na garantia da mobilidade dos munícipes, bem como as acções em curso no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

A secretária de Estado para a Administração do Território disse que o encontro foi realizado com o objectivo de assegurar o reforço da articulação institucional entre os órgãos da administração Central e Local do Estado, de modo a promover o necessário alinhamento metodológico que inclui a discussão sobre os instrumentos e ferramentas de operacionalização de programas e projectos entre os responsáveis pela sua definição e operacionalização.

A ideia, disse, passou pela salvaguarda dos aspectos essenciais, tais como: a execução mais efectiva e eficiente dos programas e projectos, a garantia da efectivação das competências transferidas para os órgãos locais, o combate ao desperdício e a duplicidade, reforçando, deste modo, a sinergia entre as acções, gerando eficácia e pragmatismo nas intervenções, maximização na utilização dos recursos, sejam eles humanos, materiais, financeiros, tecnológicos, de tempo, bem como o reforço da componente da monitoria e acompanhamento.

"Trata-se da concretização de uma atribuição do MAT inserida no seu estatuto orgânico, que visa facilitar a concepção e a implementação das Políticas Públicas, assegurando o envolvimento directo das entidades que estão mais próximas dos cidadãos e que, por essa razão, conhecem melhor os seus problemas e podem garantir mais, efectivamente, soluções locais para os resolver", aclarou.

## 6.23 Recuperados seis condomínios em Talatona

*Jornal O País*

*28 De Abril de 2023*

A IGAE sublinha, no seu relatório acima mencionado, que com as suas acções o Estado conseguiu recuperar, em 2021, seis condomínios habitacionais em seis Torres na Ingombota, oito edifícios, seis vivendas lojas e escritórios no Zango, em

Para a organização, a Administração Pública constitui a primeira fonte de corrupção no país, o que provocou "impactos financeiros brutais nas contas do Estado, impedindo que os valores correspondentes às receitas fossem canalizados para a saúde, a educação, a segurança, a justiça, as infra-estruturas rodoviárias e administrativas".

Diz ainda que a mesma travou a modernização da própria Administração Pública, cujas consequências considera serem bem visíveis em todas as áreas da vida nacional.

A IGAE esclareceu ainda que, dada a sua dimensão, a corrupção criou circuitos e comportamentos viciosos enraizados, facto que fez nascer e crescer na opinião pública a ideia de que todo o exercício de cargo público pressupõe o enriquecimento ilícito através da apropriação da coisa pública. "Esta percepção da corrupção favorece a perda de confiança nos cidadãos, provoca a erosão ou degradação na relação entre governantes e governados e fragiliza as instituições representativas dos poderes do Estado", lê-se no documento.

Em função dos resultados alcançados com as acções inspectivas, a direcção da IGAE reconhece que os esquemas de corrupção na Administração Pública são complexos e podem envolver desde o mais alto escalão até os funcionários de base num determinado órgão.

## 6.24 Cinco cimenteiras fornecem oito milhões de toneladas/ano

*Jornal de Angola*

*28 De Abril de 2023*

*Texto: Domingos Mucuta*

A produção anual de cimento nacional satisfaz a procura interna pelo produto essencial para a dinâmica do mercado da construção civil, afirmou o ministro da Indústria e Comércio.

Victor Fernandes revelou que as cinco unidades instaladas no país asseguram uma produção de cimento superior a 8 milhões de toneladas e de 6,5 milhões de toneladas de Clínquer, acima de 6,5 milhões, respectivamente.

"Em ambos os casos, as capacidades instaladas reúnem condições para suprir todas as necessidades de consumo nacional", garantiu.

O ministro referiu que ao longo dos últimos anos Angola registou também a instalação de várias unidades industriais, direccionadas, na sua grande maioria, para a produção de bens alimentares.

"Já existem alguns sectores da indústria nacional capazes de dar resposta às necessidades da procura interna e competir com produtos importados", afirmou.

Mencionou os sectores de materiais de construção, produtos alimentares, bebidas, embalagens, actividade gráfica, mobiliário e equipamento escolar, produtos de higiene e limpeza, equipamentos de transporte e seus componentes, e de dispositivos médicos.

Destacou que o crescimento e desenvolvimento do sector da indústria de bebidas potenciam o surgimento e crescimento de novas empresas e actividades industriais, tais como a produção de embalagens de cartão, grades de plástico, pré-formas, rótulos, tampas, entre outras.

Acrescentou que este sector industrial impulsiona também o eclodir das actividades associadas à distribuição, logística, marketing e publicidade que conta actualmente com mais de 50 operadores em funcionamento.

Apoiado pelos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), de 2018 a 2022, lembrou que a taxa de crescimento do PIB real para a indústria transformadora registou um acumulado de 7,7 por cento, com maior destaque para o ano de 2022, na ordem de 6,0 por cento.

Projectos estruturantes

O ministro referiu que a perspectiva de crescimento do segmento industrial passou a ser suportada pela existência de um conjunto de mais de 160 projectos estruturantes concretos, em diferentes fases de desenvolvimento, agrupados em diferentes clusters.

Destacou os diversos programas sectoriais e multisectoriais que enfatizam a necessidade de fortalecimento das capacidades produtivas, como é o caso do PLANAGRÃO, do PLANAPECUÁRIA e do PLANAPESCAS, iniciativas transversais com impacto directo sobre a segurança alimentar e o fomento da indústria e do comércio. Actualmente, possuímos algumas infra-estruturas de armazenamento de grãos, nas províncias de Benguela, Huambo, Cuanza Sul, Malange, Huíla e Luanda.

"Estamos a envidar esforços para complementar essas infra-estruturas com equipamentos de triagem, calibragem e classificação, perspectivando o fornecimento de produtos em grande escala e com qualidade para os consumidores, garantindo a sustentabilidade e a auto-suficiência, bem como a diversificação das exportações.

Por outro lado, estão em carteira projectos de criação de infra-estruturas de apoio às embarcações, à produção de insumos, ração, máquinas e equipamentos para o sector piscícola, e a criação e desenvolvimento de plataformas logísticas de comércio e distribuição de bens alimentares de origem piscícola.

Disse que este Conselho Consultivo sob o lema "Auto-suficiência Alimentar no Contexto da Integração Económica Regional" traduz os esforços empreendidos pela actual governação e pelo sector privado visando a inserção de Angola na dinâmica do comércio livre, quer ao nível do continente, quer da região da SADC.

O 3º Conselho Consultivo tem como objectivo de balancear e alinhar a política comercial e industrial com a visão do sector privado, sobre os desafios e oportunidades para o desenvolvimento industrial e comercial no quadro das prioridades inseridas na agenda da governação actual, com realce para a diversificação económica e integração regional.

Auguramos que o sector empresarial privado, agricultores, produtores, indústrias e membros da sociedade civil, aqui representados, optimizem mais esta oportunidade. Pelo que é possível caminhar juntos", concluiu.

## 6.25 Crédito Habitação absorve 54 mil milhões de kwanzas

*Jornal de Angola*

*28 De Abril de 2023*

*Texto: Hélder Jeremias e Regina Handa*

O sector bancário registou, em termos globais, até Março deste ano, a concessão de crédito no valor de 170 mil milhões de kwanzas, dos quais 54 mil milhões destinados à habitação ao abrigo do Aviso 09/2022, de 28 de Abril.

A informação foi avançada, ontem, em Luanda, pelo director do Gabinete de Acompanhamento ao Crédito do Banco Nacional de Angola (BNA).

Veloso Pedro abordou estes números durante a apresentação do balanço da 1ª sessão do Ciclo Anual de Conferências, iniciativa do banco central subordinada ao tema "Crédito à Habitação e à Construção: Oportunidades e Desafios".

O certame foi aberto pelo governador do Banco Nacional de Angola, José de Lima Massano, e contou com a presença de representantes dos bancos comerciais, Instituto Nacional de Habitação (INH), Cooperativa Habitacional "Casa Horta" e a Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA).

Foram abordados vários temas, como "Dinamização do Sector Imobiliário: Caminhos e Desafios", "Oportunidades e Ameaças na Concessão de Crédito Habitação", "Limitação na Recuperação de Crédito", além de uma mesa-redonda subordinada ao tema "Soluções para a Dinamização do Crédito Habitacional e Angola".

Ao apresentar a "Avaliação Preliminar do Grau de Cumprimento do Aviso 09", Veloso Pedro informou que, entre Junho e Julho de 2022, altura em que o aviso entrou em vigor, foram concedidos créditos na ordem dos 115 mil milhões de kwanzas, enquanto no primeiro trimestre de 2023 notámos uma subida exponencial correspondente a 45 mil milhões de kwanzas, o que significa dizer que 31, 81 por cento do total de crédito concedido pelo sector bancário e fundamentalmente no âmbito do aviso 9/2022.

O Aviso 9, referiu o responsável, não estabelece metas para o números de projectos a serem contemplados pelo referido diploma nem o tecto do valor financeiro global a ser disponibilizado, ao contrário do Aviso 10, vocacionado para o sector real da economia real, motivo pelo qual os dados acima referidos permitem aferir margens e projecção para se fazer melhor.

Não obstante o carácter obrigatório do Aviso 9 ser limitado aos oito (8) bancos de importância sistémica, em que o BNA constatou a existência de operações de crédito concedidos no âmbito do Aviso 9/2022, outros cinco bancos comerciais sem importância sistémica, ou seja, que não tinham essa obrigação, de livre e espontânea vontade, também concederam créditos neste âmbito.

De acordo com Veloso Pedro, os bancos não sistémicos concederam cerca de 50 por cento dos 54 mil milhões, ou seja, 27 mil milhões de kwanzas, enquanto os bancos com importância sistémica foram responsáveis pela concessão de créditos avaliados em 26 a 65 mil milhões de kwanzas.

"O Gabinete de Acompanhamento ao Crédito tem prestado atenção à questão dos prazos, tendo em conta que numa operação de crédito, de longo prazo, os prazos para concessão não devem ser cumpridos para evitar estrangulamentos no processo, razão pela qual o BNA fez sair o instrutivo 07/2020, numa altura em que a solicitação da operação de crédito até à sua aprovação tem a duração de cerca de 90 dias", informou.

Os bancos instados a se pronunciarem sobre as causas deste desvio, segundo fez saber o dirigente, "apresentam uma série de justificações, desde excesso de burocracia no tratamento da documentação à demora dos próprios clientes em disponibilizar informações complementares, com realce para aquelas que concorrem para a garantia da operação".

"O prazo médio desde a aprovação até o desembolso é de 40 dias, o que perfaz uma diferença de 10 dias, tendo em conta os 30 dias estabelecidos pela norma, porém, os motivos do atraso, na maior parte são alheios ao funcionamento dos bancos ou dos seus clientes", alertou.

### Principais constrangimentos

O Banco Nacional de Angola realizou um inquérito aos bancos e clientes que permitiu aferir a limitação na capacidade de endividamento do proponente do crédito como um dos principais constrangimentos na concessão de crédito, não obstante à aplicação de uma taxa de juro de 7,0 por cento.

Outro aspecto apontado pelo director do Departamento de Acompanhamento ao Crédito do BNA é relacionado com o limite máximo do crédito concedido por mutuário, fixado em 50 milhões de kwanzas por mutuário e 100 milhões de kwanzas no caso de casal ou dois mutuários.

O tema da elegibilidade dos móveis construídos antes de 2012 a serem apresentados como garantia de hipoteca, acrescentou, preocupa, não só os bancos, mas também os próprios clientes, na medida em que o nível de degradação pode transmitir insegurança como garantia em sede de hipoteca, mas também promove novas construções de imóveis para garantia em todos os sentidos, desde a garantia física.

"Para mitigar alguns destes constrangimentos, temos feito a monitorização permanente e contínua junto das instituições financeiras, um exercício semanal, que nos permite conhecer alguns processos das instituições bancárias ao detalhe e continuaremos a fazer junto dos bancos comerciais para que o crédito habitação seja concedido com a normalidade, tal como acontece nas outras economias", garantiu.

## 6.26 Executivo já identificou 41 habitações para alojar moradores do Lote 1

*Jornal Novo Jornal*

*28 De Abril de 2023*

*Texto: Victória Maviluka & Jorge Batalha*

A notícia deixa aliviadas as 41 famílias que recorreram a casas de parentes como abrigo contra o desalojamento forçado do Lote 1, após a infra-estrutura ter emitido sinais de tremor: o Executivo garante já ter identificado 40 habitações para acomodar, de emergência, as famílias desabrigadas, no sábado transacto, 15, das suas residências no bairro Prenda, em Luanda, apurou o Novo Jornal.

"Foram evacuadas as famílias que habitam o edifício. O Ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação já identificou 40 habitações que serão colocadas à disposição para o realojamento das famílias", avançou um governante, que não quis identificar-se.

A fonte explicou que, tão logo foram accionados os alarmes de instabilidade do Lote 1, o Governo mobilizou especialistas do, Laboratório de Engenharia de Angola (I.E.A) para liberar os trabalhos investigadores, de modo a apurar o quadro real do edifício.

"O Laboratório de Engenharia, apoiado por uma empresa especializada de construção civil, iniciou, de imediato, os estudos de avaliação técnica das estruturas do edifício, para se fazer o reforço de segurança, para permitir uma melhor avaliação e

decidir-se sobre a estabilidade ou demolição do edifício", refere o governante.

Nas rondas efectuadas, durante a semana, ao local, a reportagem do Novo Jornal constatou os trabalhos que estão a ser , efectuados na estrutura de base do edifício, mormente a colocação de extensores como medida preventiva para a estabilização dos pilares, a que se seguirá, segundo relatos de técnicos, os 'trabalhos profundos de investigação para se determinar o destino que se vai dar ao edifício.

Um quadro sénior que trabalha nas intervenções no lote 1 perspectivou que. Para se definir pela reabilitação ou demolição do edifício, vai ser necessário um "trabalho aturado" de levantamentos técnicos que não deve estar concluindo antes de dois meses.

" É necessário fazer-se um rigoroso estudo para se apurar o impacto da estabilidade deste edifício. Não é um trabalho para ser feito às pressas, sobretudo, porque pode determinar-se o regresso das famílias ao edifício, isso em caso de os trabalhos de melhorias na estabilização da infraestrutura garantirem segurança de habitabilidade dos moradores ", disse o técnico, preferindo o anonimato.

Como medida preventiva, as autoridades anunciaram a evacuação de todos os ocupantes de infra-estruturas instaladas num raio de 50 metros do edifício em risco de desabamento. Em virtude desta medida, numa escola do ensino primário foi provisoriamente encerrada e os alunos transferidos para instituições de ensino próximas.

Apreensão 'faz morada' nas famílias desalojadas

Duas preocupações dominam o estado emocional dos moradores evacuados do Lote 1, no Prenda: a incerteza sobre o alojamento e a privação no acesso aos seus pertences.

"Ficar na casa de outra pessoa é muito complicado. Queremos que se arranjem casas com urgência. Temos medo de ser esquecidos. Os nossos pertences estão aí e foi muito difícil conseguir comprar. As miúdas já não vieram à escola. Eu apenas vim ter com a direcção da minha escola para ficar uns dias ausentes, até que se resolva essa questão", referiu Etelvina Fernando, de 64 anos, professora e moradora do 3.º andar.

Moradora do 1.º andar do edifício em risco de colapsar, Antónia dos Santos, 41 anos, contou que, desde que foram desalojados, passa a tarde toda na rua e diz-se desconfortável por viver com os seus cinco filhos na casa de uma prima. Falando à

reportagem do Novo Jornal, lamentou a falta de informações sobre o programa de alojamento.

Madalena Francisco, de 40 anos, relata as peripécias de uma desalojada que tem de lidar com uma "gravidez não tão saudável" e com problemas de hipertensão:

"Estou a passar a noite na casa de uma prima e não está ser assim tão fácil. Tenho três filhos e não tenho uma gravidez assim saudável. Sou hipertensa e estou a aguardar por um bebé esse que nasce nesse ou noutra mês", reportou a moradora do 10 andar.

## 7. TERRA

### 7.1 Governador lança alerta para venda ilegal de terrenos

*Jornal de Angola*  
12 De Abril de 2023  
Texto: Pedro Bica

O governador provincial de Luanda, Manuel Homem, alertou, ontem, para a existência de grupos organizados que se dedicam à venda ilegal de terrenos nos municípios de Cacuaco, Belas, Viana, Talatona e Icolo e Bengo.

O governante, que falava durante uma palestra sobre o tema "Pensar Luanda", promovido pelas "Oficinas do Conhecimento", disse que estes grupos têm aliciado vários cidadãos a comprar terrenos públicos e privados. "Em muitos casos, para conseguirem concretizar os seus desejos, evocam que os terrenos em causa são herança dos seus antepassados, que praticavam agricultura nestes espaços", referiu.

As únicas instituições vocacionadas para a concessão de terrenos no país, sublinhou, são os governos provinciais, administrações municipais, comunais e distritais.

O governador manifestou-se preocupado com os casos de construções ilegais. Na maior parte dos casos, disse, estes tipos de construções são feitas no período entre às 21 horas e às 5 da manhã, para fugirem aos serviços de fiscalização do governo provincial ou das administrações municipais, comunais e distritais.

Manuel Homem informou que existe uma comissão para tratar das questões da ocupação ilegal de terrenos, bem como da preparação das condições para o loteamento e urbanização.

#### Demolições no Zango

O governador de Luanda lamentou que se esteja a fazer aproveitamento político no caso de demolições no distrito urbano do Zango, município de Viana

Manuel Homem garantiu que as demolições foram feitas em obediência à lei. Revelou que o terreno onde aconteceram as demolições foi delimitado há dez anos, para a construção de uma subestação eléctrica que visa reforçar a capacidade energética do Zango e fornecer energia ao Novo Aeroporto de Luanda (Dr. António Agostinho Neto).

Ainda relativamente às demolições, o governador disse estarem em curso acções que visam dar respostas ao assunto e que passam por "medidas concertadas e urgentes para as famílias desalojadas".

Manuel Homem deixou, entretanto, um conselho: "no processo de construção das sociedades, cada cidadão deve ter noção do seu papel, do Estado, das famílias e dos grupos sociais para que possamos viver em harmonia e dignidade".

Durante o debate, o governante chamou atenção para a necessidade e a importância da inclusão social dos jovens nos programas de educação, saúde e saneamento básico a nível dos locais de residência.

#### Mobilidade urbana

Ao referir-se à mobilidade urbana da cidade de Luanda, o governador revelou estar, igualmente, em curso, não só no Zango, mas também no município de Viana, trabalhos para a melhoria de algumas vias secundárias e terciárias.

"Vamos reforçar a rede ferroviária e marítima com um modelo de transporte em massa, através de soluções locais para desafogar os constrangimentos actuais da mobilidade na capital", disse.

Manuel Homem referiu-se, igualmente, ao projecto de construção de passagens de nível em algumas zonas, ao ramal ferroviário que vai ligar o Aeroporto Dr. António Agostinho Neto, bem como aos trabalhos de micro e macro-drenagem.

### 7.2 ADRA incentiva camponeses a legalizarem as terras de cultivo

*Jornal de Angola*  
13 De Abril de 2023  
Texto: Maximiano Filipe

A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) está a promover acções de sensibilização aos camponeses, sobre as vantagens de legalizarem as terras para o cultivo.

A informação foi prestada terça-feira em Benguela, pelo director da Unidade de Projectos e Desenvolvimento da organização, Abílio Sanjaya.

O responsável que falava na abertura do Encontro Nacional de Monitoria e Planificação de Projectos, que decorre em Benguela, que contou com a presença de técnicos de Luanda, Malanje, Huambo, Huíla, Cunene e Benguela, disse que com a

legalização das terras, evita-se conflitos e alavanca-se a produção com a cedência de crédito.

Segundo o responsável, a legalização das terras, é um mecanismo para aquisição do título de propriedade, instrumento que permite os camponeses desenvolverem as suas actividades de forma legal.

Afirmou que os camponeses têm dificuldade em seguir as normas estabelecidas para a aquisição do referido documento por causa do excesso de burocracia.

Abílio Sanjaya afirmou que é imperioso ultrapassar os factores constrangedores que inviabilizam o processo.

"Alguns constrangimentos têm se constituído como grandes "calcanhares de Aquiles", o que tem originado o fracasso de muitos homens do campo a reduzir a sua acção contrariamente ao seu desejo de efectuarem o cultivo dos seus sonhos", lamentou.

O técnico da ADRA explicou que, outro constrangimento prende-se com o estado das vias secundárias e terciárias.

"Um dos levantamentos de dados feitos pela ADRA, mostrou que muitas famílias, ainda, confrontam-se com dificuldades das vias de acesso, quer secundárias, quer terciárias para o escoamento dos produtos do campo para as zonas de consumo, além da própria irregularidade das chuvas", referiu.

Reconheceu, também, que outra classe de camponeses ainda utiliza prática de cultivo menos sofisticada, por hectare, situações que segundo o responsável, são constrangedoras, mas podem ser resolvidas com a cedência de crédito bancário, onde o título de terra é um factor importante.

"O título de propriedade é de extrema importância, daí a ADRA, mitigar esse processo, visto que, já existem duas grandes vias de oportunidade para aquisição de crédito agropecuário, nomeadamente, por intermédio do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA) e do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), que exigem como um dos requisitos, o título de propriedade de terra.

Aposta na capacitação de camponeses

Abílio Sanjaya avançou que a ADRA trabalha no reforço da capacitação dos camponeses, a nível dos municípios da província, quer seja agrupados em associações ou cooperativas de camponeses ou individuais para mitigar a situação da produção.

Explicou que, estas acções decorrem com o apoio directo das administrações municipais, que são os parceiros fundamentais para a realização com êxito das actividades desenvolvidas pelos camponeses, visto que, com o título de propriedade a utilização dos campos será feita de forma organizada, mais rentável e elevar o nível de produtividade em grande escala.

Relativamente ao encontro, o especialista fez saber que, em 2022, elaborou-se um plano estratégico de trabalho, cujo os pontos são motivo de discussão nas várias reuniões.

Avançou que nestes encontros periódicos são reflectidos situações sobre os baixos e altos da sua materialização durante os cinco anos findo, bem como, prosseguir com as acções positivas.

Aposta na capacitação de camponeses

Abílio Sanjaya avançou que a ADRA trabalha no reforço da capacitação dos camponeses, a nível dos municípios da província, quer seja agrupados em associações ou cooperativas de camponeses ou individuais para mitigar a situação da produção.

Explicou que, estas acções decorrem com o apoio directo das administrações municipais, que são os parceiros fundamentais para a realização com êxito das actividades desenvolvidas pelos camponeses, visto que, com o título de propriedade a utilização dos campos será feita de forma organizada, mais rentável e elevar o nível de produtividade em grande escala.

Relativamente ao encontro, o especialista fez saber que, em 2022, elaborou-se um plano estratégico de trabalho, cujo os pontos são motivo de discussão nas várias reuniões.

Avançou que nestes encontros periódicos são reflectidos situações sobre os baixos e altos da sua materialização durante os cinco anos findo, bem como, prosseguir com as acções positivas.

### 7.3 Projectados mais de sete mil lotes para a auto-construção em Ondjiva

*Jornal de Angola*

*13 De Abril de 2023*

*Texto: Domingos Calucipa*

Pelo menos 7.900 lotes de terra estão a ser preparados em diferentes zonas da cidade de Ondjiva



e arredores, no Cunene, para a auto-construção dirigida, informou, ontem, o administrador municipal adjunto do Cuanhama para a Área Técnica e Infra-Estrutura.

Cirilo Namolo explicou, durante o acto de entrega de 15 lotes aos primeiros beneficiários do programa, que a Administração Municipal do Cuanhama, sediada em Ondjiva, tem diversas solicitações de terrenos dos municípios para construção da casa própria. "Estamos quase em sete mil pedidos de lotes para auto-construção dirigida, além do compromisso de reassentar as pessoas que desalojamos no local onde está hoje a centralidade do Ekuma, assim como em zonas de risco", salientou.

Em Ondjiva, acrescentou, estão projectadas cinco reservas fundiárias para a auto-construção dirigida, sendo a de Owongo, com 3.500 lotes, a do Ohongwe, com três mil, a da Caxila III, com 1.150, e a do Mukumbwaimbi, com 42 lotes. Os primeiros 15 beneficiados, disse, são pessoas provenientes do espaço onde está agora a centralidade de Ekuma. O programa de urbanização e entrega de terrenos na cidade de Ondjiva, explicou, que inicia dentro de dias, está dividido em duas fases, sendo a primeira o reassentamento de famílias residentes em zonas de risco e a segunda para o público em geral, que será feita por intermédio de um sorteio.

Os terrenos a serem distribuídos, uns com a dimensão de 400 e outros de 500 metros quadrados, devem obedecer a modelos de casas próprios, de acordo com o responsável municipal.

## 7.4 Venda ilegal de terrenos

*Jornal de Angola*  
13 De Abril de 2023

A venda ilegal de terrenos por parte de cidadãos comuns e autoridades tradicionais, em Mbanza Kongo, província do Zaire, figura, nos dias que correm, entre os crimes mais julgados no tribunal local.

O juiz-presidente do Tribunal Provincial em exercício, Arão Dias, disse à Angop, que este fenómeno tem como base disputas de terrenos entre membros da mesma família.

O meritíssimo frisou que se regista neste acto criminoso a conivência de algumas autoridades tradicionais, que se dedicam à distribuição ilegal de lotes de terrenos, sem a devida autorização das administrações municipais. Um dos casos badalados, segundo o juiz, envolveu membros da mesma família, que terão vendido um

lote de terreno a três clientes diferentes, em 2016, resultando em desavenças entre os compradores. Os autores foram julgados e condenados.

O magistrado judicial explicou que, em muitos casos, os envolvidos alegam serem herdeiros das terras que comercializam, mas não exibem documentos que provam a sua titularidade.

O juiz Arão Dias fez saber que na semana passada, um soba resolveu registar um terreno em nome de um estrangeiro ilegal, em detrimento de uma cidadã nacional.

O Tribunal Provincial do Zaire funciona com oito juizes, cinco dos quais estão em Mbanza Kongo e três no município do Soyo.

## 7.5 Famílias retiradas em zonas de risco realojadas no projecto "500 casas"

*Jornal de Angola*  
19 De Abril de 2023  
Texto: Delfina Victorino

Um total de 200 famílias que viviam em zonas de risco no município do Cuito, província do Bié, foram realojadas no projecto habitacional "500 Casas", localizado no bairro Caluco.

As famílias, na sua maioria, viviam em zonas de risco nos bairros Cangalo, Cangangawe e Santo António, em espaços que estão a ser consumidos por ravinas, que ameaçam, também, áreas da comuna do Cunje e dos municípios do Andulo, Catabola, Camacupa e Nharêa.

O governador provincial do Bié, Pereira Alfredo, afirmou que tem acompanhado o processo de realojamento das famílias para zonas mais seguras, disse à imprensa, durante uma visita de campo, que o Executivo angolano já dispõe de informações sobre as ravinas que ameaçam várias infra-estruturas de impacto social em, pelo menos, cinco municípios, tendo avançado que foi criada uma equipa multisectorial para dar solução urgente ao problema.

As casas do projecto habitacional "500 Casas", de tipologia T-3, começaram a ser erguidas em 2015, com o propósito de acolher famílias que habitavam em zonas consideradas de risco, na periferia do município do Cuito.

O projecto recebeu as primeiras 50 famílias, oriundas dos bairros Cangalo e Cangangawe, em 2020, tendo o

processo sido concluído no passado fim-de-semana, com a chegada de mais 150 famílias, na sua maioria provenientes do bairro Santo António, que ficaram ao relento, devido às chuvas, que agravaram, ainda mais, as ravinas que surgiram na zona.

Às famílias realojadas, Pereira Alfredo recomendou responsabilidade e preservação do projecto habitacional, evitando arrendar as casas, sob pena de as perder.

O governador assegurou que outros cidadãos em zonas de risco estão a ser cadastrados, para que, à medida que forem criadas condições, serem realojados em outros projectos habitacionais.

Julietta Cassova, 65 anos, proveniente da zona da ravina do bairro Santo António, foi uma das contempladas com uma vivenda T-3. Viúva e mãe de dois filhos, manifestou-se satisfeita e prometeu cuidar bem do imóvel.

"Vivíamos numa zona no bairro Santo António, próximo à ravina. Nunca sabíamos o que poderia nos acontecer. Este gesto do Estado veio mudar radicalmente as nossas vidas. Foi-nos informado pelo senhor governador que teremos de pagar a água e a energia, como forma de contribuir para a manutenção do projecto habitacional", disse.

Durante a jornada de campo, o governador Pereira Alfredo aproveitou para constatar o grau de execução das obras da futura escola do projecto habitacional e de seguida deslocou-se ao bairro Piloto para avaliar a construção da central de distribuição de água potável para aquela zona e arredores.

## 7.6 Cidadãos vão ter acesso a 4 milhões de lotes para habitação em todo o território nacional

*Jornal de Angola*

*27 De Abril de 2023*

*Texto: César Esteves*

O Executivo está a trabalhar na concepção de uma proposta de projecto de auto-construção dirigida que vai permitir disponibilizar aos cidadãos angolanos, em todo o país, de cerca de 4 milhões de lotes de terra para habitação durante os próximos cinco anos.

A informação foi avançada pela secretária de Estado para a Administração do Território, Teresa Quivienguele, durante a intervenção na abertura da I Reunião Técnica Nacional de alinhamento metodológico entre os órgãos da administração

central e local do Estado, realizada, terça-feira, em Luanda, onde o projecto foi analisado.

Teresa Quivienguele disse tratar-se de uma iniciativa de elevado alcance, que permitirá resolver, em grande medida, o problema da exiguidade de habitações no país, sobretudo para a camada juvenil.

Entretanto, admitiu que a boa execução do projecto vai depender do envolvimento dos governos provinciais e das administrações municipais, não apenas na identificação dos terrenos, mas, sobretudo, na organização e mobilização da participação dos munícipes na identificação dos melhores modelos de casa a construir e dos materiais a utilizar, tendo em conta as características específicas de cada localidade e a durabilidade das habitações.

"O papel dos órgãos locais é ainda relevante na elaboração dos planos directores municipais, que são instrumentos indispensáveis para o êxito do projecto de auto-construção dirigida", destacou.

Projecto pode entrar em vigor ainda este ano

O director nacional de Gestão Fundiária e Habitação, Amílcar Lutucuta, avançou, à imprensa, que o projecto, sob a égide do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, pode entrar em vigor ainda este ano, tão logo seja aprovado.

"O projecto de auto-construção dirigida tem o grande objectivo que é de conceder os lotes às populações e transmitir a posse jurídica a cada uma das pessoas que adquirir o lote para construir a sua própria habitação", frisou.

Amílcar Lutucuta revelou que o projecto comporta três tipologias de lotes, nomeadamente os infra-estruturados, com serviços mínimos e as agrovilas. Os lotes infra-estruturados, esclareceu, vão dispor já do fornecimento de energia, abastecimento de água, drenagem das águas pluviais e residuais e, também, a questão relacionada aos espaços verdes em função dos planos urbanos. Nos lotes do pacote Serviços Mínimos as infra-estruturas deverão surgir de forma gradual, disse.

O director nacional de Gestão Fundiária e Habitação fez saber que, depois da aprovação do projecto, vai surgir a fase da identificação das reservas fundiárias, passo que, como sublinhou, será seguido da elaboração dos planos directores para cada um dos municípios escolhidos.

"Depois de desenvolvermos os planos directores, passaremos, então, para a fase de estudo e projectos, que está a relacionado com o desenvolvimento dos

planos urbanos", realizou.

O responsável referiu que, com os planos urbanos, fica facilitada a questão da regularização fundiária, que passa pela identificação do lote e registo, de modo que o cidadão tenha a posse jurídica do próprio lote para auto-construção dirigida.

Amílcar Lutucuta deu a conhecer que o projecto vai ser operacionalizado pelos governos provinciais, em função da gestão do território, com o acompanhamento do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação.

A uma pergunta sobre quanto vai custar cada lote, o director nacional de Gestão Fundiária e Habitação disse não haver, ainda, um preço para as parcelas de terra, pelo facto de o projecto estar numa fase "embrionária", mas avançou que o mesmo é destinado a todo o cidadão angolano. "Precisamos que ele seja aprovado e, depois, com os governos provinciais, vai se definir qual é a metodologia a escolher", ressaltou.

Reunião técnica

A I Reunião Técnica Nacional entre os órgãos da Administração Central e Local do Estado, realizado pelos ministérios da Administração do Território e das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, na Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP), visou promover, no essencial, um momento de alinhamento técnico e metodológico entre aqueles dois órgãos da administração do Estado, no que se refere às regras de implementação

do projecto de autoconstrução dirigida, bem como de outros temas complementares.

Foram, igualmente, temas em abordagem no encontro o processo de licenciamento da actividade de táxis e mototáxis, com vista a promoção e formalização desta actividade económica, que desempenha um papel considerável na garantia da mobilidade dos municípios, bem como as acções em curso no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

A secretária de Estado para a Administração do Território disse que o encontro foi realizado com o objectivo de assegurar o reforço da articulação institucional entre os órgãos da administração Central e Local do Estado, de modo a promover o necessário alinhamento metodológico que inclui a discussão sobre os instrumentos e ferramentas de operacionalização de programas e projectos entre os responsáveis pela sua definição e operacionalização.

A ideia, disse, passou pela salvaguarda dos aspectos essenciais, tais como: a execução mais efectiva e eficiente dos programas e projectos, a garantia da efectivação das competências transferidas para os órgãos locais, o combate ao desperdício e a duplicidade, reforçando, deste modo, a sinergia entre as acções, gerando eficácia e pragmatismo nas intervenções, maximização na utilização dos recursos, sejam eles humanos, materiais, financeiros, tecnológicos, de tempo, bem como o reforço da componente da monitoria e acompanhamento.

"Trata-se da concretização de uma atribuição do MAT inserida no seu estatuto orgânico, que visa facilitar a concepção e a implementação das Políticas Públicas, assegurando o envolvimento directo das entidades que estão mais próximas dos cidadãos e que, por essa razão, conhecem melhor os seus problemas e podem garantir mais, efectivamente, soluções locais para os resolver", aclarou.

## 7.7 Governo de Luanda pede celeridade na emissão de direito de superfície

*Jornal Expansão*

*29 De Abril de 2023*

*Texto: Alberto Quiluta*

O Governo Provincial de Luanda (GPL) recomendou maior celeridade no processo de concessão do direito de superfície, num prazo não superior a 60 dias.

A recomendação consta no comunicado final do encontro metodológico sobre a Gestão de Terras e Concessão de Direitos Fundiários, realizado quinta-feira, em Luanda.

Para o GPL, o procedimento para a concessão de direitos fundiários deve ser feito unicamente tendo como base a Lei de Terras e o Regulamento Geral de Concessão de Terrenos.

Ao Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA), pediu para fornecer, às administrações municipais, a base cartográfica, com os mapas topográficos e as ortofotos, para a execução dos trabalhos técnicos.

Às administrações municipais, aconselhou, a estudarem as melhores formas de se reverter os espaços e os títulos fundiários que não tenham tido o uso útil e efectivo para os quais tenham sido concessionados.

Aos técnicos do GPL foi ainda recomendado para que cadastrem todos os terrenos nos termos da Lei de Terras, do Regulamento Geral de Concessão de Terrenos e das Bases da Política Nacional sobre a Concessão de Direitos sobre Terras.

O Governo de Luanda defende, também, a realização regular de um encontro, para estabelecer e determinar o preço da terra, bem como os pagamentos das taxas aplicadas nos procedimentos de concessão dos terrenos na capital do país.

Outro aspecto importante, para o GPL, é a integração, urgente, entre o portal do município e o Sistema Angolano de Gestão Territorial (SAGIT), para um melhor controlo.

Com a realização do encontro metodológico, o GPL decidiu que o limite de concessão dos terrenos urbanos e periurbanos, atribuídos pelas administrações municipais, seja de 1.000 metros quadrados, mas o assunto deve ser remetido ao Ministério da Administração do Território, para melhor esclarecimento.

Um aspecto a ser melhorado, para os técnicos, é o facto de os terrenos concedidos pelas administrações municipais não se encontrarem cadastrados no Tombo Geral da propriedade, aspecto que facilita a existência de sobreposições de terrenos e consequentemente o surgimento de conflitos.

Os encontros metodológicos, de acordo com os técnicos, devem ser realizados com frequência, de forma a trazerem novas abordagens sobre o assunto às administrações municipais e criarem uma maior articulação entre os diferentes órgãos que intervêm no processo de concessão dos espaços.

#### Interpretação

Para o vice-governador dos Serviços Técnica e Infraestruturas, em representação do governador Manuel Homem, o encontro vai ajudar no ordenamento, na interpretação da ocupação de espaços por parte dos operadores do processo de concessão do direito fundiário de Luanda.

Cristino Ndeitunga lembrou que o encontro representa mais uma oportunidade para os quadros que intervêm no processo de gestão e concessão de direitos fundiários em Luanda dialogarem, no sentido de uniformizar a interpretação sobre os procedimentos e normas concernentes.

"Grande parte dos problemas que as administrações municipais enfrentam é para resolver questões relacionados com a ocupação ilegal e conflitos de sobreposição de titularidade de terrenos", disse.

O vice-governador destacou, ainda, a importância de melhorar a prestação do serviço público, no domínio da organização, simplificação e celeridade de emissão de títulos de concessão de terras, com base na legislação em vigor no país.

#### Atribuições

O director do Gabinete Jurídico e Intercambio do GPL, Fernando Torres, disse que a atribuição de espaços pelo Governo de Luanda tem regras. "Nas zonas urbanas é permitido conceder até dois hectares, enquanto nas áreas peri-urbana são cinco. Nas zonas rurais é permitido apenas mil metros quadrados".

O administrador do município de Talatona, Rui Duarte, disse que contam actualmente com um Portal do Município, que tem facilitado a regularização fundiária em relação aos direitos de superfície.

O Portal, referiu, tem permitido dar um melhor atendimento aos municípios, assim como ajudar na arrecadação de receitas, "no seguimento da estratégia de descentralização do poder local".

## 7.8 Terrenos infra-estruturados são entregues no próximo ano

*Jornal de Angola*

*30 De Abril de 2023*

*Texto: Helma Reis*

Mais de 300 promotores de obras, que concorreram ao processo de aquisição de lotes, lançado pela Empresa Gestora de Terrenos Infra-Estruturados (EGTI), em Dezembro de 2019, vão receber as suas parcelas de terra no próximo ano.

De acordo com a directora de Marketing e Vendas da EGTI, Jakeline Coelho, que falava à margem de um encontro de esclarecimento aos promotores de obras, os terrenos serão entregues tão logo os lotes estejam devidamente infra-estruturados.

"São quatro macrolotes. Neste momento decorre a infraestruturização de um que fica perto da superfície comercial Kero do Kilamba e a partir do mês de Setembro daremos início aos trabalhos em mais três macrolotes", garantiu.

Segundo Jakeline Coelho, apesar do processo ter levado muito tempo, devido à Covid-19 e pelo facto da EGTI ser uma empresa pública que depende da aprovação do Tribunal de Contas para colocar em prática os projectos apresentados, os promotores ficaram esclarecidos sobre as questões de morosidade e de outras relacionadas aos termos de pagamento.

Mandela dos Santos, que como muitos promotores de obras que concorreram e temiam que os espaços não seriam entregues, disse à nossa reportagem que, depois de ouvir os esclarecimentos da EGTI, as suas esperanças foram renovadas. "Gostei de ser convocado para essa sessão de esclarecimentos e reconheço se tratar de um projecto sério", disse.

António Constantino agradeceu a iniciativa da EGTI, sublinhando que havia muitas dúvidas sobre como terminaria o processo. "Fomos esclarecidos e cada um está ansioso para começar o seu projecto", disse.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Governador de Luanda pede mais colaboração da população

*Jornal de Angola*

*8 De Abril de 2023*

*Texto: Pedro Bica*

A deposição constante de lixo nas valas de drenagem está a preocupar o governador provincial de Luanda, Manuel Homem, que avaliou, ontem, o grau de funcionamento de algumas dessas infra-estruturas, em especial as ligadas aos sistemas de macro-drenagem.

Durante uma visita de campo, efectuada ontem, o governante recebeu explicações sobre o plano de intervenção das valas do Cariango e Soroça (município do Cazenga), das Bancas (município de Cacuaco), da Via Expressa e Calemba, Senado da Câmara e Rocha Pinto (município de Talatona), da Mabunda, Rio Seco e a vala 1 da Samba (município de Luanda).

No final, Manuel Homem disse ser importante a sensibilização e consciencialização dos moradores, para a mudança de atitudes em relação ao saneamento básico e à deposição dos resíduos sólidos nas valas de drenagem.

O governador defendeu, igualmente, a manutenção urgente das infra-estruturas e serviços relacionados com saneamento básico dos municípios de Luanda, assim como a continuidade das obras de reabilitação de alguns desses espaços, paralisadas desde 2014.

A nível das acções, assegurou, o Governo Provincial de Luanda tem em curso um projecto para dar dignidade às famílias, que inclui o realinhamento das valas de drenagem. "O que mais preocupa no momento é como os moradores depositam o lixo, nas valas de drenagem, ou ao longo do caminho de ferro, mesmo tendo, nas zonas, contentores de lixo vazios", criticou.

#### Soluções propostas

O governador Manuel Homem defendeu, durante a visita de constacção às valas de drenagem, a criação urgente de cooperativas de moradores locais, no sentido de eliminar a colocação de lixo nesses espaços. "Apenas responsabilizando as comunidades que vivem nas proximidades das valas de drenagem e ao longo do traçado da linha férrea de Luanda é possível resolver a situação", disse.

No momento, acrescentou, não há verba para resolver a situação do saneamento básico de Luanda. "Por isso, é fundamental pedir às pessoas para não colocarem lixo nas valas. A criação de cooperativas é uma forma de incentivar a aproximação entre as comunidades e as administrações", referiu.

Outro ponto importante e urgente, ressaltou, é o reinício das obras da Vala do Senado da Câmara, tida como o "pulmão Luandense", particularmente quanto à drenagem da maioria das águas pluviais da cidade capital, devido às suas ramificações.

#### Mais partilha de responsabilidades no Cazenga

O governador revelou durante a estada no município do Cazenga, que em relação à Vala do Soroça, a solução passa por uma concertação com as fábricas da Cuca e da Nocal, devido à quantidade que despejam no troço que danifica o troço.

"Vamos ter de partilhar responsabilidades, para que Luanda seja um bom lugar para se viver. O Governo Provincial está aberto às parcerias público-privadas desde que apresentem boas ideias", avançou.

No Cazenga, acrescentou, grande parte das residências estão construídas por cima do canal das águas pluviais, "por isso é fundamental que seja encontrada uma solução rápida, inclusive ter de pensar no realojamento dos moradores dessas áreas".

#### Redefinição das prioridades em Cacuaco

Em menos de uma hora, Manuel Homem deixou ideias claras para a redefinição de prioridades, em relação às obras em curso na Vila de Vidrul, de forma que haja uma melhoria significativa nas ligações de macro-drenagem localizadas naquele troço.

"É uma via que pode ajudar a desafogar bastante as águas da área. Então, é preciso dar certa prioridade nesta zona da rua do Paço, pois assim resolveremos um problema grande em termos de soluções de drenagem", explicou

#### Acções e interacção para Luanda

No município de Luanda, o governador considera importante a interacção e sensibilização entre a administração municipal da capital, "pois é o coração da província". No município, Manuel Homem visitou a vala do Senado da Câmara e do Mercado da Peixeira, denominada Mabunda. Na altura, ouviu as vendedoras e deixou orientações para a melhoria das condições da zona.

Sob o chuvisco intenso matinal, Manuel Homem

realizou uma inspecção às principais valas de drenagem da capital, para ver o actual estado e encontrar soluções imediatas, de forma a tornar mais dinâmico esse serviço.

Actualmente, realçou, as valas de drenagem, uma importante infra-estrutura da macro-drenagem das águas pluviais e residuais, têm sido utilizadas de forma incorrecta pelos municípios. "A regular deposição de lixo, sucata e outros objectos nesses espaços é também uma fonte ao surgimento de mais doenças nas comunidades", disse o Governador.

O Governo Provincial de Luanda, através da Unidade Técnica de Gestão e Saneamento, destacou, está a realizar uma operação de limpeza das valas de drenagem em todos os municípios, num acto que vai durar 120 dias e já removeu várias toneladas de lixo desses espaços.

## 8.2 Banco Mundial reforça carteira de projectos para o sector das Águas em Angola

*Jornal de Angola*

*16 De Abril de 2023*

*Texto: Joaquim Suami*

O Banco Mundial prevê reforçar, nos próximos anos, em Angola, a sua carteira de projectos ligados aos sectores das águas e saneamento básico, inseridos no programa de alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável do Milénio.

Um dos maiores projectos do Banco Mundial, em Angola, é o de produção e distribuição de água potável, denominado Bita, na província de Luanda, que prevê a construção de infra-estruturas para armazenamento, distribuição de água, que abrange zonas, como o Benfica, Cabo-Lombo, Bita, Bitatanque, Ramiros, Morro dos Veados, Zango e outras.

O projecto BITA financiado pelo Banco Mundial visa elevar de forma substancial a capacidade de distribuição e a melhoria dos indicadores de acesso à água potável no seio da população de Luanda, estimada em perto de dez milhões de habitantes.

A intenção de reforçar a carteira de projectos, foi manifestada pelo próprio Banco Mundial, durante uma mesa-redonda, que organizou, em Washington, sobre o Alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável do milénio, em relação da água e ao saneamento básico.

A ministra das finanças, Vera Daves, que chefiou a delegação angolana, na mesa redonda do Banco Mundial, disse que o projecto BITA está orçado em mil milhões de dólares, conta para o efeito, com a emissão de uma garantia, por parte do BM e o financiamento de um consórcio de bancos, tendo o primeiro desembolso ocorrido no início de Abril do ano em curso.

De acordo com uma nota do Ministério das finanças, a assistência técnica que o Banco Mundial garante para o reforço da capacitação institucional das empresas públicas do ramo da energia e águas, deve ser revista no quadro legal, para permitir a entrada de operadores privados na cadeia, como de águas e energia.

Durante a mesa redonda, a ministra Vera Daves destacou a importância de implementação por parte do Banco Mundial, programas de educação ambiental para que os cidadãos possam participar de forma proactiva, não apenas como beneficiários, mas de terem a cultura de preservarem equipamentos públicos, uma vez que, o contexto angolano, é marcado por actos de vandalização das condutas, gerando elevados desperdícios de água.

## 8.3 FADA vai conceder crédito aos jovens agricultores

*Jornal de Angola*

*16 de Abril de 2023*

*Texto: Estácio Camassete*

Os jovens do Huambo que actuam no ramo da agropecuária vão beneficiar, brevemente, de crédito agrícola de até três milhões de kwanzas, financiado pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA), no quadro do projecto de crédito denominado Jovem Produtor, do Conselho Nacional da Juventude CNJ.

Segundo fez saber o secretário do Conselho Provincial da Juventude no Huambo, João Lara Hotalala, os mesmos vão também ser beneficiados de títulos de propriedades de terras, para alargarem o espaço de produção e diversificar a economia.

De acordo com o líder juvenil, o projecto vai ser implementado por fases e cada município vai disponibilizar cerca de cem hectares de terra, para que cada jovem interessado, seja-lhe atribuído de um até 5 hectares, para desenvolver agricultura, à luz do Crédito Jovem Produtor.

Para tal, o valor disponibilizado pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA) por cada jovem, vai ser reembolsado num prazo de três anos, uma das medidas que serve para travar o êxodo rural. "Os jovens devem dedicar-se às actividades agropecuárias, para o combate da fome e da pobreza e garantir a empregabilidade nas comunidades, já que o sector estatal não consegue absorver a todos".

Com a materialização deste desafio, disse, vão ser criados vários projectos agrícolas liderados pela juventude e fazer com que a produção agrícola esteja no futuro, nas mãos dos jovens.

João Lara fez saber que nos próximos dias, vão ser identificados os referidos espaços em todos os municípios, para serem cedidos aos jovens, que vai contar com envolvimento das autoridades locais.

"Queremos desenvolver para uma Cidade Agropecuária da Juventude Angolana (CAJA), a nível dos 11 municípios, para o combate à fome e à pobreza", disse.

Para os jovens que estão a ser formados nas instituições de agropecuária, João Lara disse que existem programas de financiamento para os apoiar, com vista a apostar no empreendedorismo.

#### Garantias

Os estudantes finalistas do Instituto Médio Agrário, da Faculdade de Veterinária e Ciências Agrárias, quando terminarem os seus cursos, existem garantias de serem igualmente financiados com um montante de até 5 milhões de kwanzas, para colocarem em prática todo o aprendizado, e criar novas empresas, garantindo mais postos de trabalho.

A tendência é fazer crescer o número de jovens empreendedores, que vão trabalhar nos seus próprios negócios e ajudar o desenvolvimento de Angola, através dos impostos que estas empresas podem pagar ao Estado.

## 8.4 Projecto de abastecimento de água do Lussue vai ser concluído em Junho

*Jornal de Angola*

*21 De Abril*

*Texto: Marcelo Manuel*

O projecto de construção da estação compacta de captação e tratamento de água potável, criado a partir do rio Lussue, para abastecer 28 mil famílias de

Ndalatando, no Cuanza-Norte, é concluído em Junho próximo.

Ministro João Baptista Borges (o primeiro à esquerda) está a averiguar o estado de execução de algumas obras © Fotografia por: Nilo Mateus | Edições Novembro

O fiscal da obra, Agostinho Gonçalves, disse, ontem, durante uma visita do ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, ao Cuanza-Norte, que o projecto já tem 93 por cento de execução e pode ser entregue até finais de Junho próximo.

Até ao momento, frisou, estão pagos, 22 por centos dos mais de três mil milhões de kwanzas, que é o custo geral da empreitada. A fonte de captação, avançou, tem a capacidade para 200 metros cúbicos, por hora, enquanto a estação de tratamento vai bombear 150 metros cúbicos.

A água, explicou, vai ser transportada por uma tubagem de sete quilómetros e 700 metros, para contemplar as famílias dos bairros Vieta, Mesquita e Sassa. O projecto, continuou, está erguido numa área de 2.400 metros quadrados, com uma zona externa na qual constam quatro girafas, para o abastecimento de camiões cisternas.

Com o financiamento do Executivo do Cuanza-Norte, a empreitada começou em Julho de 2022, com o intuito de reforçar o projecto de fornecimento do Mucari, tido como insuficiente para atender os mais de 200 mil habitantes de Ndalatando.

## 8.5 Mais 39,9 mil milhões kz para os contadores de água e electricidade

*Jornal Expansão*

*25 De Abril 2023*

*Texto: José Gongga*

Começando pelo sector da electricidade, a ENDE confirmou ao Expansão que existem 688.119 contadores de energia de pré-pagamento instalados em todo País, mas existe um défice de 1.218.775, o que em termos práticos significa que estão em funcionamento um pouco mais de 1/3 do projectado. Neste decreto presidencial, que não especifica o número de contadores que engloba, as propostas aprovadas estão distribuídas em 10 lotes e vão custar 22,3 mil milhões Kz. Estes serão instalados em sete províncias, nomeadamente, Lunda, Bié Huambo, Namibe Huíla, Benguela, assim como Moxico, Lunda Norte e Sul.



A estratégia de instalar contadores de energia passa por evitar que o valor da dívida à empresa, que ultrapassa os 220 mil milhões Kz, continue crescer à medida que novos consumidores entrem na rede eléctrica e permitir que a Empresa Nacional de Distribuição de Energia possa aumentar as receitas.

É uma forma de corrigir o "tiro" na distribuição de energia por pós-pagamento, que propicia acumulação de dívidas e esquemas que também prejudicam a qualidade de energia distribuída, apesar de exigir maior investimento no processo administrativo de pagamento.

De acordo com os dados da ENDE, que o Expansão teve acesso, há 688.119 contadores de energia de pré-pagamento instalados em todo País, mas existe um défice face aos objectivos da empresa de 1.218.775.

Para a província de Luanda, que tem a maior número de clientes e o valor mais alto da dívida, as propostas aprovadas valem no total 14,6 mil milhões de Kz para instalar contadores dos centros de distribuição das Ingombotas, N'Gola Kiluanje, Kilamba Kiaxi e Viana. OS contadores nestes quatro centros de distribuição vão ser fornecido e instalados pelo Consórcio Zhejiang Sunshine Industry - Holly Technology, (ver tabela).

A Zhejiang Sunshine Industry é uma empresa chinesa que tem uma fábrica de contadores de energia e água no Pólo industrial de Viana, capaz de produzir 400 mil contadores de pré-pagamento por ano. Juntou-se à Holly Technology para garantir a empreitada fornecimento e instalação

A empresa Hengye Electronics - Indústria, S.A, empresa chinesa que investiu 200 milhões USD numa fábrica na Zona Económica Especial, vai fornecer e instalar nas províncias do Bié, Huambo, Namibe, assim como Huíla e Benguela. A empresa, que é subsidiária do grupo chinês, Zhejiang Hengye Electronics, duplicou a capacidade de produção anual em 2022 de 500 mil contadores de pré-pagamento energia e água de para um milhão.

As outras três províncias que vão receber os contadores são Moxico e as Lundas Norte e Sul, e serão fornecidos pelas "mãos" da empresa China Road and Bridge Corporation - Sucursal Angola, que actua na área de construção civil no nosso país, o que pressupõe que vão comprar os contadores terceiros.

17,5 mil milhões para contadores de água

O sistema de distribuição de água vai também tem as propostas de fornecimentos e instalação de contadores de pré-pagamentos, que vão custar 17,5 mil milhões de Kz, a ser distribuídos em todo País.

A província de Lunda vai receber mais de metade dos contadores a serem instalados nos municípios de Belas, Luanda, Icolo e Bengo, Cacuaco e Talatona. O valor global no fornecimento e instalação destes contadores é de 17,5 mil milhões Kz. Os equipamentos vão ser distribuídos e instalados pela CMEC - China Machinery Engineering Corporation - Sucursal Angola, que está e esteve envolvida em várias obras no sector dos transportes e água no País e também pelo Consórcio Zhejiang Sunshine Industry - Suntront Tech Co. Limited.

O Consórcio Zhejiang Sunshine Industry - Suntront Tech Co. Limited vai distribuir também para as províncias do Uíge, Malanje, Bengo, Benguela, Cuanzas Norte e Sul, assim como, Namibe, Moxico e Cunene, C. Cubango, Bié e Huambo e Cabinda.

A empresa angolana OMATAPALO - Engenharia e Construção, que é uma espécie de cliente preferencial dos contratos públicos do governo, vai fornecer os contadores de pré-pagamento às províncias Lunda Norte, Lunda Sul e Huíla, onde tem as suas raízes.

## 8.6 Licenciamento de táxis e embarcações de pesca regista adesão positiva em todos os municípios

*Jornal de Angola*

*30 De Abril de 2023*

*Texto: Pedro Bica*

Mais de dois mil registos e licenças foram emitidos, em todo o país, desde a abertura, quinta-feira, da campanha de licenciamento e cadastramento de táxis, mototáxis e embarcações de pesca artesanal.

Os dados foram tornados públicos, ontem, em Luanda, pelo presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional dos Transportes Terrestres, promotora da campanha de licenciamento.

Énio Costa disse, ao Jornal de Angola, que, segundo dados provisórios, na província do Cuando Cubango foram emitidas 465 licenças, Luanda (334), Huambo (266), Cuanza-Sul (246), Zaire (194), Lunda-Sul (160), Malanje (115), Lunda-Norte (97), Cabinda (71), Namibe (58), Uíge (43) e Cunene (13).

"Estes dados são satisfatórios, tendo em conta que em muitos municípios, por razões de vária ordem, o processo de licenciamento ainda não começou", afirmou, acrescentando que o licenciamento está a ser feito em lugares indicados pelas administrações

municipais, de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas.

O presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional dos Transportes Terrestres apela a todos os taxistas, mototaxistas e proprietários de embarcações de pesca artesanal a aderirem à campanha, que visa a legalização das referidas actividades.

Énio Costa alertou aos cidadãos e usuários de transportes colectivos a optarem por viaturas licenciadas, para se evitar assaltos. "Com o licenciamento, temos o controlo dos operadores e facilmente identificamos os falsos que cometem actos criminosos".

#### Luanda

O município de Luanda emitiu 570 licenças, desde o início da campanha de licenciamento de motociclos, mototáxis, táxis e embarcações de pesca artesanal, segundo o director dos Transportes, Tráfego e Mobilidade, Domingos Araújo, que fez uma avaliação positiva do processo.

"No primeiro dia tivemos um número reduzido, mas no segundo houve maior adesão e acreditamos que o número de interessados vai aumentar", disse Domingos Araújo, acrescentando que a Administração continua a trabalhar na sensibilização da população no sentido de aderir à campanha.

Domingos Araújo reiterou que o licenciamento é praticamente grátis e feito de forma célere.

#### Cazenga

No município do Cazenga, durante os primeiros três dias de campanha, foram emitidas 326 licenças, disse o director dos Transportes, Tráfego e Mobilidade, Agostinho Luís, que considerou positiva a adesão da população, tendo aconselhado os mototaxistas, taxistas e associações, especificamente a ANATA, ATA, AMOTRANG no sentido de licenciarem os meios o mais rápido possível e não deixar para os últimos dias.

#### Cacuaco

Em Cacuaco foram emitidas 43 licenças para mototaxistas, taxistas e embarcações de pesca artesanal.

O director dos Transportes, Tráfego e Mobilidade, Júlio Azevedo, afirmou que vão continuar a trabalhar na mobilização das pessoas para que possam aderir ao processo.

#### Viana

O município de Viana já emitiu 38 licenças para mototaxistas, disse o director dos Transportes, Tráfego e Mobilidade.

João Morais avançou que, além das licenças já entregues, trabalha-se em outros processos, como o de cadastramento de embarcações de pesca artesanal e emissão de Carta de Condução para mototaxistas.

O responsável fez, igualmente, um balanço positivo da campanha. "Apelamos aos taxistas ou proprietários das viaturas que se façam presentes nos locais onde estão a ser emitidas as licenças, de forma a manterem-se informados sobre o processo que é grátis para mototaxistas, ao passo que para os táxis colectivos deve-se pagar entre a 26.400 e 30.800 kwanzas.

#### Licenciamento de embarcações

O director municipal de Luanda da Agricultura e Pescas, Cândido Cadifete, disse, ontem, ao Jornal de Angola, que já foram emitidas nove licenças de embarcações de pesca artesanal e oito prorrogações.

"Esperamos que, na terça-feira, haja uma moldura aceitável, aqui na Chicala, no Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL). Estamos devidamente equipadas, prontos para atender os municípios", frisou.

Cândido Cadifete apelou às associações pesqueiras e cooperativas de pesca no sentido de aproveitarem a oportunidade de legalizar a actividade e desempenhá-la sem constrangimentos.

No município de Talatona foram entregues dez licenças, de acordo com o balanço apresentado, ontem, pela directora municipal da Agricultura, Pecuária e Pescas, Similosa Mateus.

"Este não é o resultado que esperamos, mas estamos apenas no início. Continuaremos à disposição dos municípios até à data prevista".

O município de Cacuaco registou a emissão de duas licenças e oito cédulas marítimas, de acordo o director dos Transportes, Tráfego e Mobilidade, Julho Azevedo, que apelou à comunidade pesqueira no sentido de aderir à campanha para exercer a actividade de maneira mais organizada e sem interrupções.

## Grande movimentação

Os postos do Cazenga, Luanda, Viana, Cacuaco, Talatona e Kilamba Kiaxi registaram, ontem, grande movimentação.

Manuel Domingos, 32 anos, mototaxista há dez anos, exibindo a sua carteira profissional, recordou os momentos que temia a abordagem de fiscais da Administração Municipal e agentes da Polícia Nacional, por falta de documentos.

"É para mim uma grande alegria estar legalizado", disse o mototaxista, que aplaudiu as facilidades existentes no processo de licenciamento, cadastro e aquisição do título da carteira profissional.

Manuel Domingos, delegado da AMOTRAG, disse que os associados estão a ser sensibilizados no sentido de aderirem à campanha, o mais rápido possível.

Para o processo de licenciamento os interessados deverão possuir cópia do Livrete e Título de Propriedade do veículo ou embarcação, cópia do Bilhete de Identidade, certidão do registo comercial (pessoas colectivas), seguro obrigatório válido, ficha de inspecção técnica e o modelo 21.

Importa referir que a inspecção técnica poderá ser feita nos locais de licenciamento, indicados pelas administrações municipais, por meio das direcções municipais dos Transportes, Tráfego e Mobilidade

A campanha está a ser realizada em todas as administrações municipais, com base no Decreto Presidencial nº20/18, de 29 de Janeiro, sobre o regime geral de delimitação e desconcentração de competências, e tem a duração de 15 dias.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Moradores vivem sob terror no bairro dos seis cajueiros

*Jornal Metropolitano*  
9 De Janeiro de 2023  
Texto: Fula Martins

A Criminalidade no bairro da Boa-fé, no Distrito Urbano da Estalagem, município de Viana, ganha proporções alarmantes e os moradores vivem momentos conturbados a julgar pelo aumento de casos de briga de grupos, assaltos às residências e na via pública, com recurso a arma de fogo.

Agastados, os moradores consideram preocupante a situação e roem pelo pior, porque os delinquentes não escolhem a hora para actuarem. "Levam os bens, telefones, dinheiro, electrodomésticos, e quem mostrar resistência corre o risco de perder a vida", denunciam os moradores.

Patrulhamento deficitário, obras abandonadas e a fraca iluminação são apontadas como principais causas que facilitam o cometimento dos crimes. Martins Cangalho, nome fictício, morador no triângulo do Seis Cajueiro, disse que o nível de delinquência sobe todos os dias por causa das pessoas que vendem bebidas alcoólicas e estupefacientes, vulgo "liamba", tendo como maiores clientes os vários grupos de malfeitores. Sublinhou que, os jovens estão a beber e a fumar muita liamba e, depois de usarem essas substâncias, ficam loucos e praticam actos ilícitos.

Segundo o morador, a média de idade dos meliantes varia entre os 14 e 36 anos. António Lopes, moto-taxista, disse que, no dia 31 de Dezembro do ano passado, foi vítima de tentativa de assalto da sua motorizada. Conta que vinha com uma cliente e de repente apareceu um jovem que atirou uma pedra contra a motorizada, quando parou o mesmo colocou-se em fuga, julgando que ia atrás do mesmo para facilitar que os seus amigos roubassem a mota. "Os moto-taxistas são os que mais sofrem com os assaltos.

São alvos preferenciais dos marginais. No bairro do Seis Cajueiro, vive-se um autêntico terror, o que faz com que os moto-taxistas não trabalhem para além das 19h00", disse António Lopes.

Na passada quinta-feira, uma senhora indefensa foi alvo de assalto em plena via pública. "Os amigos do alheio", sem dó nem piedade, receberam a botija de gás butano e o dinheiro da vítima. Clarice Zeferino, nome fictício, moradora no "largo da Mor-te", na segunda rua do Seis, foi igualmente vítima de dois assaltos em 15 dias.

Na primeira ocasião, os delinquentes não conseguiram concretizar os seus intentos e foram capturados pelos jovens do bairro e entregues à esquadra da Polícia Nacional. Na segunda tentativa, viu a sua casa a ser assaltada pelos meliantes, que levaram telefones, televisor, aparelho de som, máquina de lavar e uma botija de gás, e fizeram dois tiros na perna direita do esposo.

### 9.2 Polícia deteve mais de mil suspeitos por crimes diversos

*Jornal De Angola*  
17 De Janeiro de 2023  
Texto: Andre Costa

Um total de 1.027 indivíduos, entre homens e mulheres, foi detido pela Polícia Nacional, no período compreendido entre 5 a 11 deste mês, em todo o país, supostamente por estarem implicados no cometimento de crimes diversos, dos quais 949 foram já esclarecidos.

A informação foi avançada à Comunicação Social, pelo porta-voz do Comando Geral da Polícia Nacional, subcomissário Mateus Rodrigues.

### 9.3 Polícia Nacional detém 1.100 suspeitos em micro-operações

*Jornal de Angola*  
25 De Janeiro de 2023  
Texto: Mário Clemente

A Polícia Nacional efectuou um total de 1.100 detenções de indivíduos suspeitos de terem cometido vários crimes, de 12 a 18 do corrente mês, durante uma série de micro-operações de segurança pública, revelou, segunda-feira, em Luanda, o seu porta-voz.

O subcomissário Mateus Rodrigues explicou que a detenção dos 1.100 suspeitos representa um aumento de 83 detidos, em relação ao mesmo período do ano anterior, em que se registaram 958 crimes. Os indivíduos foram detidos por presumíveis crimes de 26 homicídios, 169 roubos, 270 furtos, 205 ofensas à integridade física graves e simples e 34 agressões sexuais.

Quanto às províncias que mais registaram um aumento de crimes, o subcomissário Mateus Rodrigues destacou Luanda, com 613, Benguela, com 134, Huíla, com 89, Cabinda, com 75, e Bié com igual número de casos.

Das micro-operações de segurança pública realizadas, foram apreendidas 30 armas de fogo de diversos calibres, com destaque para Luanda, com 17, Cuanza-Norte e Cuando Cubango, com cinco cada, assim como Zaire e Lunda-Norte, ambas com quatro.

A par disso, a Polícia apreendeu, ainda, 15 viaturas, 54 motociclos, 74 telemóveis, 32 televisores, 18 botijas de gás butano, 18 cabeças de gado bovino, 3.790 litros de gasolina e 69.605 de gasóleo, 13,295 quilogramas de cocaína e 717.146 de liamba.

Nas micro-operações, os efectivos da Polícia conseguiram, também, recuperar 14 armas de fogo, duas viaturas e desmantelar quatro grupos de marginais.

O porta-voz realçou que, no domínio da fiscalização do trânsito, foram apreendidos 203 veículos automóveis, 935 motociclos, 1.118 Cartas de Condução, 865 verbetes, 1.114 livretes e igual número de Títulos de Registo de Propriedade. Mateus Rodrigues avançou que essas infracções ao Código de Trânsito resultaram na aplicação de multas avaliadas em 14.908.463 kwanzas.

Acidentes nas estradas provocam 55 óbitos

Durante o período em análise, a Polícia registou 274 acidentes de viação, que resultaram em 55 mortes e 292 feridos.

Luanda, que averbou a maior taxa de mortes com cerca de 20 por cento, liderou a lista de acidentes, ao registar 48 casos, seguido da Huíla (25), Benguela (22) e Huambo (21), disse o subcomissário Mateus Rodrigues.

As principais causas dos acidentes de viação foram a má travessia de peões, com 128 casos, excesso de velocidade (56), mudança irregular de direcção (33), mau estado das vias (41) e condução sob efeito de álcool (25). O porta-voz disse, ainda, que das acções realizadas para a protecção das fronteiras terrestres e

marítimas registou-se a detenção de 2.264 cidadãos, sendo 1,164 da República Democrática do Congo, acompanhados de 48 crianças, 27 do Congo, 17 da Namíbia, dois da Zâmbia e um do Vietname.

Além dos cidadãos estrangeiros, destaque para a detenção de 1.053 nacionais, acompanhadas de 100 crianças, suspeitos de contrabando de combustível e de mercadoria não declarada, pesca ilegal, fuga ao fisco, tráfico ilícito de migrantes, devastação da flora e tentativa de saída clandestina.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Chuva causa mortes e prejuízos avultados em Luanda

*Jornal de Angola*  
15 De Abril de 2023  
Texto: André Sibi

Os danos causados pela última chuva que caiu em Luanda foram apresentados, sexta-feira, num relatório que aponta a morte de quatro pessoas e o desalojamento de 1.201 pessoas, informou o comandante do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros de Luanda.

O subcomissário Bombeiro Flávio Chimbundi disse à imprensa, durante o balanço da última chuva, que as quatro pessoas mortas tinham 11, 15, 17 e 37 anos. Entre as prováveis causas das mortes, disse, constam duas por afogamento e as outras duas por electrocussão, causada pelo uso de um posto de energia enquanto chovia.

Além das mortes, continuou, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros registou, igualmente, o desaparecimento de dois cidadãos, um de 8 e outro de 41 anos. Diligências, avançou, já estão a ser feitas para a localização destes.

A chuva da última quarta-feira, acrescentou, afectou, também, 1.201 famílias e 1.199 habitações que ficaram inundadas. "Tivemos ainda o registo da queda de 308 árvores diversas, que causaram obstrução das vias de acesso no Distrito Urbano do Zango 8.000".

Durante a conferência de imprensa, as autoridades apelaram à população para evitar a circulação em valas de drenagem e linhas de água, principalmente enquanto chove.

A maioria dos afogados, explicou, foi arrastada pela corrente de água até às bacias de retenção, quando estes tentaram fazer a travessia em linhas de passagem de água. "Apesar das mortes registadas foi possível evitar danos piores, dado os trabalhos de limpeza das valas de drenagem realizados um pouco por toda cidade capital, nos últimos sete meses", avançou.

Os bombeiros, adiantou, recomendaram à população para recorrer aos rádios e lanternas a pilhas quando chove. "É importante que os quadros eléctricos estejam desligados, de modo a evitar qualquer perigo", disse.

### 10.2 Chuvas em Luanda causam cinco mortes e deixam famílias ao relento

*Jornal de Angola*  
19 De Abril de 2023  
Texto: Pedro Bica

Cinco mortos, duas mil casas inundadas e mais de 1.500 famílias ao relento são os dados provisórios apresentados, ontem, pela Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros, como consequência da chuva torrencial que se abateu sobre a cidade de Luanda, apurou o Jornal de Angola.

Da ronda efectuada, a reportagem constatou ruas alagadas, árvores caídas, restrições no fornecimento de energia eléctrica, como alguns dos cenários de constrangimentos causados pelas chuvas da madrugada de ontem, um pouco por toda a cidade.

A comissão indica que o centro de coordenação operacional da Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros registou cinco mortes, sendo duas por afogamento de dois menores de 5 e 8 anos de idade, no município de Belas, e a morte de uma criança em Viana, no bairro da Regedoria, em consequência do desabamento de uma habitação.

Foi possível, durante a reportagem, notar as dificuldades na circulação dos transeuntes e automobilistas nos municípios do Rangel e Cazenga, zona do Zango, Benfica e Golf II.

No município de Luanda, na via da Samba e Morro da Luz, foi possível constatar deslizamento de terras, queda de árvores no Distrito Urbano da Ingombota e resíduos sólidos arrastados pelas enxurradas, em quase toda a extensão da província de Luanda.

No Golf II, a situação foi similar às demais zonas da capital, com residências, ruas e avenidas completamente inundadas e intransitáveis, como consequência da chuva torrencial que se abateu sobre Luanda.

Outra nota de realce foi o cenário nas paragens de táxis, em que os "azul e branco" eram praticamente inexistentes logo pela manhã cedo e os poucos em circulação encurtavam as rotas, dificultando assim a vida de milhares de pessoas que se dirigiam aos locais de trabalho.

Gesto de solidariedade

Numa nota, o Governo Provincial de Luanda reafirma que está plenamente ao corrente da situação

e solidariza-se com os munícipes que enfrentam imensas dificuldades, em consequência das chuvas que se abatem sobre a capital, sobretudo naqueles pontos mapeados e considerados críticos pela Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros de Luanda.

Indica ainda que para prevenir danos maiores, desde Setembro de 2022, o GPL está a executar um programa de limpeza e manutenção das valas instaladas nos sistemas de macro-drenagem em toda a extensão da província. "De modo a reduzir as inundações nas residências, assim como os impactos dos resíduos sólidos arrastados pelas águas da chuva, este programa estende-se a trabalhos de limpeza dos assentamentos e reperfilamento das referidas valas de drenagem", refere a nota.

Saliente-se que o programa de limpeza das valas implementado pelo GPL teve início há sete meses e tem permitido, de forma preventiva, uma maior drenagem das águas e mitigar o impacto das chuvas. A nota revela que, ainda assim, os apelos vão, igualmente, no sentido de se evitarem construções nas linhas naturais das águas, próximo aos locais de risco, a não deposição de resíduos em locais impróprios e prestar maior atenção às crianças em períodos chuvosos.

#### Alerta do INAMET

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) alerta para a previsão de chuva fraca em alguns pontos de Luanda nas próximas horas, de acordo com o coordenador do Departamento de Vigilância, Gomes Muanza.

"Nas próximas horas não se prevê chuvas com intensidades fortes ou moderadas, prevê-se simplesmente chuvas fracas em alguns pontos da cidade capital", disse o meteorologista.

#### Restrição no fornecimento de energia eléctrica

Por conta dos níveis da água e da intensidade da chuva, a empresa de distribuição de electricidade foi obrigada a restringir o fornecimento em alguns bairros, revelou Osvaldo Quilo, do Gabinete de comunicação e imagem da ENDE

"Devido ao mau tempo registado à madrugada de terça-feira e desligamento, a pedido da população, por inundações e risco de electrocução, ficaram privados de energia eléctrica os municípios de Viana, Talatona, Luanda, Cacucó, Belas e Cazenga", concluiu.

### 10.3 Famílias retiradas em zonas de risco realojadas no projecto "500 casas"

*Jornal de Angola*

*19 De Abril de 2023*

*Texto: Delfina Victorino*

Um total de 200 famílias que viviam em zonas de risco no município do Cuito, província do Bié, foram realojadas no projecto habitacional "500 Casas", localizado no bairro Caluco.

As famílias, na sua maioria, viviam em zonas de risco nos bairros Cangalo, Cangangawe e Santo António, em espaços que estão a ser consumidos por ravinas, que ameaçam, também, áreas da comuna do Cunje e dos municípios do Andulo, Catabola, Camacupa e Nharêa.

O governador provincial do Bié, Pereira Alfredo, afirmou que tem acompanhado o processo de realojamento das famílias para zonas mais seguras, disse à imprensa, durante uma visita de campo, que o Executivo angolano já dispõe de informações sobre as ravinas que ameaçam várias infra-estruturas de impacto social em, pelo menos, cinco municípios, tendo avançado que foi criada uma equipa multisectorial para dar solução urgente ao problema.

As casas do projecto habitacional "500 Casas", de tipologia T-3, começaram a ser erguidas em 2015, com o propósito de acolher famílias que habitavam em zonas consideradas de risco, na periferia do município do Cuito.

O projecto recebeu as primeiras 50 famílias, oriundas dos bairros Cangalo e Cangangawe, em 2020, tendo o processo sido concluído no passado fim-de-semana, com a chegada de mais 150 famílias, na sua maioria provenientes do bairro Santo António, que ficaram ao relento, devido às chuvas, que agravaram, ainda mais, as ravinas que surgiram na zona.

Às famílias realojadas, Pereira Alfredo recomendou responsabilidade e preservação do projecto habitacional, evitando arrendar as casas, sob pena de as perder.

O governador assegurou que outros cidadãos em zonas de risco estão a ser cadastrados, para que, à medida que forem criadas condições, serem realojados em outros projectos habitacionais.

Julietta Cassova, 65 anos, proveniente da zona da ravina do bairro Santo António, foi uma das contempladas com uma vivenda T-3. Viúva e mãe de dois filhos, manifestou-se satisfeita e prometeu cuidar bem do imóvel.

"Vivíamos numa zona no bairro Santo António, próximo à ravina. Nunca sabíamos o que poderia nos acontecer. Este gesto do Estado veio mudar radicalmente as nossas vidas. Foi-nos informado pelo senhor governador que teremos de pagar a água e a energia, como forma de contribuir para a manutenção do projecto habitacional", disse.

Durante a jornada de campo, o governador Pereira Alfredo aproveitou para constatar o grau de execução das obras da futura escola do projecto habitacional e de seguida deslocou-se ao bairro Piloto para avaliar a construção da central de distribuição de água potável para aquela zona e arredores.

#### 10.4 Centralidade do Lobito vai ter mais água potável

*Jornal de Angola*

*20 De Abril de 2023*

*Texto: Maximino Filipe*

Habitantes da Centralidade do Lobito, na província de Benguela, vão, nos próximos meses, ver melhorado o abastecimento de água, com a construção de um sistema de captação.

O anúncio foi feito, à imprensa, na cidade de Benguela, pelo administrador municipal adjunto do Lobito para o Sector Técnico, António César, tendo garantido que os trabalhos decorrem sem sobressaltos.

Explicou que as obras começaram no ano passado, para mitigar o défice que se tem registado. Garantiu que, além da zona alta, em quase toda a localidade do município decorrem trabalhos no âmbito das obras integradas, que visam a melhoria da qualidade de vida da população.

Relativamente ao sistema de água, disse, vai servir para os habitantes da centralidade, bem como abastecer toda a zona alta da cidade do Lobito.

Acrescentou que o objectivo é fazer com que as famílias deixem de recorrer a meios alternativos para ter água potável, tais como cacimbas, motorizadas de três rodas (vulgo kaleluais) ou camiões cisterna, com os quais alguns cidadãos comercializam água retirada em rios, valas e chimpacas.

António César apela à população no sentido de manter a calma e esperança em dias melhores, pautando por uma conduta de conservação dos bens públicos.

Segundo o administrador, enquanto decorrem as obras do novo sistema de captação, a Administração Municipal do Lobito tem envidado esforços no sentido de fazer chegar água potável a diferentes localidades, sobretudo zonas mais críticas, por meio de camiões cisterna, de modo a salvaguardar a vida dos munícipes.

Realidade da infra-estrutura

A Centralidade do Lobito, construída na zona alta do município com o mesmo nome, conta com 3.000 unidades habitacionais, das quais 856 vivendas e 2.144 apartamentos, numa área de 290 hectares.

No referido projecto estão disponíveis moradias de tipologia T3 e edifícios habitacionais de dois e três pisos, de tipologia T3.

A centralidade foi concebida para albergar 18 mil habitantes, acautelando-se a construção de redes eléctricas, de abastecimento de água, de drenagem de águas pluviais e residuais, reservatórios elevados, estação de bombagem de água, iluminação pública, arranjos exteriores e arruamentos.

O projecto da centralidade contempla, também, a construção de três jardins-de-infância, duas escolas primárias, uma escola secundária e áreas de lazer, estando reservados espaços para a construção de edifícios para instituições públicas, centro religioso e um edifício administrativo.

A Centralidade do Lobito está com uma taxa de ocupação acima de 80 por cento.



## 10.5 Cartoon

*Jornal Novo Jornal*  
21 De Abril de 2023  
Texto: Sérgio Piçarra



## 10.6 Chuvas destapam o Zango

*Jornal O País*  
21 De Abril de 2023  
Texto: Rui Guatemala

Com as chuvas que vão caindo sobre a província de Luanda, a mobilidade dos cidadãos no Zango, em Viana, está a ser um caos.

As inundações e o mau estado das vias aumenta o engarrafamento e, ao mesmo tempo, afasta a presença de serviços públicos básicos um deles é o serviço de táxi azul e branco.

De manhã e no final do dia, os cidadãos vivem momentos difíceis, porém chegar à casa tem sido pior que escalar o Cabo Bojador, porque às tantas não se sabe o que fazer. Gostaria que as autoridades do Governo Provincial de Luanda (GPL), muito cedo, fossem à paizana para o Zango, no sentido de assistirem o sofrimento dos cidadãos e a forma como as paragens ficam cheias.

A ausência de vias alternativas e outros serviços básicos, com a presença das chuvas, vão destapando os problemas, graves e de solução rápida, do Zango.

Penso que não se pode ignorar os Zangos, pois o crescimento populacional representado naquela zona merece, das autoridades, mais respeito e amor, visto que a solução dos problemas não passa por inventar a roda, que está demais.

## 10.7 Falta de crédito bancário pode deixar negócio da madeira nas mãos de estrangeiros

*Jornal O País*  
21 De Abril de 2023  
Texto: Patrícia de Oliveira

O Presidente da Associação dos Madeireiros do Cuando Cubango, Miguel Tchivo, referiu que a classe enfrenta dificuldade na exportação de madeira manufacturada por falta de indústrias deste segmento no país, apelando aos bancos a facilidade na aquisição de crédito.

"Como vamos construir indústrias para a manufatura da madeira se os bancos não estão a conceder crédito. É preciso comprar equipamentos e os bancos não apoiam os empresários que querem trabalhar", disse.

No seu entender, a medida que proíbe a importação de madeira não manufacturada é salutar, mas não basta implementar, sendo necessário o apoio dos bancos para a aquisição dos equipamentos e máquinas para o processo.

Caso não aconteça, o madeireiro teme que a indústria de transformação de madeira tenha como principal promotores empresas estrangeiras. Só no Cuando Cubango, segundo explicou, a suspensão da actividade de exploração de madeira, decretada pelo Ministério da Agricultura e Florestas, desde 1 de Fevereiro deste ano, gerou prejuízos calculados em mais de 300 milhões de kwanzas aos operadores locais.

Moxico: pedidos reduzem de 40 para oito

Por sua vez, o presidente da Associação dos Madeireiros no Moxico, Frederico Salvador, defende a mesma opinião que passa pela necessidade de facilidade de créditos bancários, reforçando que muitos estão abandonar a actividade por falta de meios de transformação da madeira. "As empresas não têm capacidade para comprar máquinas e os bancos para conceder financiamentos impõem uma série de condições. E uma delas é ter a concessão que permite a exploração até 25 anos como garantia, que é extremamente difícil", explicou.

Na sua opinião, o Governo, através dos bancos públicos e impulso aos privados, devem facilitar o crédito de forma Leasing, que é uma forma de negociação em que o cliente só se torna dono do equipamento após concluir todas as prestações de pagamento ao banco credor.

Disse, igualmente, que poucas empresas vão permanecer no mercado e a produção de madeira irá reduzir, apesar de não haver proibição para o licenciamento da madeira. Mas, os exportadores devem ter capacidade para transformar consoante as medidas do Executivo, avançou a fonte.

Segundo o empresário, as pessoas continuam a deixar esta actividade e abraçar outros negócios, realçando que no ano passado concorreram cerca de 40 empresas para a exploração e a associação viu, este ano, as solicitações a reduzir para quatro.

"Desde o dia 14 de Abril, o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) mandou cancelar a exportação da madeira nos moldes antigos, em que era possível exportar blocos, pranchas e a aguardar novas medidas, que estão a provocar constrangimentos", disse.

Frederico Salvador disse que a falta de condições nas vias do Alto Zambeze faz com que a madeira não seja transportada para outras regiões. Aliado a este problema, o responsável salientou que, apesar do diálogo mantido entre os empresários do ramo com o Ministério da Agricultura e Florestas e a Polícia Nacional (PN), sobre a modalidade de transporte da madeira para as zonas de comercialização, os associados continuam a enfrentar embaraços nos postos de controlos policiais.

Com a proibição da exploração do Mussive, desde 2018, pelo Executivo para permitir a sua reflorestação, os madeireiros têm apostado numa outra espécie conhecida por "Kakulakula ou Girassonde", encontrada na floresta do Alto Zambeze, segundo fez saber Frederico Salvador, destacando a China, Vietname, Dubai e países europeus como principais destinos.

## 10.8 Chefe de Estado aprova verba para combater as ravinas

*Jornal de Angola*

*22 De Abril de 2023*

*Texto: César Esteves*

O Presidente da República, João Lourenço, aprovou mais de 99 mil milhões de kwanzas para a cobertura das despesas referentes a situações de emergência,

com realce para a contenção e estabilização das ravinas, por estarem a propagar-se, em grande escala, pelo território nacional.

A informação consta no Despacho Presidencial nº 73/23, publicado em Diário da República (DR) de 19 de Abril deste ano.

O documento refere que, deste valor, vai ser deduzido o montante de 30 mil milhões de kwanzas por já terem sido disponibilizados.

O desembolso do valor remanescente - de mais de 69 mil milhões de kwanzas -, prossegue o Despacho Presidencial, deve ser feito em três tranches, sendo 30 mil milhões de kwanzas até ao dia 15 de Abril, igual valor até 15 de Julho e mais 9 mil milhões de kwanzas até ao dia 15 de Outubro.

O Despacho Presidencial esclarece que os desembolsos acima referidos serão feitos trimestralmente, devendo ser executado até ao dia 15 do início de cada trimestre.

O presidente do Conselho de Administração do Fundo Rodoviário e Obras de Emergência (FROE) é orientado, no quadro dessas operações, a submeter, no final de cada trimestre, ao órgão de superintendência, o relatório dos trabalhos realizados com a respectiva cabimentação. O Despacho Presidencial destaca, na sua parte introdutória, que o desembolso dos referidos recursos financeiros visa dar resposta ao crescente fenómeno das ravinas que se regista pelo país, com um impacto bastante negativo na mobilidade e segurança das pessoas e bens, nas zonas afectadas.

O Fundo Fixo Trienal, correspondente aos anos de 2022, 2023 e 2024, para o financiamento das obras de emergência, incluindo as ravinas, foi aprovado através do Despacho Presidencial nº260/22, de 30 de Novembro.

País tem catalogado mais de 700 ravinas

O ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Carlos Alberto Gregório dos Santos, revelou, em Dezembro do ano passado, durante uma visita à província da Lunda-Norte, que o país tem catalogado um total de 742 ravinas.

Carlos Alberto dos Santos ressaltou, na ocasião, que 400 desse total de ravinas espalhadas pelo país estão em estado de progressão, exigindo, por isso, uma especial atenção das autoridades em termos de intervenção.

EPAL e PRODEL com novos Conselhos de Administração

O Presidente da República, João Lourenço, exonerou, sexta-feira, membros dos Conselhos de Administração da Empresa Pública de Águas (EPAL) e da Empresa Pública de Produção de Electricidade (PRODEL).

Na EPAL, o Presidente da República exonerou o presidente do Conselho de Administração, Manuel Silva Lopes da Cruz, Alberto Miguel Manuel, administrador executivo, Venceslau Txindji Chissupa, administrador executivo, Eva Dinamene Damião Fernandes da Costa, administradora executiva, Kubikiladia Bernardete Garcia, administradora executiva.

Noutro Decreto, o Presidente da República nomeou, para o Conselho de Administração da EPAL, Adão Manuel da Silva, como presidente do Conselho de Administração, Kelson Miguel Domingos, administrador executivo, Enoch Francisco Lopes da Costa, administrador executivo, Eva Dinamene Damião Fernandes da Costa, administradora executiva, Kubikiladia Bernardete Garcia, administradora Executiva.

Na PRODEL, o Presidente João Lourenço exonerou o presidente do Conselho de Administração, Joaquim Ventura, Pedro Eduardo Manuel Afonso, administrador executivo, Euclides Morais de Brito, administrador executivo, Benício Pedro Machado, administrador executivo, Rosa Afonso Miguel, administradora executiva.

Para integrarem o Conselho de Administração da PRODEL, o Presidente da República nomeou Pedro Eduardo Manuel Afonso, como presidente do Conselho de Administração, Arlindo Paulino Upindi Cambungo, administrador executivo, Manuel de Sousa Panzo, administrador executivo, Daniel Catata Catumbela, administrador executivo, Hailé Arissandro Vieira Dias Ferrão, administrador executivo.

## 10.9 Plano de emergência para apoiar famílias afectadas pelas chuvas começa a ser implementado em breve

*Jornal de Angola*

*22 De Abril de 2023*

*Texto: Adelina Inácio e Edna Dala*

O Executivo começa a implementar na próxima semana, um Plano de Assistência Emergencial para apoiar as famílias afectadas pelas chuvas em todo o país, anunciou, ontem, em Luanda, o ministro de Estado e chefe da Casa Militar do Presidente da República.

Francisco Furtado, que falava em conferência de imprensa, para apresentar as consequências das chuvas que se abateram nos últimos dias, reconhece que é preciso que o Executivo faça um esforço maior do que foi feito até ao momento para contemplar todas as famílias afectadas.

Para Francisco Furtado, o fenómeno que se vive nos últimos dias em função das quedas pluviométricas, exige a tomada de medidas urgentes e implementação de um plano de requisição civil envolvendo não só o Executivo, mas, também, outras áreas com disponibilidade e capacidade para acudir às situações.

O ministro de Estado garantiu que o Executivo tem criado um Plano de Contingência de apoio às famílias sinistradas, que deve ser adaptado todos os anos preventivamente antes da ocorrência destes fenómenos.

Garantiu, por outro lado, que outras medidas serão tomadas para complementar o conjunto de acções inseridas neste plano.

O programa do Executivo, segundo o ministro, não é apenas dar meios de abrigo e alimentação, devem ser criadas outras condições em áreas que permitam um reassentamento em condições de segurança para que

não aconteçam fenómenos semelhantes aos que estão a ser observados agora.

"Temos que realmente reconhecer que há vulnerabilidade e negligência por parte das populações, mas também há muitas irregularidades nos Planos directores de construções e no ordenamento em várias áreas do território", reconheceu o ministro.

Executivo lamenta morte dos sinistrados

Durante a conferência de imprensa, o ministro de Estado e chefe da Casa Militar do Presidente da República salientou que o Governo lamenta a morte prematura dos cidadãos em consequência das fortes chuvas que se abateram nos últimos dias, em todo o país e garantiu apoio aos familiares.

O ministro, que lamentou o número elevado de perdas de vidas humanas, bens e de infra-estruturas, desde Agosto do ano passado, adiantou que as chuvas afectaram não apenas as populações e moradias, mas também infraestruturas públicas de grande dimensão, com destaque para unidades hospitalares, sub-estações eléctricas, torres de alta tensão de transporte de energia, vias rodoviárias construídas e reabilitadas recentemente e as ravinas que se propagam em todo o território, particularmente na região Leste e Norte do país.

O responsável aproveitou a oportunidade para informar que, além das medidas para mitigar a situação, vão ser tomadas também algumas medidas para desencorajar todos aqueles que, por desobediência administrativa, continuam a colocar em perigo as suas vidas.

Para o efeito, adiantou que as administrações estão a trabalhar para abrigar os sinistrados em zonas seguras.

Francisco Furtado reconheceu que a situação que se vive neste momento é bastante crítica e exige a tomada de medidas urgentes, como a implementação do Plano de Contingência que deve ter execução imediata.

"Estão igualmente a ser criadas condições do ponto de vista de reserva e meios para o apoio dos sinistrados, desde chapas, materiais para abrigos, roupas, alimentos, assistências médicas e outras que as populações necessitam", disse.

Francisco Furtado defende a realização de um trabalho de consciencialização e sensibilização para que as populações deixem de construir em lugares impróprios. "Este trabalho deve envolver todos.

O Executivo, através das administrações locais, dos órgãos de comunicação social, igrejas, comunidades e comissões de moradores realiza campanhas de sensibilização para mitigar os efeitos das situações naturais como estas e garantir que não haja perda de vidas humanas e bens materiais particulares ou públicos", disse.

O ministro de Estado e Chefe da Casa Militar do Presidente da República admitiu que as administrações municipais têm, também, grandes responsabilidades por permitirem as construções anárquicas.

Províncias afectadas e número de vítimas

Na ocasião, Francisco Furtado disse que entre as províncias em situações mais delicadas, destacam-se o Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Cuando Cubango, Huíla, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico, Malanje, Namibe, Uíge e Zaire.

"De modo geral, o país todo está a passar por situações bastante delicadas face ao volume de chuva que se verifica nos últimos tempos, episódios que têm estado a provocar não apenas danos humanos, como também a perda considerável de bens materiais", realçou.

O ministro de Estado e Chefe da Casa Militar, adiantou que, das informações preliminares, os dados apontam que há maior índice de perdas humanas na província de Luanda e Lunda-Norte, que conta com um total de 50 vítimas humanas, seguido de Cabinda com 464 pessoas feridas.

Em Luanda, um total de 4.200 residências foram afectadas, 4,366 inundadas, cinco ficaram destruídas e 31 parcialmente danificadas.

De acordo com as constatações, acrescentou, entre os factores principais que originaram os danos referidos, destacam-se a vulnerabilidade económica e social das populações, bem como o grau de exposição ao risco que apresentam as habitações, ocupações desordenadas, às múltiplas deficiências das infra-estruturas urbanas, o fraco nível de organização comunitário e a não observância dos códigos de construção de habitações.

Bairros da capital estão sem energia eléctrica

Zonas dos municípios de Viana, Cazenga, Talatona, Belas e Icolo Bengo continuam privadas do fornecimento de energia eléctrica, devido às chuvas que se abateram sobre a província de Luanda, quarta e quinta-feira.

Os dados foram tornados públicos, ontem, à noite, pelo porta-voz da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), durante a actualização diária sobre o fornecimento da energia à província de Luanda.

Lauro Fortunado acrescentou que as chuvas causaram a inundação de instalações eléctricas e queda de postes, linhas e outras ocorrências e, para se evitar o pior, optou-se pelo corte de energia. "Os especialistas da ENDE continuam a trabalhar, para repor, com maior celeridade, o fornecimento de energia".

Segundo Lauro Fortunado, no município de Viana, por exemplo, estão sem energia os bairros da Estalagem, Kikuxi, Luanda Sul (Cooperativa Cajueiro), Caop, Zona Económica Especial (ZEE) e áreas adjacentes.

Acrescentou que os bairros da Cuca e Hoji-ya-Henda, no Cazenga, também estão sem energia, bem como os bairros 11 de Novembro, Militar (condomínio Vale dos Pássaros e áreas adjacentes ao Shopping Talatona), Lar do Patriota, Benfica, Kifica, Chinguar, Condomínio Boa Vida, Pérolas e arredores.

Lauro Fortunado disse que estão, também, sem energia o município de Belas, concretamente na Centralidade do Kilamba (bloco Q), Zona Verde, Bela Vista, Salinas e Ramiro, assim como o Icolo e Bengo, na vila de Catete, Bom Jesus e Calomboloca.

Chuvas provocam mais de 300

O ministro do Interior, Eugénio Laborinho, que também falou do impacto das chuvas no país, disse que as mesmas provocaram, até ao momento, um total de 308 mortes e 13.755 famílias afectadas, desde Outubro do ano passado.

A província de Luanda foi a mais afectada até ao momento, com 54 mortes.

Eugénio Laborinho referiu que em alguns casos, a maior parte das populações nas províncias do Huambo, Bié, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malanje e Uíge as mortes aconteceram também devido aos relâmpagos.

Neste período e tendo em conta os dados acima referidos, frisou que foram igualmente afectadas mais de 66 mil pessoas, 184 feridos, 46 escolas, 25 unidades de saúde, 20 postos policiais, 37 postes de iluminação pública, 575 árvores foram destruídas ao nível das cidades, 15 estabelecimentos comerciais, dois bancos comerciais, cinco moagens, três passagens hidráulicas e um posto de emissão de passaportes.

As fortes chuvas, adiantou, acompanhadas de rajadas de vento nos últimos dias provocaram, na província do Uíge, cinco mortos, 4 feridos e igual número de feridos, tendo afectado os principais bairros desta última.

O ministro do Interior realçou como um dos pontos que contribuem também para estes incidentes, a posição geográfica, sobretudo da região Norte e Nordeste e por apresentarem uma certa altitude que culminou com as inundações.

"Com as inundações, muitas casas acabaram por desabar e resultaram no número de ferimentos e mortes".

Eugénio Laborinho fez saber que ao contrário de algumas regiões, em outras províncias mais a Sul, como Cunene e Namibe não se registam chuvas. Ao passo que na Huíla, Cuando-Cubango e Moxico onde chove de forma moderada nas localidades de Alto Zambeze e Cazombo. Mas verifica-se dificuldades na circulação entre o Luena até ao Cazombo. Na Lunda-Norte continua a chover, assim como na Lunda-Sul, Bié, Huambo, Uíge e Zaire.

Reposição da ordem

Eugénio Laborinho defendeu a reposição da ordem e da Administração do Estado para pôr fim às construções desordenadas que têm se verificado um pouco por todo o país, sobretudo, nas áreas de risco, como linhas de água e encostas de montanhas.

"É necessário que a nossa população respeite mais as recomendações do Estado. Reconhecemos que vivemos momentos difíceis, mas é preciso preservar a vida humana e ter em conta factores como alterações climáticas".

Para o ministro do Interior, essas situações têm estado a prejudicar, de forma geral, toda uma sociedade e os governos que têm feito um esforço para melhorar e estabilizar a situação social e económica do país.

Eugénio Laborinho disse que o que se verifica na capital do país está relacionado com indisciplina no cumprimento de medidas e regulamentos no processo de construção.

"As pessoas violam as normas e ocupam até as linhas de água, uma das causas também das inundações, afectando a população vizinha e as vias públicas".

Sublinhou que o Governo Central, provincial e as comissões provinciais de Protecção Civil e Bombeiros continuam a fazer um grande esforço, para dar o apoio mínimo às populações.

Neste sentido, disse que há uma orientação para se proceder ao levantamento concreto e realista no sentido de realojar as famílias sinistradas que se encontram desabrigadas.

Ao nível da Protecção Civil e Bombeiros, o ministro disse haver a necessidade de se rever a forma de actuação para se evitar que as próximas chuvas tenham o mesmo impacto triste.

"É uma situação assustadora e há receio de que com essas inundações comecem a surgir doenças, como paludismo, cólera, doenças respiratórias, entre outras", disse.

O ministro do Interior, Eugénio Laborinho, ressaltou os trabalhos feitos pela coordenação dos serviços de protecção civil e defende mais rigor no trabalho de fiscalização por parte dos Governos provinciais, administrações municipais e distritais, no que diz respeito às construções anárquicas.

"Os populares constroem na calada da noite em cima de uma linha de água. Deve ser feito um trabalho forte de fiscalização dos Governos provinciais, no sentido de fazer manter a ordem", disse o ministro.

Eugénio Laborinho admitiu, por outro lado, que a falta de manutenção e limpeza nas valas de drenagem estão também na origem das inundações. "É preciso mobilizar a população para deixarem de construir em zonas de risco. É muito grave e estão sujeitos a muitas situações como deslizamento de terras", disse.

## 10.10 Campanha de reflorestação permite a plantação de um milhão de mangais na orla marítima do país

*Jornal de Angola*  
23 De Abril de 2023  
Texto: Pedro Bica

Angola conta actualmente com um milhão de mangais, plantados ao longo da orla marítima, nas províncias de Luanda, Benguela, Bengo, Cabinda e Zaire (Soyo).

Os dados foram tornados públicos, ontem, em Luanda, pela presidente da Otchiva, Fernanda René, durante uma campanha de limpeza e sensibilização, que decorreu ao longo da orla marítima e nas áreas reservadas aos mangais.

Segundo Fernanda René, em Angola, desde 2019, existem mangais em várias áreas costeiras, mas

muitos foram destruídos e precisam urgentemente de restauração e protecção.

"É necessário que, nos planos de desenvolvimento do país, os governos provinciais incluam a protecção dos habitats naturais, como as zonas húmidas e as áreas reservadas aos mangais", disse.

Fernanda René acrescentou que a destruição dos mangais e replantação em outros locais normalmente não são opções viáveis, daí ser necessário a mudança de atitude e comportamento em relação à biodiversidade marinha.

Lembrou que em Angola grande parte dos mangais foi destruído, nos últimos anos, para dar lugar a construções ou transformados em destino final para entulho de lixo diverso das grandes cidades.

A presidente da Otchiva indicou que iniciativas do género ajudam a restaurar os mangais, mas é ainda mais importante parar de os destruir, daí que os governantes devem desempenhar um papel mais activo com penalizações.

"Os mangais são o berçário da vida marinha, ou seja, 80 por cento de todas as espécies que o homem captura de valor comercial desovam nos mangais, a maternidade da vida marinha", disse.

A campanha de limpeza e sensibilização juntou centenas de voluntários das províncias do Bengo, Bié, Cabinda e Malanje, a par de governantes, políticos, religiosos, estudantes, escuteiros, pescadores, moradores e bombeiros voluntários.

Durante o acto, o vice-governador de Luanda para o Sector Financeiro, Gilson Carmelino, disse ser urgente a tomada de consciência e medidas punitivas contra os agressores das zonas reservadas.

"O Governo da Província de Luanda gizou um programa que visa, entre outras acções, a demolição das infra-estruturas ilegais construídas ao longo da orla marítima, sobretudo na zona dos mangais", disse.

O governante avançou que, nos próximos dias, vão acontecer acções concertadas com as administrações municipais, fiscalização e parceiros do ambiente, no sentido de um maior envolvimento da sociedade na preservação dos mangais.

Gilson Carmelino deu a conhecer, no entanto, que a preservação, manutenção e o uso sustentável da orla marítima deve ser incutida desde tenra idade, para que possamos viver em paz ambiental.

Realçou que o planeta terra é o único que temos para viver e desenvolver actividades múltiplas, daí a necessidade urgente na tomada de decisões para deixá-lo cada vez melhor.

#### Projectos

Indicou que, no âmbito da sua actividade, o governo da província, para a preservação da zona costeira e dos mangais, vai retirar todas as obras que estejam dentro do perímetro reservado à preservação da vida marinha.

O vice-governador fez saber que, após as demolições, as áreas afectadas vão beneficiar de um melhor aproveitamento de forma ecológica e sustentável, para o bem comum que se pretende nos dias de hoje.

#### Importância dos mangais

Os mangais são mais eficientes a absorver e armazenar grandes quantidades de dióxido de carbono, em comparação com outros ecossistemas terrestres, daí serem o alimento e local de reprodução de milhares de espécies marinhas e aves.

Ajudam a estabilizar o solo e prevenir a erosão das linhas costeiras, têm inúmeros benefícios, incluindo ecológicos e económicos, funcionando como um berçário marinho.

Os mangais providenciam a protecção e alimento para peixes e diversos invertebrados, como crustáceos e moluscos, o seu sistema de raízes ajuda a estabilizar o solo, prevenindo a erosão nas linhas costeiras.

#### Desafios e soluções

Mundialmente, segundo dados da ONU, os mangais têm sido destruídos devido à exploração da madeira e minerais, particularmente para fins comerciais.

Fernanda René revela que em Angola os mangais enfrentam uma destruição em massa, devido ao desenvolvimento económico e social do país, que raramente abrange a conservação ambiental.

Citou como exemplo os mangais do Lobito, que antigamente abrigavam inúmeras espécies de aves, especialmente os Flamingos, que, nos dias de hoje, encontram-se num estado avançado de destruição.

"Muitos locais com mangais tornaram-se o destino final de entulhos e esgotos de cidades, bem como enfrentam poluição de resíduos sólidos e líquidos, como o derramamento de petróleo e outros químicos", revelou.

## 10.11 Mais de 18 mil famílias afectadas pelas chuvas estão a receber apoio

*Jornal de Angola*

*25 De Abril de 2023*

*Texto: Adelina Inácio e Edna Dala*

A Comissão Nacional de Protecção Civil anunciou, esta segunda-feira, em Luanda, que as equipas vão intensificar as acções de ajuda às 18.860 famílias afectadas pelas chuvas no território nacional, de Agosto (2022) a Abril de 2023, assegurando que as mesmas já começaram a receber os primeiros apoios, com realce para a entrega de bens alimentares e vestuário.

A decisão foi tomada após uma reunião com carácter de emergência que, além de avaliar as acções desenvolvidas em prol das vítimas, com o objectivo de analisar a resposta imediata dos serviços de protecção civil prestados durante e depois das enxurradas, também aferiu os dados estatísticos das chuvas de 21 de Agosto (2022) a 21 de Abril de 2023.

Nesta ordem, a Comissão Nacional de Protecção Civil decidiu continuar a apoiar as famílias afectadas e em situação de carência, tendo disponibilizado um conjunto de habitações, bens alimentares, vestuários, materiais de melhoria de condições de habitabilidade, kit de primeira necessidade, reposição do fornecimento de energia eléctrica e água potável.

Está previsto, segundo o plano operacional, o acesso imediato aos serviços básicos e universais de saúde, trabalhos de terraplanagem de vias para se retomar a livre circulação de pessoas e bens nas comunidades, reposição de dispositivos operacionais de segurança, no âmbito da tranquilidade e ordem pública, bem como aconselhamento técnico direccionado para prevenir danos humanos e materiais durante a época chuvosa.

Os membros da Comissão apreciaram, também, as acções para devolver à comunidade as condições de convivência normais, nomeadamente a restauração de serviços básicos e a reparação de danos físicos, sociais e económicos, incluindo a realização de limpeza e remoção de escombros, assistência e cuidados sustentados às vítimas das cheias.

Durante a reunião foram analisadas, igualmente, as propostas de medidas constantes do Plano de Apoio a serem adoptadas no curto, médio e longo prazos, para responder aos problemas causados pela chuva.

O porta-voz do Secretariado Executivo da Comissão de Protecção Civil, Manuel Lutango, disse que o Plano de Emergência que está a ser elaborado, consiste em acções de respostas que precisam ser consolidadas para o apoio às vítimas da chuva.

Na reunião, que contou com a presença do ministro de Estado e chefe da Casa Militar do Presidente da República, Francisco Furtado, foi orientada pela ministra de Estado para Área Social, Dalva Ringote, tendo a participação dos ministros da Energia e Águas, Administração do Território, do Interior e do governador da Província de Luanda e responsáveis de vários departamentos ministeriais, foram analisados, a propósito, os danos estatísticos das chuvas e principais necessidades para se incrementar as acções de resposta e socorro durante o período de emergência que o país vive.

#### Dados estatísticos por província

Do total dos dados estatísticos contam-se, em todo o país, 332 mortos, 649 feridos, 1 desaparecido, 4.292 residências danificadas, 3.827 residências destruídas, 10.741 residências inundadas, 18.860 famílias afectadas, perfazendo um total de 90.528 pessoas afectadas.

Para dar uma resposta célere às acções a serem desenvolvidas, as províncias afectadas vão necessitar de motosserras de médio porte, motobombas de médio porte, coletes salva vidas, geradores com torre de iluminação para trabalhos noturnos, equipamentos de protecção individual para segurança das equipas de salvamento.

De acordo com um documento a que o Jornal de Angola teve acesso, sobre os dados estatísticos dos danos das chuvas e principais necessidades de assistência, o Bengo não registou nenhuma morte, nem feridos ou desaparecidos. Foram danificadas nesta província 115 residências, 140 destruídas, 255 famílias afectadas e 1.224 pessoas igualmente afectadas.

A província do Bengo tem como necessidades de meios para a assistência, fornecimento de bens alimentares e vestuário, criação de abrigos e kit de primeira necessidade. A província de Benguela registou 16 mortes, 20 feridos, 213 residências danificadas e 37 destruídas, 25° famílias afectadas e 1.200 pessoas afectadas.

A província de Luanda é das que mais mortos teve, a seguir a Lunda-Norte. Luanda conta até ao momento com 36 mortos, cinco feridos, 1 desaparecido, 31 residências danificadas, 12 destruídas, 8.781

inundadas, 8.824 famílias afectadas e 42.355 pessoas afectadas.

Lunda-Norte, 50 mortos, 13 feridos, 825 residências danificadas, 160 destruídas, 985 famílias afectadas e 4.728 pessoas afectadas.

Luanda-Sul. 20 mortos, 10 feridos, 639 residências danificadas, 149 destruídas, 73 inundadas, 587 famílias afectadas e 2.818 pessoas afectadas.

Malanje, sete mortos, cinco feridos, 75 residências danificadas, 439 destruídas, 73 inundadas, 587 famílias afectadas e 2.818 pessoas afectadas. Moxico, 1 morto, 1 ferido, 579 residências danificadas, 106 destruídas, 58 inundadas, 743 famílias afectadas e 3.566 pessoas afectadas.

O Bié registou 32 mortos, 16 feridos, 255 residências danificadas, 550 destruídas, 16 residências inundadas, 821 famílias afectadas e 3.941 pessoas afectadas. Já o Cuando Cubango registou 40 mortes, 27 feridos, 209 residências danificadas e 219 destruídas, três inundadas, 431 famílias afectadas e 2.069 pessoas afectadas. Cabinda, conta com 21 mortos, 464 feridos, 202 residências danificadas e 436 destruídas, 909 inundadas, 1.547 famílias afectadas e 7.426 pessoas danificadas.

Cuanza-Norte, cinco mortos, um ferido, 454 residências danificadas, 175 destruídas, 568 inundadas, 1.197 afectadas e 5.746 pessoas afectadas.

Cuanza Sul- 10 mortos, três feridos, 271 residências danificadas, 62 destruídas, 24 inundadas, 357 famílias afectadas e 1.714, pessoas afectadas. Cunene teve dois mortos, um ferido, 142 residências destruídas, 142 famílias afectadas e 682 famílias afectadas.

Huambo é a província que perdeu mais pessoas, com 54 mortos, 65 feridos, 169 residências danificadas, 1.119 destruídas, 50 inundadas, 1.338 famílias afectadas e 6.422 pessoas afectadas. Huíla, 31 mortes, oito feridos, 11 residências danificadas, 19 destruídas, 30 famílias afectadas e 144 famílias igualmente afectadas.

Namibe, 1 morto, igual número de feridos, 17 residências danificadas, 14 residências destruídas, 42 inundadas, 73 famílias afectadas e 350 pessoas afectadas. Uíge, 3 mortos, oito feridos, 94 residências danificadas, 36 destruídas, 29 inundadas, 159 famílias afectadas e 763 pessoas afectadas. Zaire, três mortos, um ferido, 133 residências, 12 destruídas, 143 inundadas, 288 famílias afectadas e 1.382 pessoas afectadas.



## 10.12 As chuvas, as alterações climáticas e o trabalho de fundo para Luanda

*Jornal de Angola*

*28 De Abril de 2023*

*Texto: Filomeno Manaças*

“Não me lembro de ter visto chover tanto em Luanda como agora” - disse alguém, há dias, a propósito das últimas enxurradas que provocaram o caos na capital do país, com prejuízos em que avultam estradas danificadas, obrigando ao encerramento de troços e a interrupção da circulação rodoviária, casas inundadas e milhares de pessoas afectadas.

Embora o cenário não seja, em época de chuvas, novo, a ideia que se tem é a de que neste mês de Abril os níveis de precipitação foram maiores, porque, ali onde nos anos anteriores foi possível circular, mesmo a pé, desta vez a água chegou até aos joelhos e muita gente viu-se em apuros em casa para preservar os seus parques haveres.

Quer na cidade quer nos bairros periféricos a situação esteve muito complicada, revelando de forma clara, mais uma vez, que Luanda precisa de uma intervenção de fundo para resolver em definitivo os problemas de escoamento das águas das chuvas. O problema não se colocou apenas nas localidades onde é manifestamente evidente a existência de construções anárquicas, que não obedeceram a um plano urbanístico.

Mesmo ali onde a mão da Administração do Estado esteve presente, e as obras foram erguidas com o seu beneplácito, houve locais que ficaram literalmente debaixo da água da chuva e com centenas de viaturas quase que completamente submersas.

Não é alheio à situação o fenómeno das alterações climáticas que está a afectar o mundo, o qual está a provocar também pequenas catástrofes em várias partes, desde um maior volume de queda de neve nos países dos hemisférios Norte e Sul - como vimos, por exemplo, acontecer em estados norte-americanos -, até o abaixamento do nível de alguns rios, que resultou na redução do volume de água e levou as autoridades e agricultores a manifestarem-se preocupados pela possibilidade de o facto poder prejudicar a produção agrícola, como é o caso da França.

Portanto, devemos estar preparados para que, nos próximos anos, a dose volte a repetir-se. Mas é de Angola e particularmente de Luanda que importa

hoje falar, para realçar quão profundas são a complexidade e as dificuldades que o problema das chuvas representa, que não vai ser possível resolver num curto espaço de tempo.

A inexistência de um plano de crescimento urbanístico, à dimensão dos desafios que o êxodo populacional coloca, tem como consequência o aparecimento como cogumelos de bairros onde as construções não tiveram em conta a perspectiva de implantação de serviços de saneamento básico, de água e de energia devidamente organizados.

Ali onde essa preocupação foi atendida, as vias para a circulação rodoviária não foram asfaltadas ou, pelo menos, calcetadas. Como consequência, as águas das chuvas transportam toneladas e toneladas de areia para as vias principais ou concentram-se algures, num amontoado que acaba por causar outros danos, como, por exemplo, a inundação de casas e de estradas que ficam intransitáveis.

Esse emaranhado de situações é claramente uma dor de cabeça para quem governa e, em particular, para as administrações locais, que deviam ter, todos os anos, no âmbito do plano de crescimento urbanístico, terrenos devidamente loteados e infra-estruturados para atender a demanda da população e evitar as construções anárquicas.

Não basta dizer que não se deve construir sobre as linhas de água. É preciso que o Estado impeça que isso seja feito e ofereça, ao mesmo tempo, alternativas, para que a construção seja feita de acordo com o padrão que for definido pelas autoridades.

Parecendo que não, os prejuízos económicos de um dia de chuva intensa em Luanda são enormes. São as entregas que ficam por ser feitas, é a mercadoria que não andou, não foi escoada, são os armazéns que foram forçados a fechar, é a administração que não funcionou porque as instalações inundaram e teve de fechar ou não abriu sequer as portas, enfim...

E porque não é possível destruir tantas casas erguidas e realojar as pessoas noutras tantas construídas, porque inexistentes - quer as habitações quer a capacidade de as construir -, a resolução passa por implementar uma solução estruturante a ser executada a médio e longo prazos. Encaixa-se na perfeição neste raciocínio a concepção, pelo Executivo, de uma proposta de projecto de auto-construção dirigida que vai permitir disponibilizar aos cidadãos angolanos, em todo o país, cerca de 4 milhões de lotes de terra para habitação durante os próximos cinco anos.

Essa solução estruturante deve, como é óbvio, prestar especial atenção ao escoamento das águas pluviais. É muita água desperdiçada que poderia muito bem ter outra serventia, em vez de ir parar ao mar ou manter-se estagnada por longos períodos em zonas habitacionais. Países com escassez de água têm sabido tirar, quando chega a época chuvosa, o máximo proveito desta dádiva da natureza. Logo, a solução a ser encontrada não deve descurar essa hipótese.

A grande complexidade dos problemas de Luanda não nos deve levar a pensar que os mesmos podem ser resolvidos a curto prazo. Desengane-se quem pensa assim. Vão ser necessárias décadas de investimento contínuo para mudar a actual fisionomia da capital. Vai ser necessário reunir várias inteligências e, sobretudo, trabalhar de forma inclusiva, com metas bem definidas, planos devidamente estudados, para se alcançar resultados duradouros que a todos possam orgulhar.

Se olharmos pelos melhores exemplos que o mundo nos dá a ver e se conseguirmos enxergar a magnitude das obras e dos resultados, com certeza que saberemos acautelar as falhas e o futuro.

### 10.13 GPL sem plano e sem resposta para acudir as populações após as chuvas

*Jornal Expansão*

*2 De Maio 2023*

*Texto: Faustino Diogo*

A falta de um plano integrado para responder ao impacto das chuvas em Luanda agrava os danos provocados na capital, sempre que chove, com realce para o número de mortes, que só este ano ascende a 22.

O Expansão apurou que as acções que têm sido implementadas vão a reboque das ocorrências, e não são preventivas, com excepção da limpeza de algumas valas de drenagem, mas que ainda assim não são capazes de escoar as águas a ponto de evitar os inúmeros prejuízos causados aos moradores.

"Tudo o que está a ser feito é em função do que acontece. Não conheço nenhum plano integrado do governo de Luanda, nem da protecção civil, que, de facto, minimize os problemas que acontecem sempre que chove", disse fonte governamental.

Segundo o nosso interlocutor, apesar dos vários pronunciamentos oficiais, a verdade é que a falta de

um plano integrado condiciona o sucesso de qualquer trabalho feito após as enxurradas.

"Sem este plano integrado vamos continuar a ter mortes e destruição de habitações e não só. O governo de Luanda actua como um bombeiro, tentando acudir os gritos de socorro. Actuação semelhante tem a protecção civil, que depois aparece com os tradicionais balanços dos danos, sem apresentar qualquer medida que possa melhorar a situação", salientou a fonte do Expansão.

Além da falta de um plano integrado, a descoordenação de acções entre o governo central e o provincial também agrava a situação, já que existem na capital obras inacabadas, que "se tornam verdadeiras sepulturas".

"Agora, sempre que chove, temos mortes no Cazenga devido às obras da 7ª Avenida. Em Viana a mesma coisa, devido à vala no Zango. Temos verdadeiras sepulturas a céu aberto. Há ainda as constantes enchentes no Zango Zero que danificam até transformadores de energia. E ainda existem outros casos. E tudo isso, porque o trabalho não é feito conjuntamente e até parece que o governo central e o governo provincial são adversários", aponta.

Para agravar a situação, as administrações locais não têm meios, nem recursos para responder aos pedidos de socorro sempre que "São Pedro abre as torneiras".

"Assim, é impossível. É necessário que haja maior comprometimento, a começar pela elaboração de um plano integrado para Luanda e não ficar à espera da Comissão Nacional de Protecção Civil, que também pouco ou nada vai fazer. A questão é local e o governo de Manuel Homem tem de ser capaz de assumir este desafio, que já não é novo", disse sob anonimato um administrador.

Enquanto isso, as mortes e os danos somam e seguem. Só este ano, em Luanda, já morreram pelo menos 22 pessoas em consequência das chuvas, 50 habitações foram destruídas e 12 mil ficaram inundadas, afectando mais de 7 mil famílias.

O Expansão questionou o Governo Provincial de Luanda e a Comissão Provincial de Protecção Civil sobre a ausência de um plano integrado, o valor estimado dos danos e acções concretas para minimizar os efeitos das chuvas, e não obteve resposta até ao fecho da edição, quarta-feira, 26.

Em oito meses morreram 332 pessoas no País

Segundo dados oficiais, pelo menos 332 pessoas morreram em consequência das chuvas nos últimos

oito meses no País e 649 ficaram feridas.

De acordo com a Comissão Multissetorial de Protecção Civil, entre 15 de Agosto de 2022 a Abril deste ano, as chuvas danificaram 4.292 residências, destruíram 3.827 e inundaram 1.741, afectando 18.860 famílias. Estes números podem ser maiores, já que é oficialmente reconhecida a dificuldade de acesso a todas as zonas afectadas.

Perante a situação, as autoridades garantem estar em curso um plano emergencial, cujo conteúdo não foi divulgado.

"O plano emergencial consiste na acção de respostas que precisam de ser consolidadas para apoiar as populações afectadas. Este plano prevê também medidas a aplicar, a curto, médio e longo prazo", afirmou Manuel Lutango, membro do secretariado executivo da Comissão Nacional de Protecção Civil, no final de uma reunião realizada segunda-feira, em Luanda.

#### 10.14 Milhares de plantas de frutas no combate à desertificação

*Jornal de Angola*  
29 De Abril de 2023

O combate à desertificação no município da Humpata, além de eucaliptos, cedros e acácias, é feito com a plantação de milhares de árvores de frutas diversas. O Projecto Agro-industrial Laranjinha e de vários empresários agrícolas instalou inúmeros hectares de espaços verdes, adiantaram os produtores.

Estão plantadas mais de 400 mil laranjeiras, 450 goiabeiras, mangueiras, pereiras, macieiras e 120 mil tangeireiras, realidade que favorece o desenvolvimento das plantas tem a ver com o clima apropriado e o facto de haver muita água na circunscricção.

João Kalamge, um dos maiores fruticultores do município da Humpata, defende a necessidade de incrementar as plantas de frutas diversas no combate à desertificação em vários pontos do país. "Estamos a estender as plantas de fruta na Chibia, Quipungo, Cacula e em algumas províncias", referiu.

O ambientalista enalteceu o encontro do Lubango com a presença significativa de representantes, além da anfitriã, do Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Guiné Equatorial, por tratarem, entre outros, questões ambientais.

Frisou que as acções de repovoamento de plantas levadas a cabo por dezenas de fazendeiros e famílias camponeses devem-se generalizar na CPLP, assim como os Governos têm de criar incentivos para desencorajar o abate indiscriminado de árvores, principalmente as que estão em vias de extinção e cultivar o hábito de plantar e cuidar.

Mais adiante, enalteceu o facto da cortina verde do município do Lubango estar a ser reforçada com a plantação de milhares de árvores ornamentais e fruteiras, uma acção que conta com o suporte de empresas públicas e privadas, organizações não-governamentais e associações juvenis políticas.

Ao todo, a plantação de árvores já envolveu acima de 5.000 alunos e estudantes universitários, que preferiram plantar eucaliptos, cedro, jaracandá, onde cada fica com o compromisso de cuidar da planta até atingir uma certa altura.

#### 10.15 Plantação de árvores diversas nas zonas rurais da Huíla

*Jornal de Angola*  
29 De Abril de 2023  
Texto: Estanislau Costa

A plantação de mais de 500 mil árvores de fruta e de sombra, nos últimos três anos, pelas autoridades e diversas organizações da sociedade civil, nos municípios do Lubango, Gambos, Chibia, Humpata e Matala, pelas autoridades e organizações não-governamentais, deve ser uma prática contínua e que deve ser estendida para outros Estados-membros da CPLP e não só.

O apelo foi expresso pelo ambientalista Domingos António, por reconhecer que o envolvimento de todos os membros da sociedade por não só favorecer o repovoamento de plantas destruídas por factores naturais e humanos, como também "travar a degradação paulatina do ecossistema".

Domingos António defendeu que a preservação das florestas seculares e a criação de novas deve já ser uma tarefa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por haver nos países um grupo social que derruba árvores e arbustos para uso da lenha e produção de carvão e, outro, que devasta vários hectares de florestas para implantação de vários projectos.

Segundo o ambientalista, a região Sul do país, integrada pelas províncias da Huíla, Namibe, Cunene e Cuando Cubango, apesar de ser banhada pelos rios

Cunene, Cubango, Cuvango e outros, há décadas que tem sido assolada por longos períodos de seca severa que atrapalha o modo de vida das famílias nativas.

O coordenador especificou que, no mês passado, foram plantadas em vários pontos dos Gambos cerca de duas mil árvores de fácil adaptação às condições climáticas da zona e resistência à ausência de água, enquanto estiverem no processo de crescimento.

Afirmou que as plantas preferidas são eucaliptos, jacarandás, pinheiros, acácias, mulembeiras, cedros, entre outras. Algumas plantas são produzidas em viveiros existentes na província e outras são importadas de vários pontos do mundo.

Já na Matala, um município que regista o abate indiscriminado de várias espécies para a produção de carvão de cozinha e lenha, o IDF plantou acima de dez mil árvores para reflorestar as áreas descampadas.

O seu responsável, Henriques Suquina, informou que são realizadas acções de acompanhamento da evolução das plantações.

O Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) possui na circunscrição um viveiro projectado para produzir 50 mil mudas. A instituição está a capacitar fiscais florestais para dotá-los de conhecimentos que visam controlar melhor as florestas da região.

## II. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

### II.1 Angola e China podem realizar este ano Reunião Mista Bilateral

*Jornal de Angola*

*7 De Abril de 2023*

*Texto: Paulo Caculo*

Angola e República Popular da China preveem realizar, no primeiro semestre do ano em curso, em Luanda, a reunião da Comissão Mista Bilateral, para estabelecer novas estratégias de cooperação, revelou, há dias, em Pequim, o embaixador Salvador Neto.

O diplomata angolano, que falava em recentes declarações ao canal televisivo CGTN, no âmbito da relação bilateral entre Angola e China, fez questão de esclarecer que o país tem todo o interesse e expectativa que a reunião seja realizada nos próximos meses, para que se possa avaliar e projectar novas áreas de cooperação.

"Creio que é uma excelente oportunidade para os países se sentarem ao mais alto nível", sustentou Salvador Neto, sublinhando que a reunião da Comissão Orientadora é habitualmente chamada de Comissão Mista Bilateral entre os países, em virtude de servir de mecanismo de concertação, que permite estabelecer novas estratégias de cooperação.

Argumentou que a China é uma das duas economias mais poderosas do mundo, "com potencialidades nos vários sectores da Indústria, Economia, Agricultura e Pescas", tendo prognosticado ser um suporte ideal ao enorme potencial de Angola, do ponto de vista dos recursos naturais.

"Temos um imenso, abundante e diversificado potencial de recursos naturais e que devem ser explorados de forma sustentável para o benefício e melhoria da vida económica e social dos angolanos", enfatizou.

Referiu, por outro lado, que o "gigante asiático", enquanto potência económica e parceiro político dos angolanos, pode continuar a desempenhar um "papel fundamental" nas transformações que o país projecta, relativamente à diversificação da economia, "com base nos imensos recursos naturais que Angola ostenta".

Salvador Neto sublinhou, ainda, o facto de existirem em Angola vários recursos e que não podem estar adormecidos. Destacou, em face disso, a

determinação do Governo e do Presidente da República, João Lourenço, para a necessidade imperiosa de se explorar de forma sustentável estes recursos.

"Trata-se de uma parceria com ganhos partilhados, porque quer a China, quer Angola ganham. Os dois países partilham os ganhos da parceria. A China faz com que consideremos que as nossas economias podem ser complementares", ressaltou.

A China, disse, está muito presente nos projectos de infra-estruturas em Angola, tais como em construção e reabilitação dos caminhos-de-ferro, estradas e outros, destacando, fundamentalmente, a importância da mão-de-obra na reparação e modernização das infra-estruturas.

"Acho que há um valor muito subjacente que é o da solidariedade e de podermos partilhar, desenvolver e estarmos mais juntos, uns com os outros", frisou o diplomata, enaltecendo o facto de Angola ter aderido imediatamente à iniciativa do Presidente chinês, Xi Jinping.

"Temos muito orgulho e fizemo-lo de forma consciente, porque sabemos que esta iniciativa vai alterar o paradigma de cooperação entre os vários países e permitir uma maior dinâmica da própria economia mundial", justificou.

Salvador Neto encontra-se em Luanda para participar de uma reunião em que intervêm, entre outros, representantes das missões diplomáticas e consulares de Angola no exterior.

### II.2 O mundo precisa de apoiar china sobre Taiwan

*Jornal O País*

*21 De Abril de 2023*

O mundo precisa de apoiar a causa da soberania Chinesa que constitui Espaço Vital da Soberania Chinesa tendo em conta o Pacta Sunt Servanda (respeito pelos compromissos internacionais ou seja "os acordos não devem ser violados"). Precisamos de garantir e proteger a paz entre os Estados, as guerras minam o desenvolvimento e paz mundial.

Na verdade o texto abaixo é extracto da recção do governo Chinês que passamos a subescrever face ao que considera uma violação grave do princípio de Uma Só China e das disposições dos três comunicados conjuntos China- EUA, tudo por causa luz verde ao trânsito de Tsai Ing-wen, dirigente regional de Taiwan, pelos Estados Unidos.

Nos últimos dias, em desrespeito às sérias representações e repetidas advertências da China, os Estados Unidos deliberadamente deram luz verde ao trânsito de Tsai Ing-wen, líder da região de Taiwan, pelos Estados Unidos. O presidente da Câmara dos EUA, Kevin McCarthy, o número três no governo dos EUA, teve uma reunião de alto nível com Tsai. Outras autoridades e legisladores dos EUA também tiveram contato com Tsai e forneceram a plataforma para sua retórica separatista pela "independência de Taiwan". Isso é essencialmente os Estados Unidos agindo com Taiwan para conspirar com as actividades políticas dos separatistas da "independência de Taiwan" nos Estados Unidos, conduzir contacto oficial com Taiwan e atualizar as relações substantivas com Taiwan e enquadrá-lo como um "trânsito".

Esta é uma violação grave do princípio de Uma Só China e das disposições dos três comunicados conjuntos China-EUA. Infringe gravemente a soberania e a integridade territorial da China e envia um sinal flagrantemente errado às forças separatistas da "independência de Taiwan". A China se opõe firmemente e condena veementemente.

O princípio de Uma Só China é um consenso predominante da comunidade internacional e uma norma básica nas relações internacionais. É também o pré-requisito e a base para o estabelecimento e desenvolvimento das relações diplomáticas China-EUA.

Nos três comunicados conjuntos China-EUA, os Estados Unidos assumiram o compromisso claro de manter apenas relações não oficiais com Taiwan.

Ao longo dos anos, no entanto, os Estados Unidos tentaram obstinadamente conter a China, explorando a questão de Taiwan e traíndo seus compromissos. Os Estados Unidos têm cruzado a linha e agido de forma provocativa em questões como trocas oficiais EUA-Taiwan, venda de armas e negociações militares com Taiwan e criado chances para Taiwan expandir seu chamado "espaço internacional", e continuou falsificando e esvaziando fora o princípio de Uma Só China.

Desde que assumiu o cargo, Tsai se recusou a reconhecer o Consenso de 1992, que incorpora o princípio de Uma Só China. Em vez de controlar a retórica e as actividades separatistas em Taiwan pela "independência de Taiwan", Tsai os apoiou e encorajou, e procurou pressionar por "independência incremental" sob vários pretextos. Isso colocou as relações através do Estreito em sérias dificuldades.

A questão de Taiwan está no centro dos interesses centrais da China e a primeira linha vermelha que não deve ser cruzada nas relações China-EUA. "Independência de Taiwan" e paz e estabilidade através do Estreito são tão inconciliáveis quanto fogo e água. A busca pela "independência de Taiwan" não levará a lugar nenhum. Em resposta à ação flagrantemente errada tomada pelos EUA e Taiwan, a China tomará medidas fortes e resolutas para defender a sua soberania e integridade territorial. Mais uma vez, exortamos os EUA a aderir ao princípio de uma China e às disposições dos três comunicados conjuntos China-EUA, agir de acordo com as garantias do líder dos EUA de não apoiar a "independência de Taiwan" e não apoiar "duas Chinas" ou "uma China, um Taiwan", pare de uma vez qualquer forma de intercâmbios oficiais com Taiwan, pare de melhorar as relações substantivas com Taiwan, pare de criar fatores que possam causar tensões no Estreito de Taiwan, pare de conter a China explorando a questão de Taiwan e não vá mais longe no caminho errado e perigoso.

### 1.1.3 Sector privado desafiado a investir para a auto-suficiência alimentar do país

*Jornal de Angola*

*29 De Abril de 2023*

*Texto: Domingos Mucuta*

O ministro da Indústria e Comércio, Victor Fernandes, desafiou, ontem, na cidade do Lubango, na Huíla, o sector privado para criar estratégias e mecanismos para tornar Angola num país auto-suficiente em bens alimentares.

O ministro lançou este repto na cerimónia de encerramento do 3º Conselho Consultivo do Ministério da Indústria e Comércio, realizado quinta e sexta-feira, com a participação de membros do pelouro e do governo provincial, empresários e operadores do sector.

Para o ministro, a criação de estratégias e mecanismos de bens essenciais de consumo deve acontecer através do binómio produção agrícola e transformação industrial, aproveitando a entrada em execução dos planos Plano grão, Plano pescas, e Plapecuária concebidos para aumentar a produção nacional, segurança alimentar e nutricional.

Victor Fernandes lembrou que o papel do Estado é de garantir a execução de políticas públicas que

tornem possível a actividade económica e favoreça o desenvolvimento, a segurança alimentar, a geração de rendimento e a promoção da competitividade a nível nacional e regional.

O ministro disse que o Executivo criou novas Leis que incidem sobre a melhoria do ambiente de negócios para a atracção de investimentos, tais como a afirmação da sã concorrência e da Contratação Pública.

Destacou também que o país ajustou o processo de transferência de competências e atribuições de licenciamento e autorizações das actividades económicas dos Ministérios para a governação local.

"O compromisso do Executivo em potencializar o sector produtivo tem desafiado os agentes económicos a encontrarem estratégias para diversificar a economia angolana e torná-la, cada vez mais, menos dependente do sector petrolífero. A intenção é de, a médio prazo, tornar Angola num grande produtor, exportador, menos importador e próspero", afirmou.

Disse que o Conselho Consultivo alinhou a perspectiva estratégica do Ministério da Indústria e Comércio à visão dos diversos sectores do país, às oportunidades para o desenvolvimento industrial e comercial, assentes nos diversos programas voltados para o crescimento económico definido pelo governo.

"Este evento abriu o espaço e reafirmou a necessidade da contínua concertação profícua e permanente entre os sectores público e privado, no aprofundamento da intervenção coordenada do Ministério da Indústria e Comércio no sector produtivo estratégico, no interesse do desenvolvimento das cadeias de valor da auto-suficiência alimentar", sustentou.

O Ministro da Indústria e Comércio entregou oficialmente 21 camiões a operadores da província da Huíla destinados a facilitar o escoamento de produtos agrícolas do campo para as zonas de maior consumo, evitando deterioração dos mesmos.

Os camiões, cujo valor foi subvencionado pelo Estado, foram entregues a título de empréstimos no valor de 9,6 milhões de kwanzas. O reembolso deste montante deve ser realizado no prazo de quatro anos.